----------ATA N.º 3 DE 29 DE ABRIL----------

----- Aos vinte e nove do mês de abril de 2026, pelas 21.00 h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, na Casa do Povo do Turcifal, sita na Rua Carlos Luís Ahrends, no Turcifal, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----- 1 - Proposta n.º 04/CM/2026 – Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2025 da Câmara Municipal de Torres Vedras;----------

----- 2 - Proposta n.º 05/CM/2026 - Discussão e votação do Relatório Integrado - Atividades e Gestão de 2025, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;----------

----- 3 - Proposta n.º 06/CM/2026 – Discussão e votação da 2.ª adenda ao contrato – programa para a Organização e Gestão de Eventos celebrado com a Promotorres E.M.; ----------

----- 4 - Proposta n.º 07/CM/2026 - Discussão e votação da proposta de alteração à estrutura orgânica e regulamento de organização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras; ----------

----- 5 - Proposta n.º 08/CM/2026 - Discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, para vigorar a partir de 01/06/2026; ----------

----- 6 - Proposta n.º 09/CM/2026 – Discussão e votação da proposta de alteração da estrutura orgânica e do Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; ----------

----- 7 - Proposta n.º 10/CM/2026 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, para vigorar a partir de 01/06/2026; ----------

----- 8 - Proposta n.º 11/CM/2026 - Discussão e votação da 2.ª revisão aos documentos previsionais para 2026 - Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Receita/Despesa, da Câmara Municipal de Torres Vedras; ----------

----- 9 – Proposta n.º 12/CM/2026 - Discussão e votação da 2.ª revisão aos documentos previsionais para 2026 – Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Receita/Despesa, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;----------

----- 10 - Proposta n.º 13/CM/2026 - Tomada de conhecimento da denúncia dos contratos de delegação de competências celebrados com juntas de freguesia, nas seguintes matérias: Construção, Requalificação e Reabilitação de Equipamentos e Redes de Circulação; Requalificação e Reabilitação de Equipamentos de Educação e Ensino; Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água; Manutenção e Requalificação de equipamentos e edifícios (autorização genérica da Assembleia Municipal de 30/11/2021); ----------

----- 11 - Proposta n.º 05/AM/2026 - Apreciação do Relatório Anual de 2025 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras;----------

----- 12 - Proposta n.º 06/AM/2026 - Apreciação de informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; ----------
----- Informação sobre competências delegadas: ----------
----- 12.1 - Proposta n.º 07/AM/2026 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); ----------
----- 12.2 - Proposta n.º 08/AM/2026 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); ----------
----- 13 - Proposta n.º 09/AM/2026 - Votos, moções e recomendações. ----------
----- Presidiu a presidente da Assembleia Municipal Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa, tendo sido secretariado por Ilídio Paulo Antunes Santos (primeiro secretário), e Mário Jorge da Glória Agostinho (segundo secretário). ----------
----- Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar: ----------
----- Carlos Manuel Soares Miguel, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Maria Leonor Malhado, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Vanda Raquel Inácio da Silva, Andreia Filipa Alves Caldas, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Tânia Isabel Mourato Jerónimo, Rui José Prudêncio, Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos, João Paulo Torcato Apolinário (em substituição de Beatriz Silva Pereira), Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Herculano Manuel Cosme Raposo, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Paula Cristina dos Santos Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Fernando Manuel Osório Guerra, Susana Mónica da Silva José, Artur Alexandre dos Santos Narciso, João Paulo Moreira dos Reis, Ana Sofia Pestana Pinheiro Anastácio, Sérgio Alexandre Simões Ferreira, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, Telma Filipa Francisco Mota, Vasco Augusto Bernardes Forcada, João Marcelo Garcia Marques, Mário João Rodrigues Matias, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, Odília Maria Francisco dos Santos Martins, (em substituição de João de Deus Tomás Elias), Humberto Manuel Sebastião Gomes, Dalila do Carmo Miranda de Jesus, António José Silva Alves, Mário João Ferreira Gomes, Francisco José Teodoro Martins e Ana Clara Gomes dos Santos. ----------
----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara Municipal Sérgio Paulo Matias Galvão e os vereadores Francisco João Pacheco Martins, Rita João Maya Gomes Sammer, Bruno Manuel Ferreira Vitorino (em substituição de David Alves Gomes Lopes), Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Ana Barbara Antunes do Carmo da Silva Amaro, Felicidade Vital Alcântara, Rui Pedro Avelar Lopes e Rui Manuel Estrela da Silva. ----------
----- ***A presidente da Assembleia***, declarando aberta a sessão, deu as boas vinda à primeira sessão descentralizada, e como nota prévia, proferiu, algumas palavras que se transcrevem: ------
----- "Hoje estamos no Turcifal. ----------

----- Boa noite, senhor presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, ----------
----- senhor presidente da Assembleia de Freguesia do Turcifal, ----------
----- senhor presidente da Junta de Freguesia do Turcifal, senhoras e senhores presidentes de junta, ----------
----- senhoras e senhores deputados municipais, ----------
----- caros munícipes, minhas senhoras e meus senhores, ----------
----- É com grande satisfação que hoje nos reunimos na freguesia do Turcifal para a realização desta primeira sessão ordinária descentralizada da Assembleia Municipal de Torres Vedras, em cumprimento do número 2 do artigo 29 do regimento desta assembleia ---------- .
----- Esta iniciativa ganha um significado ainda mais especial por decorrer no seguimento da iniciativa promovida pela Câmara Municipal no âmbito das “Freguesias Sede do Concelho”, que durante este mês de abril trouxe ao Turcifal um conjunto de atividades, serviços e momentos de proximidade com a população. ----------
----- Este projeto reflete uma visão moderna da governação local, mais próxima, mais participada e mais sensível às especificidades de cada território. Ao longo deste mês, o Turcifal foi o palco de uma dinâmica que reforçou a ligação entre os cidadãos e o poder local, e é nesse mesmo espírito que hoje aqui estamos. ----------
----- A realização desta sessão descentralizada não é apenas um ato simbólico, é um compromisso com a proximidade, com a escuta ativa e com a valorização de todas as freguesias do nosso concelho. ----------
----- É reconhecer que cada território tem a sua identidade, os seus desafios e o seu contributo fundamental para o desenvolvimento de Torres Vedras. ----------
----- O Turcifal é um exemplo dessa diversidade, uma freguesia com uma forte ligação ao seu património, à sua comunidade e ao seu tecido associativo, mas também com ambição de futuro e vontade de continuar a crescer de forma sustentável. ----------
----- Ao trazermos esta sessão até aqui, queremos reforçar que a Assembleia Municipal deve estar onde estão as pessoas, e esta sala não podia ser mais exemplo disso, que deve ouvir, dialogar e integrar as preocupações reais dos munícipes nas decisões que toma. Quero, por isso deixar um apelo à participação de todos, à democracia local, que se constrói com o envolvimento cívico, com o contributo de cada um e com a confiança nas instituições. ----------
----- Agradeço à Junta de Freguesia do Turcifal pelo acolhimento, bem como à Câmara Municipal pela promoção da iniciativa que aproximam os eleitos dos cidadãos e reforçam o espírito de comunidade. ----------
----- Termino esta minha introdução reafirmando que o compromisso desta assembleia é trabalhar com rigor, transparência e dedicação sempre ao serviço de Torres Vedras e de todas as suas

freguesias. ----------

----- De seguida deu início a**o período aberto à intervenção do público,** para o qual a Mesa tinha recebido três inscrições:----------

INTERVENÇÃO DO CIDADÃO CARLOS ANTÓNIO LOPES GUERRA:----------

1 - PEDIDO DE ESCLARECIMENTO À PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA SOBRE A LIDERANÇA DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO CHEGA:----------

----- O *cidadão* ***Carlos Guerra*** veio questionar se é verdade ou não que o Partido Chega, com a renúncia do seu líder de bancada anunciada há dias, nomeou outra diretamente, interferindo deste modo e violando o regimento, nomeadamente o seu art.º 13, números 2 e 3, e art.º 14, número 1, e se assim for, solicitou para que tome as medidas previdenciais no sentido de fazer cumprir o referido regimento da Assembleia Municipal de Torres Vedras. ----------

----- A ***presidente da assembleia*** começou por informar que o líder da bancada do Chega apresentou a sua demissão no dia 23 de abri de 2026, alegando problemas de saúde e da vida pessoal. No dia 27 de abril esta assembleia recebeu a comunicação da deputada municipal Paula Lopes, a informar, na sequência desta renuncia, a alteração da estrutura da bancada municipal do Chega na Assembleia Municipal de Torres Vedras, passando a ser a líder da bancada, e aproveita esta comunicação para solicitar a distribuição dos deputados municipais do Chega pelas comissões políticas por forma a verificar se era necessária nova organização. ----------

----- Os serviços responderam no dia 28 de abril, relativamente à alteração comunicada, do seguinte modo: “Encarrega-me a senhora presidente da Assembleia Municipal de informar vossa excelência que o grupo municipal do Chega formalizou a sua constituição na sessão de 10 de dezembro de 2025. Assim, e no seguimento da renúncia ao mandato do líder da bancada, solicitamos que cumpra o preceituado no n.º 2 do art.º 13 do regimento desta Assembleia Municipal, indicando a constituição atual do grupo, o líder e o seu substituto. Encarrega-me ainda de informar que os termos de posse das comissões permanentes com os nomes dos efetivos e dos suplentes encontram-se no site e distribuição dos deputados municipais do Chega pelas comissões permanentes decorrentes da renuncia ao mandato de deputado municipal Carlos Filipe é competência do líder desse grupo municipal, a qual agradecemos que nos seja comunicada.” ---

----- Reafirmou que no dia 28 de abril foi comunicado à respetiva deputada que não estavam cumpridos os preceitos deste regimento e que, como tal, aguardariam pela nova composição do grupo com as devidas assinaturas de todos os membros e com a indicação de quem é que faria parte das comissões.----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

2 - PEDIDO DE ESCLARECIMENTO SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA DO CHEGA:

----- O *cidadão* ***Carlos Guerra***, disse ter conhecimento que por vezes a vereadora do Partido

Chega eleita falta às reuniões da assembleia e é substituída pelo senhor Pedro Serra que está em número dois da lista, mas se alguma vez, tanto a senhora vereadora como o substituto Pedro Serra faltarem, o Chega tem sempre alguém para ser representado na vereação, agradecendo que o senhor presidente da câmara tome essa atenção. ----------

----- Nesta sua primeira intervenção e antes de endereçar a questão do cidadão ***o presidente da Câmara*** felicitou a presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa de ter sessão descentralizada no Turcifal, com a sala completamente cheia o que comprova que vale a pena descentralizar, vale a pena trazer a política às aldeias e vale a pena estas iniciativas porque as pessoas participam. ----------

----- Quanto à intervenção do cidadão esclareceu que até à data, sempre que a vereadora Felicidade Vital, não pode estar presente, comunica que será substituída pelo elemento a seguir na lista do Chega, e tem corrido tudo normalmente sem qualquer tipo de problema no executivo.--

----- Nesta altura e ao abrigo do n.º 2 do art.º 45 do regimento, foi dada a palavra à vereadora **Felicidade Vital** para fazer alguns esclarecimentos: ----------

----- A vereadora depois dos devidos cumprimentos a todos os presentes, disse que em nome do Chega, queria lamentar a intervenção do senhor militante e candidato não eleito, Carlos Guerra, e assegurar que o Partido Chega trabalha de forma séria no estrito cumprimento dos regimentos aprovados e tem estruturas bem definidas, e preparadas de apoio aos autarcas, como a Comissão Autárquica Nacional. ----------

----- Assim, aconselhou o senhor militante a dirigir-se a esta comissão mais conhecida por CAN para esclarecimento destes pontos, na certeza que o irão esclarecer do processo que está em curso e de todas as suas dúvidas. Só lamenta que o não tenha feito antes de as apresentar publicamente, uma vez que o partido tem estas estruturas exatamente para ajudar os militantes e os autarcas, os eleitos, e os não eleitos. ----------

----- Concluindo aproveitou para reiterar que o Chega continua a trabalhar quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, no cumprimento do programa eleitoral que apresentou, o qual foi sufragado e para o qual foram eleitos. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

INTERVENÇÃO DO CIDADÃO JOSÉ CARLOS MATOS: ----------

1 - O QUE ESTÁ PREVISTO PARA MELHORAR CONDIÇÕES DE ACESSO À SAÚDE EM TORRES VEDRAS:----------

----- O *cidadão* ***José Carlos Matos*** começou por dizer que sobre este assunto já tinha interpelado o executivo anterior, pois já na altura as condições do Hospital eram deploráveis, e hoje vinha questionar novamente o que é que está previsto para melhorar as condições de acesso à saúde dos munícipes de Torres Vedras, pois é algo que toca a todos e que, infelizmente, tem umas

condições muito más, embora se salve a excelente prestação dos técnicos, sejam de saúde, sejam auxiliares, que são inexcedíveis, são pessoas sobre humanas a cumprirem serviços maravilhosos com as poucas condições que têm.----------

----- O ***presidente da Câmara*** deu nota que já teve o cuidado de falar com a ministra da saúde, a quem disponibilizou toda a ajuda necessária da Câmara Municipal no que se refere a obras, independentemente da chegada do futuro hospital do Oeste que ainda vai demorar um bom tempo. Deu nota ainda que, renuiu na passada semana com a presidente do conselho de administração da ULS Oeste, tendo sido informado que a administração central vai investir de cerca de 2/3 milhões de euros no hospital, ou seja, finalmente vão ter melhorias no edifício, concordando que as pessoas que ali trabalham têm sido excecionais, quer médicos, quer enfermeiros, quer auxiliares e de facto não merecem as condições que têm. ----------

----- Reforçou que a Câmara Municipal está disponível para ajudar, e vai haver intervenção em breve no hospital, pensando que já foi adjudicada, estando apenas a aguardar o início da obra. ---

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

2) – SEVILHEIRA – SANEAMENTO, COBERTURA DE REDE MÓVEL E CONTRAPARTIDAS PELO IMPACTO DAS EÓLICAS: ----------

----- O *cidadão* ***José Carlos Matos*** reportou-se à localidade da Sevilheira que dista cerca de 5 km da sede do concelho, onde esteve não há muito tempo numa assembleia de freguesia, tendo ficado com a ideia que é uma povoação a duas velocidades. Se por um lado sentem o ruído incomodativo dos aerogeradores e o problema das linhas de alta tensão, com eventuais impactos na saúde, por outro lado, estão desprovidos das mais básicas condições de vida, como é o saneamento e a cobertura de rede móvel, tendo sido com muita tristeza que ouviu a população dizer que têm que estar em casa agarrados ao seu telefone fixo, pois a rede móvel não existe, o ele próprio confirmou no local.----------

----- Assim, embora sabendo que não é responsabilidade deste mandato, gostaria de ser informado sobre as contrapartidas para a população da Sevilheira do impacto daquelas centrais de aerogeradores eólicas, que certamente existiram, o que é que o município pretende fazer para melhorar as condições destes cidadãos, e até que ponto os SMAS podem pelo menos levar as redes de saneamento até lá, ou tornarem mais digno o espaço. ----------

----- O ***presidente da Câmara*** fez notar que a Sevilheira não é caso único, o problema existe também em Olho Polido, para a qual já encetaram contactos com as operadoras, e já encontraram uma possível solução, que envolve um aumento de sinal junto da associação de caçadores.--------

----- Na Sevilheira estão a aguardar qual será a melhor solução, mas estão atentos tal como no saneamento, pois já foi pedido aos SMAS um levantamento identificando todos os locais onde há falta de saneamento no concelho e já estão a intervir onde é necessário, porque de facto é uma

carência que não pode acontecer em 2026. ----------

----- Por último disse em breve comunicaria ao cidadão o ponto da situação relativamente a esta matéria. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

INTERVENÇÃO DO CIDADÃO FRANCISCO MARIA CHARTRES MIRANDA DE BARROS VASCONCELLOS: ----------

1) – AGRADECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PELA DESCENTRALIZAÇÃO DAS SESSÕES:----------

----- O *cidadão* ***Francisco Vasconcellos*** disse as suas primeiras palavras eram um agradecimento a esta Assembleia Municipal, que descentraliza os serviços para à semelhança do que a Assembleia de Freguesia do Turcifal está também a fazer, ouvindo a população cada vez mais perto. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

2) - FALTA DE REDE ELÉTRICA JUNTO ÀS LOCALIDADES DE ALDEIA DA SERRA, ALMEIRINHOS, CASAL DE BARBAS E CADRICEIRA: ----------

----- O *cidadão* ***Francisco Vasconcellos*** disse que trazia ao plenário o assunto em título que foi debatido na assembleia de freguesia do Turcifal, no princípio do mês de abril, , para juntos tentarem resolver um problema que afeta a freguesia com bastante frequência. ----------

----- Sabe que há alguns problemas com as linhas de alta tensão e média tensão que afetam as populações do concelho, pelo que vem pedir a ajuda ao executivo para em conjunto com a assembleia de freguesia possam de alguma maneira pressionar a E-redes para a resolução deste problema.----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

----- **Período antes da ordem do dia**:----------

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: ----------

----- O *primeiro secretário* ***Ilídio Santos*** leu correspondência recebida pela Mesa, que foi numerada, e que irá ficar arquivada em pasta própria, anexa ao livro das atas.----------

RECOMPOSIÇÃO DO ORGÃO DELIBERATIVO: ----------

DOCUMENTO 1:----------

----- E-mail de Carlos Alberto Pontes Filipe, de 23/04/2026, a pedir a renúncia ao seu mandato, a partir desta data, devido a problemas de saúde.----------

----- Nos termos do n.º 1, do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99 de 18/09, na sua atual redação, para o preenchimento da vaga ocorrida, por se tratar do cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista do Partido Chega, foi convocada Ana Sofia Pestana Pinheiro Anastácio, que passou à efetividade de funções no Órgão Deliberativo a partir de 25 de abril de 2026 (sessão solene do

25 de abril). ----------

----- A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 7 do já citado artigo, aceitou a renúncia ao mandato. ----------

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: ----------

DOCUMENTO 2: ----------

----- E-mail do líder da Bancada do PS, Carlos Manuel Soares Miguel, de 29/04/2026 a comunicar que dado uma situação inesperada a deputada municipal Beatriz Pereira, não poderá estar presente, sendo substituída por João Paulo Torcato Apolinário, uma vez que os dois elementos a seguir na lista também estão impedidos. ----------

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO N.º 1 DA ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: ----------

DOCUMENTO 3: ----------

----- E-mail do Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, João de Deus Tomás Elias, de 21/04/2026, a informar que por motivos pessoais, não poderá estar presente na reunião, e será substituído pela secretária da junta, Odília Maria Francisco dos Santos Martins. ----------

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA NA SEQUÊNCIA DAS RECENTES INTEMPÉRIES: ----------

DOCUMENTO 4: ----------

----- E-mail da União de Freguesias de Cacém e São Marcos, de 26/02/2026 a remeter, o voto de Pesar e Solidariedade pelas vítimas das Intempéries, apresentado pela Bancada do Partido Chega, em sessão extraordinária da assembleia de freguesia, que se realizou no dia 24/02/2026.

DOCUMENTO 5: ----------

----- E-mail, da Assembleia Municipal da Maia, de 2/03/2026, a remeter voto de Pesar "Pelas Vítimas das Tempestades em Portugal" apresentado pela Iniciativa Liberal e aprovado por unanimidade, na 2.ª sessão ordinária do mandato de 2025 – 2029, realizada no dia 10/02/2026.---

DOCUMENTO 6: ----------

----- Ofício número 903/2026, da Assembleia Municipal de Matosinhos, de 27/02/2026, a informar que em sessão ordinária realizada no passado dia 23 de fevereiro, foi aprovado um voto de Pesar, Solidariedade e de Louvor e guardado um minuto de silêncio. ----------

DOCUMENTO 7: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal do Cadaval, de 6/03/2026, a enviar "Moção de Solidariedade para com as populações afetadas pela Depressão Kristin e pelas intempéries subsequentes", aprovada por unanimidade na sessão de 27/02/2026. ----------

DOCUMENTO 8: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal de Alcanena, de 6/03/2026, a remeter em cumprimento com a

sua deliberação, aprovada por unanimidade na sessão realizada em 27/02/2026, um Voto de Pesar pelas vítimas das recentes intempéries que assolaram o país, e que traduz a posição formal deste órgão, relativamente á matéria em apreço, manifestando a sua solidariedade institucional. --

DOCUMENTO 9: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal do Entroncamento, de 6/03/2026, a enviar "Voto de Solidariedade às populações afetadas pelas sucessivas intempéries que se abateram sobre o território nacional", traduzindo o mesmo a posição formal deste órgão, manifestando a sai solidariedade institucional. ----------

DOCUMENTO 10: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal de Penalva do Castelo, de 5/03/2026, a remeter, em cumprimento com a sua deliberação com aprovação por unanimidade, ocorrida em 27/02/2026, a "Moção de Solidariedade para com as populações afetadas pela passagem da tempestade kristin".

DOCUMENTO 11: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, de 6/03/2026 a remeter Voto de Solidariedade e de Agradecimento, para com todos os municípios afetados pelas tempestades, aprovado por unanimidade em sessão ordinária realizada no dia 25/02/2026.----------

DOCUMENTO 12: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal, de São Brás de Alportel, de 10/03/2026 a comunicar "Manifestação de Solidariedade aos municípios atingidos pelas tempestades", apresentada na sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2026.----------

DOCUMENTO 13: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal de Estarreja, de 11/03/2026, a remeter em cumprimento da deliberação deste órgão, aprovada por unanimidade na sessão realizada em 24/02/2026, o "Voto de Pesar pelas vítimas e de Solidariedade para com as populações afetadas pelos fenómenos meteorológicos extremos registados nos meses de janeiro e fevereiro de 2026, que traduz a posição formal deste órgão deliberativo, relativamente á matéria em apreço, manifestando a sua solidariedade institucional. ----------

DOCUMENTO 14: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal da Covilhã, de 13/03/2026, a remeter, em cumprimento da deliberação deste órgão, aprovada por unanimidade na sessão realizada em 23/02/2026, Voto de Pesar e de Solidariedade para com as populações afetadas pelos fenómenos meteorológicos extremos registados nos meses de janeiro e fevereiro de 2026, que traduz a sua posição formal relativamente à matéria em apreço, manifestando a sua solidariedade institucional.----------

DOCUMENTO 15: ----------

----- E-mail da Assembleia Municipal de S. João da Madeira, de 12/03/2023 a remeter o Voto de

Pesar pelas vítimas das intempéries, aprovado por unanimidade na sessão realizada em 26/02/2026. ----------

DOCUMENTO 16: ----------

----- E-mail de Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, de 23/0372026, a remeter mensagem de solidariedade na sequência dos fenómenos meteorológicos extremos que assolaram a região do Oeste.----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. ----------

FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES:----------

----- Nesta altura e antes de se iniciar o período previsto no regimento na alínea c) do art.º 39 "Assuntos do Interesse Geral", pediu a palavra o *deputado municipal* ***Carlos Miguel,*** dizendo que os membros do PS têm todo o gosto em estar no Turcifal, como terão todo o gosto em fazer assembleias municipais em toda e qualquer freguesia do concelho, mas têm que ter o mínimo de condições para trabalhar. ----------

----- Lembrou que teve o cuidado na reunião de líderes, de chamar a atenção da presidente que era necessário mesas para trabalhar, essencialmente numa reunião como esta, em que têm documentos com mais de 300 páginas. Nenhum dos outros grupos municipais se manifestou contra, mas agora constata que não foi providenciado, e se não fosse fundamental a presidente da Assembleia Municipal estaria sentada numa cadeira igual à sua, mas não está e é bom que não esteja. ----------

----- Nesta sequência questiona a razão de não terem mesas, na certeza que não há falta de mesas no município, e que por respeito ao órgão, à sua presidente, e às pessoas presentes, não abandonam a sala e participam na assembleia, mas sob protesto por não terem condições efetivas de ver, analisar e discutir os documentos em discussão.----------

----- A ***presidente da Assembleia*** agradeceu o comentário, assegurando que tentarão numa próxima reunião ter mesas, porque lhes pareceu que, os meios disponíveis para esta sessão, poderiam estar à altura da assembleia. Não estando e concordando, farão o possível para que na próxima possa ser melhor, até numa perspetiva construtiva, pedindo desculpa de não ter sido possível para hoje.----------

----- O ***presidente da Câmara*** manifestou a disponibilidade da Câmara Municipal para assegurar as condições necessárias.----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA: ----------

----- Na sequência da intervenção do público, e achando correta a resposta da presidente da Assembleia, no sentido da formalização do grupo, o *deputado municipal* ***Carlos Miguel***, questionou se nesta sessão o Chega não tinha grupo municipal constituído e se os tempos seriam

individuais. ----------

----- ***A presidente da Mesa*** informou que a vice-líder que é deputada Vanda Silva, assume a liderança do grupo municipal e continuam a ter um grupo municipal do Chega nas condições comunicadas em dezembro último. Convocaram o elemento a seguir na lista que se encontra presente, pelo que estão em efetividade de funções 4 deputados do Chega, contudo não pode aceitar que a líder seja a deputada Paula Lopes, pois a comunicação das alterações pretendidas não cumpre o regimento.----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

MOBILIDADE: ----------

----- O *deputado municipal* ***Fernando Guerra*** começou por saudar a todos e muito particularmente à população da freguesia do Turcifal, que os acolhe.----------

----- Depois assinalou que as intempéries causaram graves danos no concelho de Torres Vedras, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade. O PCP tem a noção de que o executivo municipal tem feito o que é possível para resolver os problemas, que são muitos, nas estradas e caminhos do concelho, e sabem que vão ser precisos vários anos para que as vias de comunicação do concelho de Torres Vedras atinjam o nível qualitativo que tinham antes das intempéries, e assim solicitam informação do seguinte: Estrada que liga Lobagueira a Ereira, se já há alguma solução prevista e qual a data prevista para efetuar a obra; O topo sul da Pista de Atletismo Carlos Lopes quebrou e continua a degradar-se e o que pensa o executivo municipal fazer e por último no que se refere à Linha Ferroviária do Oeste, no dia a seguir às intempéries, ouviram alguém falar no número de meses que levaria reparar os danos causados, mas parece tudo estar na mesma, se há alguma informação que o edil lhes possa transmitir. ----------

----- O *presidente de junta de freguesia da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, ***Damas Antunes*** interveio para secundar a questão colocada pelo colega em relação à Linha do Oeste, que está de facto parada, e convinha perceber o que é que está para acontecer, porque as notícias que se ouvem não são nada boas. ----------

----- Para prestar alguns esclarecimentos, nos termos do art.º 45.º do regimento foi concedida a palavra ao ***Vereador Diogo Guia***:----------

----- O vereador começou por dar nota que tem uma lista com 1000 incidentes em estradas que foram reportados no valor de 31 milhões. Relativamente à estrada Loubageira/Ereira, existem quatro rubricas no orçamento, sendo cerca de 1 milhão de euros só para construção de taludes e muros de suporte, e € 650.000,00 € só para a remoção do alcatrão. Trata-se de uma estrada importante, liga duas aldeias, tem uma ligação pela Vila Seca que não resolve o problema, e assume uma dimensão de tal maneira catastrófica que a autarquia não tem capacidade orçamental, e não recebeu até à data verbas do governo para resolver, pelo que será um

problema de muitos meses. ----------
----- Do mesmo modo indicou que não tinham € 600.000,00 para resolver o problema grave da estrada da Maceira, mas graças ao esforço dos funcionários da Câmara Municipal e com ajuda de empreiteiros locais, conseguiram resolver, ou seja, estão a fazer o melhor que podem, mas não vão dizer que farão o que é impossível fazer. Neste momento vão intervir na Fonte Grada, e também na EM 555 com a ajuda do presidente da junta de freguesia de São Pedro da Cadeira, numa situação muito delicada, e já estão em Casal de Barbas e Melroeira, para conseguir reparar uma estrada que tem via alternada, mas que impede a passagem dos autocarros escolares. -------
----- Disse que se alguém tiver uma solução que possa ajudar o município, é bem-vinda.----------
----- No tocante à pista da Paul, é verdade que é um problema grave que agora se agravou, mas logo em dezembro alertou para a necessidade de trazer o LNEC e fazer um estudo, porque de facto a situação é muito séria, numa pista de atletismo que é a única do concelho, e pode comprometer a sua utilização. Neste momento, é possível utilizar mesmo para competições, uma vez que dá para fazer pela corda interior, mas não dá para fazer certas provas, nomeadamente 400 e 800 m, portanto os deslizamentos de terra são um problema muito delicado que tem a ver com a natureza do território. ----------
----- No que concerne à Linha do Oeste, deu nota que foi criada no mandato anterior uma comissão de acompanhamento, que tem agendada uma reunião para a segunda quinzena de maio com todos os presidentes de junta. ----------
----- Anota-se que neste momento a mesa decidiu nos termos do n.º 5 do art.º 39.º conceder mais tempo para a intervenção do presidente da câmara municipal ou quem o substitua.----------
----- Quanto à questão do presidente da junta de freguesia de Campelos, esclareceu que o problema é em Meleças, porque a linha está aberta de Caldas da Rainha para cima e reuniram há 2 semanas com a IP.S.A., mas não há previsão de abertura. ----------
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------
<u>COMUNICAÇÃO ACERCA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO</u>:----------
----- O *deputado municipal* ***Jorge Santos,*** fez a intervenção que se transcreve:----------
----- "Atendendo a alguma tendência para exacerbação de linguagem, afigurou-se-nos importante trazer aqui uma comunicação acerca da liberdade de expressão, dos seus limites e da inutilidade da política que se afasta das pessoas. Diria que isto parece andar tudo ligado. Qualquer conspirador com escritório montado nas redes sociais dirá isto anda tudo ligado e às vezes, de facto, até anda. ----------
----- Veja-se que o género de comunicações que hoje é dominante entre os seres humanos é em regra superficial infantil, disparatado e constituiu o resultado de o elemento preponderante da informação ser a internet, que na sua versão atual desequilibra excessivamente a balança do

conhecimento e do entretenimento a favor deste último. ----------

----- Com efeito, o otimismo inicial perante a possibilidade da democratização da informação no contexto da *Word Wide Web*, sucede-lhe o triunfo das redes sociais, que fez com que a internet passasse a ter regras acerca da definição do que é a verdade e do que é a mentira. É também este fator que está ligado à crise da democracia. Veja-se até que há políticos que já só aspiram a fazerem-se notar na turba do espaço virtual, partilhando com ele o prazer da idiotia. ----------

----- Iniciamos há poucos meses funções neste órgão com a responsabilidade de representar esta comunidade, e é precisamente por isso que pretendemos trazer à colação este tema que parece teórico, mas que na verdade determina a qualidade da vida democrática do nosso concelho. -------

----- A liberdade de expressão é um dos pilares da democracia. Veja-se a este propósito o artigo 37 da Constituição da República Portuguesa, que por um lado, proíbe a censura, privilegia o direito de resposta, mas responsabiliza. ----------

----- Aqui neste órgão, a liberdade de expressão deve ser exercida com coragem, com pluralidade, mas sempre com respeito. Mas a liberdade, qualquer que seja, não significa impunidade, porque a palavra, como instrumento poderoso que é, pode construir pontes ou levantar muros, pode esclarecer ou manipular, pode mobilizar ou destruir a confiança. E nós, titulares de cargos públicos, temos dever de a usar para elevar o debate e não para o degradar. Se por um lado a crítica é saudável, por outro a demagogia é estéril. E se a divergência é necessária, a desinformação é tóxica. É por isso que sempre que falamos onde quer que seja, mas sobretudo nesta assembleia, devemos ter presente que a liberdade de expressão exige responsabilidade perante a verdade, a comunidade e a democracia. ----------

----- Mas a palavra, por si só não chega. ----------

----- A política torna-se inútil quando se transforma num ritual vazio, num conjunto de discursos que não tocam a vida real das pessoas. O risco que enfrentamos é de um poder que fala muito, mas que houve pouco, que debate números e regulamentos, mas ignora os problemas básicos que afetam quem vive trabalha e cria família no nosso concelho. A política perde sentido quando não resolve, não aproxima e não transforma. Tem de ser dito com frontalidade. ----------

----- A intervenção política deixa de ser útil quando serve agendas partidárias, vaidades pessoais ou batalhas estéreis de visibilidade, mas ao invés, torna-se útil quando o que deve procurar, era responder às dificuldades concretas das pessoas e resolver problemas de segurança, apoio às famílias, desenvolvimento económico e dignidade dos serviços públicos, mas para tanto tem de ser feita de proximidade, de verdade e de compromisso.----------

----- Por isso, o grupo municipal Unidos por Torres Vedras assumiu como mote usar a sua voz com responsabilidade.----------

----- Pretendemos que este seja um espaço onde as palavras não sirvam para obscurecer

problemas, mas para o nomear, onde a liberdade de expressão não seja uma arma, mas uma ferramenta e onde a política recupere o seu propósito essencial, melhorar a vida de quem representamos. ----------

----- Se estivermos à altura deste desafio, esta assembleia não será apenas um órgão deliberativo, será um exemplo de serviço público, de integridade e de respeito pelas pessoas que confiaram em nós." ----------

----- O *deputado municipal* ***Artur Narciso***, nesta sua primeira intervenção começou pelos cumprimentos, que estendeu a toda a população do Turcifal e de arredores, uma terra que sempre recebeu bem toda a gente. ----------

----- Achou importante esta intervenção, pois é de facto importante que haja democracia e haja debate, que não haja vitimização, porque não há perguntas populares, há perguntas e que têm que ter respostas e deixou ao colega Jorge Santos uma sugestão de leitura do filósofo, Cornelius Castoriadis "A ascensão da insignificância" ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

DEMOLIÇÃO DAS CASAS NA ENCOSTA DO CASTELO:----------

----- A *deputada municipal* ***Paula Lopes***, disse que trazia algumas questões relativamente à demolição das casas do Castelo, tema que já tinha sido abordado no plenário. ----------

----- Nesse propósito lembrou que a situação de demolição, de habitações na Rua de São Miguel, número 24, 26, 28 e 30 na zona do Castelo, tem causado preocupação e levantado dúvidas legítimas por parte da população, pois em um impacto significativo, não apenas do ponto de vista urbanístico, mas também social e até mesmo patrimonial numa zona que tem uma identidade histórica elevada para o concelho. Foi tornado público que esta intervenção tem como objetivo garantir as condições de segurança, nomeadamente com a colocação da um muro de contenção para garantir a estabilização da encosta e também para melhorar o sistema de drenagem de águas pluviais. ----------

----- Assim, fez notar que o Chega não coloca em causa a importância da segurança das pessoas e bens, que deve ser sempre uma prioridade de qualquer executivo e apoiam a decisão, mas, gostariam de ser esclarecidos do seguinte: ----------

----- 1- Se o estudo que foi acompanhado pelo LNEC, está disponível para consulta pública; --------

----- 2 - Sendo esta intervenção, de grande impacto sobre os torrienses que ali habitam, que acompanhamento efetivo foi dado aos moradores afetados, no sentido também de perceber a nível do realojamento como é que foi feita esta avaliação e foi disponibilizada esta ajuda;----------

----- 3 – Se o valor de € 536.000,00 que se refere para a demolição das habitações, contempla também a expropriação, ou seja, é o valor total ou não; e ----------

----- 4 - Qual é a previsão para a expropriação e para as obras de estabilização. ----------

----- Por sua vez o *deputado municipal* ***António João Bastos*** disse que não iria responder ao Chega, mas iria abordar também este assunto.----------

----- Nesse propósito referiu que as quatro casas na encosta noroeste sempre tiveram desenquadradas do conjunto, lembrando que quando há 30 anos atrás se fez o 1.º plano pormenor para a zona histórica, já se consideraram aquelas casas "desenquadradas", embora tivessem que ter em consideração o contexto e que não havia dinheiro para as expropriações. E tanto quanto sabe, desde 2015 que existem relatórios geológicos sobre a necessidade de se fechar o anel em betão, conforme está na traseira do "Bang", para conter os deslizamentos da encosta do Castelo. ----------

----- Referiu ainda que o informaram que esse anel, tem que ser na base da encosta, e coincide com o local daquelas casas que estão efetivamente em perigo, e basta olhar para verem que aquela encosta está toda muito instável e a câmara está a fazer o que tem a fazer, o que não é fácil, é preciso até coragem e é preciso mobilizar meios financeiros muito significativos, quando estão a falar de um encargo que no futuro não terá grande visibilidade, como uma estrada ou como uma escola.----------

----- Lamentou que aquelas famílias, que sempre viveram ali, tenham que sair, mas é para segurança das próprias, e não se pode falar de algum modo em eleitoralismo nesta matéria. -------

----- Também achou pertinente assinalar que, desde que se lembra, o coberto vegetal da encosta, sempre lhe pareceu desadequado e já confirmou com especialistas na matéria, que não é o coberto vegetal adequado para uma encosta com aquele pendente. Pensa que a Câmara Municipal deve aproveitar para complementar a intervenção da construção civil do anel e todas as obras geológicas que são necessárias fazer e de drenagem, com um projeto de arquitetura paisagística que defina o coberto vegetal adequado para aquela encosta e consequente obra de plantações.----------

----- Depois de devidamente autorizado usou novamente da palavra o ***Vereador Diogo Guia***, dizendo que queria deixar todos descansados quanto a este assunto e se a deputada Paula Lopes falou da apreensão dos cidadãos, não há cidadãos mais apreensivos, certamente como os que lá vivem, com quem já reuniu diversas vezes. ----------

----- Neste contexto informou que acionaram o mecanismo que foi permitido no contexto da Kristin, a Lei n.º 9-C/2026 de 12/03, que permite fazer expropriações urgentíssimas visando a segurança, porque há ali fatores de insegurança, agradecendo a referência do deputado municipal João Bastos, pois de facto é uma coisa que não queriam estar a fazer, mas que já consta do Plano de Pormenor de 1990, e nos vários relatórios que foram feitos desde então até ao último datado de 25/02 e há fendas e há terra dentro das casas, pelo que as duas famílias com filhos já não estão nas habitações e estão a ter o máximo de cuidado. ----------

----- Assinalou ainda que é uma situação gravíssima, pois aquelas casas estão, não só com perigo eminente de derrocada para dentro das mesmas, mas com queda da muralha, porque é a zona onde que está mais fragilizada, sendo de resto que o que relatório do LNEC diz, ou seja que é fundamental fazer a interdição do Castelo. ----------

----- Também deu nota que já conseguiram uma solução para uma das famílias, e tem comunicado previamente às famílias o que vai acontecer antes de ser tornado público, o que vai continuar a fazer, pois é um assunto delicado e aproveitou para dizer que ficou muito sensibilizado com os atos de solidariedade entre eles, quando escolherem quem é que devia ser beneficiado primeiro, todos conscientes de que é uma coisa que tem que ser feita sob pena de continuar a arriscar a sua segurança e a segurança da encosta. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

ESCOLAS DO CONCELHO:----------

----- A *deputada municipal* ***Andreia Caldas***, reportando-se à EB1-JI da Freiria, na sequência da questão colocada pelo presidente de junta de freguesia da Freiria na última assembleia, e atenta à notícia do Badaladas sobre a escola dos Chãos, solicitou informação mais detalhada sobre o andamento do projeto e a data previsível para o lançamento da empreitada, sobre a tipologia da escola e se o número de salas previsto tem margem para o crescimento da rede escolar, como sempre acontece quando há uma escola nova. ----------

----- Relativamente à EB2,3 do Maxial e na sequência da pergunta parlamentar efetuada pelo deputado Marco Claudino questionou sobre quem recai a responsabilidade política da retirada desta escola da lista de prioridade assumida pelo governo em 2019, aquando da transferência de competências e uma vez que a escola está ao dia de hoje classificada com prioridade 3, qual é a expectativa do executivo relativamente ao financiamento da sua tão necessária requalificação. ----

----- O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, ***José Damas Antunes***, reportou-se à Escola Gaspar Campelo, sobre a qual nos últimos 3 anos há a expetativa de eventualmente começarem obras, interpelando o ponto da situação da candidatura.

----- Sobre o jardim de infância da Cabeça Gorda, que teve previsto iniciar obras o ano passado no verão, este ano com as chuvas ainda piorou, e precisava de ter a confirmação de que as obras vão efetivamente acontecer neste verão. ----------

----- Depois de autorizada pela Presidente da Mesa, ao abrigo do n.º 2 do art.º 45, tomou a palavra a *vereadora* ***Rita Sammer*** que antes de responder a algumas questões cumprimentou todos os turcifalenses na pessoa do presidente de junta, agradecendo por os receber na sua casa.----------

----- Relativamente à preocupação do ponto de situação da escola e EB1/JI da Freiria, deu nota que efetivamente foi dito na última reunião da Assembleia Municipal que o projeto estava em fase de conclusão e que podiam a breve trecho fazer a adjudicação da empreitada, mas a realidade é

um pouco diferente. ----------

----- Neste contexto, foi inteirar-se e verificou que existe um problema com algum grau de gravidade para resolver, porque o executivo anterior não adquiriu o terreno para a construção do parque de estacionamento, que faz parte das especialidades, que estão adjudicadas, pelo que vão ter ainda que fazer a aquisição do terreno. O problema não parece muito fácil de resolver neste momento, porque a proprietária do terreno onde está projetada a construção do parque de estacionamento, terá manifestado não ter vontade de proceder à venda do mesmo, e, portanto, há ainda mais um terreno em vista porque um terceiro terreno está em RAN REN, ou seja, não permite qualquer construção e vai ter uma reunião no próximo dia 14 para tentar encontrar uma solução.----------

----- Deu nota ainda que na expectativa de conseguirem resolver esta questão do estacionamento, com alguma rapidez, estimam, porque ainda falta fazer a revisão externa do projeto, que possam fazer o lançamento da empreitada até ao final do ano 2026, mas é preciso que consigam resolver esta questão.----------

----- Sobre a tipologia da escola da Freiria, referiu que é uma escola EBJI, ou seja, tem programadas duas salas para jardim de infância, uma sala de prolongamento e no que diz respeito ao primeiro ciclo, cinco salas de aula e mais uma sala “extra”. Esta tipologia, não é uma tipologia que lhes agrade, porque precisamos de ter escolas do primeiro ciclo com múltiplos de quatro, precisamente porque há sempre um crescimento de rede e não faz sentido estarem a prever escolas, com salas que vão albergar turmas com mais do que um nível de ensino e, portanto, não vão repetir esta tipologia em escolas futuras.----------

----- Relativamente ao presente, havendo o crescimento da rede, que sempre acontece quando há escolas novas, têm que eventualmente equacionar uma requalificação das escolas que, entretanto, deixam de funcionar para albergar o JI, para poderem, de facto, ter sempre múltiplos de quatro nas escolas do primeiro ciclo, o que também já vão fazer noutros estabelecimentos de ensino, e assim têm esta possibilidade de resolução de um problema quando se vier a materializar.----------

----- No que respeita à Escola 2,3 do Maxial, assinalou que é uma escola que muito a preocupa, porque efetivamente aquando da transferência de competências foi uma escola classificada pelo governo como escola prioritária, explicando que na altura, tinham três escolas prioritárias, a de Campelos, que se transformou não numa P1, mas numa P2 e a da Freiria, que, entretanto, viu as suas obras efetuadas e a de Campelos. Mais explicou que que a escola do Maxial desapareceu da lista de escolas prioritárias em 2022, num acordo que foi estabelecido com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que veio, relativamente às escolas que anteriormente tinham passado para os municípios classificar em P1 ou P2 e Campelos ficou P2, e o Maxial ficou P3, ou seja, no

mesmo nível de prioridade das outras escolas que não foram consideradas prioritárias. Isto é algo que a preocupa bastante, até porque não conhecem à data fontes de financiamento para estas escolas que agora são P3 e neste sentido, já pediu à vice-presidente para a educação, da CCDRLVT uma reunião, mas que tomou posse muito recentemente, e só em meados de maio é que vai estar em funções.----------

----- Numa última nota salientou que até lá vão desencadear a aquisição dos projetos, para os conseguirem candidatar logo que que venham a ter essa oportunidade.----------

----- Relativamente à escola EB2 Gaspar Campello, é uma escola P2, o projeto já foi ao revisor externo, está novamente na empresa para fazer as devidas correções, mas é um projeto muito atribulado, com culpas de parte a parte. Os técnicos do município atribuem culpas à empresa, a empresa atribui culpas ao município, mas o que interessa é resolver o problema, e é nesse sentido que estão a trabalhar, crendo que terão condições de cumprir o prazo que é 30 de junho, apesar de se estimar que possa haver ainda um prolongamento até ao final do ano. ----------

----- Finalmente, no que diz respeito ao JI da Cabeça Gorda, que efetivamente não foi feita o ano passado, esclareceu que neste momento já tem o cabimento aprovado, e as peças do procedimento estão a ser ultimados para remeter para a divisão de contratação pública. Foi feita uma visita à escola na passada quarta-feira e as obras de requalificação vão arrancar em breve.--

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

SEGURANÇA NO CONCELHO:----------

----- A *deputada municipal* ***Susana José***, pediu a palavra para deixar uma nota sobre o aumento dos níveis de inseguridade no concelho, nomeadamente os casos recentes de conflitos entre grupos de jovens, assaltos e um aumento exponencial de *graffiti e tags* no centro histórico de Torres Vedras.----------

----- Assim, questionou sobre o estado de algumas medidas que os Unidos já tinham identificado como prioritárias, neste tema de segurança, referindo-se à instalação de câmaras de vídeo vigilância em sítios críticos e na polícia municipal.----------

----- Relativamente à insegurança no concelho, da cidade em particular, devidamente autorizado, pela presidente da Mesa, o ***vereador Diogo Guia*** informou que o município já constituiu em dezembro o conselho restrito do Conselho Municipal de Segurança que está previsto na lei. --------

----- Mais informou que o município tem um plano de colocação de videovigilância e estão a acompanhar com bastante apreensão o fenómeno, nomeadamente os grafitis, e os incidentes de violência, ainda que esporádicos, que são de grande preocupação. Estão a trabalhar em articulação e estão a reunir todos os meses, com todas as forças da autoridade que também estão a dar o seu melhor para conseguir ultrapassar essa situação. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

CEDRO DE RUNA: ----------

----- O *Presidente de Junta de Freguesia de Runa*, ***Humberto Gomes*** fez a seguinte intervenção sobre o assunto em título:----------

----- "É com o coração cheio, como Presidente da Junta de Freguesia de Runa e filho desta aldeia, que hoje vos venho falar e prestar tributo a um dos maiores símbolos do nosso património natural e histórico: o Cedro de Runa. ----------

----- É com enorme sentido de dever e orgulho que celebramos a sua eleição como Árvore do Ano 2026 em Portugal. ----------

----- Este título, conquistado entre 52 exemplares de excelência de todo o país, não é apenas um reconhecimento botânico. É, acima de tudo, uma vitória da identidade de Runa, uma freguesia que há mais de cinco séculos afirma a sua importância no concelho de Torres Vedras.----------

----- Ao longo de cinco séculos, fomos moldados pelo trabalho, pela resiliência e pelo amor às nossas raízes. Mas hoje, o nome da nossa aldeia ecoa com uma força nova.----------

----- Mas não ficámos por aqui. Levámos o nome de Runa e de Torres Vedras para lá das nossas fronteiras. No concurso da Árvore Europeia do Ano 2026, entre os 12 mais belos exemplares de todo o continente, o nosso cedro conquistou um honroso sexto lugar.----------

----- E ficar em 6.º lugar na Europa, à frente de tantas cidades famosas, mostra que a nossa aldeia, tem uma força que não se explica, sente-se.----------

----- Pensem bem no que isto significa: a Europa olhou para Runa. A Europa reconheceu a beleza e a majestade deste nosso património. Saímos do anonimato para nos tornarmos um ponto de referência no mapa da biodiversidade e do orgulho local. ----------

----- Este feito dá-nos visibilidade, sim, mas traz-nos também uma responsabilidade: a de continuar a preservar o que é nosso. Este cedro viu gerações passarem, viu a nossa freguesia crescer e, agora, é ele que nos projeta para o futuro. Que esta vitória sirva de inspiração. Que nos lembre que, tal como as raízes profundas deste cedro, a nossa união é o que nos sustenta. ----------

----- Gostaria de endereçar um agradecimento institucional à Câmara Municipal e às várias Entidades públicas e privadas, pelo apoio constante na divulgação desta candidatura, promovida pelo executivo da Junta de Freguesia. Graças a este esforço conjunto, elevámos o nome de Runa ao contexto internacional. ----------

----- Ao projetarmos Runa para a Europa, não mostrámos apenas uma árvore; mostrámos a nossa capacidade de preservação, a nossa cultura e a nossa hospitalidade. Que este Cedro, a precisar de uma intervenção de limpeza, continue a ser o guardião da nossa história e o símbolo de um futuro próspero e sustentável para a nossa região. ----------

----- E como mencionado nas candidaturas "Este majestoso cedro, plantado pelo Sr. Alfredo Cebola, há pouco mais de 75 anos, junto à Igreja de S. João Baptista, testemunhou partidas,

regressos, celebrações e silêncios - e hoje é um verdadeiro símbolo de resistência e pertença no nosso Concelho." ----------

----- Agora, quando alguém perguntar onde fica Runa, já não precisamos de dar muitas direções ou de mencionar o lugar dos campeões da luta. ----------

----- Basta dizer: “É a terra do Cedro mais bonito do país!"----------

----- O ***presidente da Câmara*** expressou os seus parabéns, pela conquista. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DA PONTE DO ROL:----------

----- O *autarca* ***Pedro Vaza***, depois dos devidos cumprimentos, aproveitou para agradecer a excelente receção à Associação de Moradores de Desenvolvimento da Freixofeira, onde no dia anterior tinham almoçado e realizado uma reunião de trabalho. ----------

----- Depois salientou que das intervenções que foram feitas não há único elogio. Há necessidade de trabalho. É verdade que são só 6 meses, mas ao contrário de muitas assembleias em que se ouviam sempre elogios, desta vez, é só exigência, o que considera bom, porque o sente como verdadeiro. ----------

----- Prosseguiu dizendo que vinha falar dos rios, um assunto que abordou no plenário em dezembro, pois estavam horríveis, e as condições eram péssimas, precisavam de intervenção rápida, lembrando que logo, por azar, tiveram um fevereiro e um março horrível, com 10 cheias. --

----- Reforçou que foi sem dúvida um ano atípico, mas há muito trabalho a fazer, e não sabe se é competência do município, ou se é da Agência Portuguesa do Ambiente, mas sabe que é necessário começar já. Há muita gente com necessidade de começar a cultivar terrenos e simplesmente não se passa, há situações que são mesmo, quase intransponíveis, e queria deixar registado que deve haver um ciclo de ação, não sabe se em conjunto com a Agência Portuguesa do Ambiente ou não, mas pelo menos com a Junta de Freguesia de Ponte do Rol, com a qual podem contar dentro das suas possibilidades, pois neste momento é a sua principal prioridade e queria saber o que é que a Câmara Municipal pensa disto.----------

----- Devidamente autorizado, o ***vereador Diogo Guia***, disse que percebe a razão da intervenção do presidente de junta da Ponte do Rol, que está conhecedor das prioridades, mas iria fazer pública a informação que partilhou com o autarca várias vezes, há três semanas, quando fizeram um percurso a pé ao longo do rio, ou seja, que a prioridade é intervir da Ribeira de Pedrulhos a Valverde, porque foi a zona mais fustigada e já estão no terreno a fazer desobstrução, retirar árvores e a e corrigir os taludes. ----------

----- Informou ainda que existem problemas muito graves do Aranha para a frente, com agricultores que não conseguem aceder aos seus terrenos, têm 178 km de estradas comprometidas, e estão a terminar as emergências de reabertura das estradas principais. ----------

----- Deu nota ainda que têm € 150.000,00, celebrados no dia 16 com a Agência Portuguesa do Ambiente, mas que é muito pouco e a autarquia já alocou € 50.000,00 que são traduzidos em horas de máquinas.----------

----- Terminou dizendo ao autarca que o comportamento que teve como presidente da junta durante aquele período foi exemplar e na defesa dos direitos e dos interesses dos ponterrolenses continua a ser exemplar, e espera que este executivo, esteja à altura de conseguirem continuar a fazer o trabalho de qualidade que fizeram. ----------

----- A Assembleia municipal tomou conhecimento. ----------

LINHA DO OESTE – RUNA: ----------

----- O *deputado municipal* ***Vale Paulos***, relativamente à revisão projeto da obra da IP na passagem superior de nível de runa, classificada como das mais perigosas do país, questionou qual a previsão do arranque desta obra, que preocupa todos os utentes que por ali passam.--------

----- Relativamente à deslocalização do apeadeiro de Runa para o Parque Verde, inquiriu para quando estão previstas as obras da responsabilidade da autarquia, ou seja, a aquisição dos terrenos para construção do acesso ao parque de estacionamento e a construção da ponte pedonal sobre o rio Sizandro, bem como do acesso a Penedo ao outro lado da linha onde está prevista a localização do novo apeadeiro. ----------

----- O ***presidente da Câmara*** informou que brevemente iam ter uma reunião com a IP. S.A., da parte da ferrovia, que será em Runa, eventualmente na segunda semana de maio, porque querem ver caminhos alternativos, uma vez que para fazer aquela obra, é necessário interditar o acesso a Runa. Também já têm a avaliação do terreno necessário, para fazer o tal ponto de ligação e o estacionamento, pelo que estão no bom caminho para avançar com tudo aquilo que é essencial.--

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM – ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE – INSTITUTO POLITÉCNCIO DE LEIRIA: ----------

----- Relativamente à saúde que tanto os preocupa o *deputado municipal* ***Fernando Guerra***, disse que têm ouvido ultimamente vozes num concelho vizinho dizer que vão ser a capital da saúde, pelo que questiona se há alguma informação recente acerca da localização do novo hospital do Oeste. ----------

----- Igualmente gostaria de saber o que se passa com a escola superior de enfermagem e o que tenciona o executivo fazer com as antigas instalações do SMAS e com a obra ali iniciada, pois segundo sabe, com a recusa da Câmara Municipal em cumprir o protocolo assinado com o Instituto Politécnico de Leiria para abrir o curso superior de enfermagem em Torres Vedras, este acabou por ir parar às Caldas da Rainha, e daí que, numa altura em que o primeiro-ministro em campanha eleitoral prometeu a localização do novo hospital do Oeste nas Caldas e o presidente

da Câmara, também em campanha eleitoral, prometeu o contrário, ou seja, a localização em Torres Vedras, o PCP considera que a recusa do curso superior de enfermagem em Torres por parte da Câmara Municipal e do seu executivo é nada mais, nada menos, que entregarem todos os "ases" e sobretudo o "ás de trunfo" às Caldas de Rainha para que o novo hospital Oeste venha a ser localizado naquela cidade. ----------

----- Reforçou que não querer acreditar que depois de terem levado a maternidade, levem também a escola superior de enfermagem e o hospital do Oeste, mas tudo indica esse caminho e as dúvidas, são muitas neste momento. A população do concelho de Torres Vedras tem muito orgulho em ser torriense e luta para ter melhores condições de vida e não está disponível para mais uma vez sair prejudicada por decisões que afetam o desenvolvimento e a sua qualidade de vida. ----------

----- A *deputada municipal* ***Susana Neves***, expressou cumprimentos a todos, em especial a toda a população do Turcifal que hoje os recebe. ----------

----- Referindo-se à saúde, adiantou que o melhor plano estratégico para a saúde é trabalhar com todos, e, trabalhar com o Instituto Politécnico de Leiria é uma oportunidade única de trazerem para o concelho de Torres Vedras o ensino superior especializado em saúde preventiva, inovadora e de investigação. A proposta do IPL com as licenciaturas em saúde digital e em ciências biomédicas laboratoriais são emergentes e deve ser inquestionável terem estas duas licenciaturas no concelho de Torres Vedras. ----------

----- Prosseguiu dizendo que a captação de jovens licenciados na digitalização da saúde vai permitir criar ferramentas integradas de diagnósticos clínicos e de acompanhamento da evolução, não só, do diagnóstico agudo como da doença crónica, facto que assinala com preocupação porque em 2025, 44% das pessoas com mais de 16 anos em Portugal já tinham uma doença crónica, as quais, mal-acompanhadas, são responsáveis por 86% dos óbitos. ----------

----- Salientou que, não se ter instrumentos de saúde digital e tecnológica, os faz repetir exames complementares de diagnósticos e não haver cruzamentos de registos clínicos reabilitativos e sociais entre os cuidados de saúde primários, cuidados de saúde hospitalares, os cuidados continuados, os hospitais centrais e os hospitais de especialidade como o de oncologia, e assim vão tendo doentes com réplicas de exames, atrasos em diagnósticos e intervenções médicas adiadas. ----------

----- Já as captações de jovens licenciados em ciências biomédicas laboratoriais podem responder a outra realidade, pois diariamente nos hospitais são invadidos pelas doenças virais, as gripes sazonais e os seus subtipos, que não vivem só no contexto de internamento hospitalar, pois viajam para a comunidade aquando as altas hospitalares e os doentes vêm para a comunidade. --

----- Assinalou que vivem assim sobre o desconhecimento de uma ciência incrível, com muito

ainda para explorar e melhorar em benefício de todos e, por isso, há que deixar os jovens estudar, e investigar.----------

----- Para além destas licenciaturas, frisou que o IPL demonstrou intenção de avançar com mestrados em enfermagem cirúrgica, terapia ocupacional e também cuidados paliativos, sem a qual continuam a praticar uma medicina intensiva, a praticar obstinação e futilidade terapêutica, a praticar medidas de distanásia e não preparam os doentes e famílias para a finitude da vida, o morrer. Sem o mestrado em cuidados paliativos, não podem abrir unidades cuidados paliativos no concelho de Torres Vedras, e se abrem cuidados paliativos, sem esta formação, apenas vão executar ações paliativas e não uma verdadeira medicina paliativa, bem como incumprir a Portaria n.º 340/2015 de 8/10. ----------

----- Reforçou que é necessário algo de divino, inovador e desafiante para que os jovens de hoje rejeitem os padrões habituais, confiem em si mesmo, renovem a vida da sociedade, a que chama democracia evolutiva, a democracia que lhes inspira respeito pelo próximo e uma preocupação por uma medicina social preventiva e as áreas formativas que o IPL lhes oferece respondem a esta preocupação, pelo que deixa esta reflexão e olhar visionário ao presidente da câmara. ----------

----- O *deputado municipal* ***Luís Carlos Lopes,*** manifestou o seu agrado por se encontrar no Turcifal e cumprimentou os presentes. ----------

----- Na senda das intervenções anteriores, considerou importante dar nota que o IPL está em Torres Vedras desde 2017 com os cursos TESP, tendo desde essa altura o executivo assegurado as condições e as instalações para que os cursos decorressem de forma a serem importantes para o concelho, e propiciou inclusive as residências universitárias e um conjunto de facilidades. Porém, em 2020, houve um protocolo e inclusive veiculado publicamente em jornais, e pode ser consultado na web que iria haver uma escola superior de saúde, nomeadamente com o curso de enfermagem. ----------

----- Considerou igualmente de salientar que subitamente este atual executivo, conjuntou uma realidade preocupante, ou seja, não estava garantida a formação em enfermagem, estavam apenas previstos cursos em áreas como laboratório forense, nutrição ou digitalização, quando a enfermagem era e é uma área essencial para o concelho. Perante esta realidade, o executivo fez aquilo que lhe competia, avaliou, ponderou e decidiu bem, a decisão tomada não foi um recuo, foi uma decisão de responsabilidade, foi uma decisão de não continuar dependente de um modelo que não estava a produzir resultados, equívocos, como se percebeu, e que não assegurava aquilo que era essencial e de avançar para uma solução mais sólida e a mais ambiciosa, envolvendo o Campus Saúde do Barro e a parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, entidade obviamente híper credível que ninguém porá em causa. ----------

----- Reforçou que se trata de um projeto estruturante para o concelho em três pilares, cuidados de

saúde, investigação e formação, um modelo integrado onde a formação está ligada à pratica clinica e à investigação cientifica e é neste contexto que o curso superior de enfermagem poderá ser concretizado com qualidade, consistência, escala e sustentabilidade. ----------

----- Indicou que isso não invalida que o município possa manter as partilhas com o IPL noutros moldes, noutras vertentes, inclusive como a colega Susana referiu, nas áreas das biomédicas pensando que se antecipa que poderá prosseguir nesses moldes. ----------

----- De qualquer forma, Torres Vedras tem hoje e continuará a ter ensino superior, nomeadamente cursos TESP, na Escola Profissional Agrícola Fernando Basco Leal, em parceria com a Escola Superior Agrária e o Instituto Politécnico de Santarém, entidades que estão disponíveis para alargar esta parceria, e que já manifestaram publicamente já há bastante tempo.

----- Disse ainda que importava recordar o peso do setor agrícola no concelho, assim como a existência no território um ativo único, o SFCoLab - um laboratório colaborativo para a inovação digital, onde o município participa diretamente em conjunto com INIAV e várias universidades e entidades ligadas ao digital e ainda setores estratégicos como horticultura e viticultura, ou seja há um conjunto de áreas que podem ser desenvolvidas e não é apenas e só com o Instituto Politécnico Santarém ou o IPL, há um conjunto de outras entidades que estão certamente disponíveis para poder fazer as mais diversas parcerias. ----------

----- Fez notar que a diferença hoje é clara, existe uma estratégia, mais completa, mais exigente e mais preparada. Não é só o diz que disse, não é ir para os jornais dizer que se tem um curso e depois não se tem nada previsto e não se está nada preparado, por isso, importa afirmar com toda a clareza, o ensino superior em Torres Vedras não está em causa, irá ser reforçado, diversificado e preparado com maior ambição e este é o caminho que melhor serve o concelho. ----------

----- Por sua vez o *deputado municipal* ***Artur Narciso***, reconhecendo a veia competitiva do edil e o seu amor por Torres Vedras, fez notar que aquilo que sentiu num vídeo que o presidente da Câmara das Caldas da Rainha fez, foi que foram derrotados, porque quando uns não querem, estão outros estalando e o que é certo é que "E Caldas tudo levou", e no que se refere ao ILP, a sensação com que fica é que trocaram o certo pelo incerto. ----------

----- Também no âmbito da temática em título interveio o *deputado municipal* ***Rui Prudêncio*** que começou por fazer uma alusão à intervenção sobre a liberdade de expressão, que no seu entender para ser verdadeiramente livre tem de ser verdadeira, e vinha fazer a reposição da verdade. ----------

----- Nessa sequência lembrou que aquando da apresentação em sede de executivo do protocolo com o IPL, foi dito de forma muito clara ao então vereador e atual presidente da câmara, quais os cursos superiores que iriam ser ministrados na Escola Superior de Saúde. Em nenhum momento, da parte do PS foi dito ou referido, o curso de enfermagem, e acabar um protocolo com uma

instituição que se propõe colocar no concelho dois cursos superiores na área da saúde, com o argumento de que algures numa rede qualquer social, foi dito por alguém, que lá também existiria um curso enfermagem, acha uma redução e uma desvalorização daquilo que poderia ser aquele polo de desenvolvimento na saúde e no ensino. ----------

----- Enfatizou que o Campus da Saúde do Barro não substitui, nem nunca substituiria, qualquer escola superior de saúde, antes, pelo contrário, iria complementar, pois no Campus do Barro não está previsto nenhuma licenciatura em saúde e não existe a "história" do ensino superior no Campus do Barro. O que está protocolado são cursos de especialização, investigação na área da medicina. O que está protocolado com o Barro é com a Faculdade de Medicina, não é com a Faculdade de Enfermagem e pretenderem vir hoje dizer que naquele espaço, com aquelas entidades, poderá existir um curso de enfermagem é, ou não saber nada daquilo que é o ensino superior ou então fugir muito àquilo que será a verdade da liberdade de expressão. ----------

----- Prosseguiu indicando que o recente anúncio por parte do presidente da câmara do fim do protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria e o consequente abandono da construção da Escola Superior de Saúde em Torres Vedras levanta sérias preocupações junto dos torrienses e dos agentes locais de saúde. Mais do que o fim de uma parceria institucional, trata-se de uma decisão política clara, assumida pelo presidente da câmara, com impacto direto na formação de profissionais na área da saúde e no desenvolvimento local e regional. ----------

----- Salientou que a Escola Superior de Saúde iria desempenhar um papel crucial na qualificação de técnicos e licenciados e reafirmou que que o único espaço que estava programado para ter licenciaturas superiores na área da saúde era na Escola Superior de Saúde do IPL. ----------

----- Salientou também que a Escola Superior de Saúde iria desempenhar um papel crucial na qualificação de técnicos licenciados em áreas essenciais, contribuindo para colmatar carências no setor da saúde, o seu eventual desaparecimento deixará um vazio difícil de ignorar, não apenas académico, mas também social e económico, um vazio que resulta diretamente uma opção do atual executivo municipal, contudo, aquilo que mais o inquieta não é apenas o anúncio do fim de um projeto, mas a ausência de visão para o futuro da formação em saúde no concelho, pois a decisão de terminar este protocolo não foi acompanhada de uma estratégia alternativa sólida, o que levanta dúvidas legítimas sobre o rumo definido. ----------

----- Acresce ainda uma preocupação adicional que não pode ser ignorada, ou seja, surgem indicações de que o Instituto Politécnico de Leiria poderá já estar, e acrescentaria depois da reunião do dia anterior da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM, já está em diálogo com o município das Caldas da Rainha para aí instalar a sua escola superior de saúde, e a confirmar-se, estarão perante uma consequência direta da decisão tomada pelo executivo, liderado por este presidente, a perda de um investimento estratégico para outro concelho da região. ----------

----- Defendeu ainda que esta eventual transferência levanta inevitavelmente uma questão estratégica de maior alcance, que é a de que impacto poderá ter na decisão sobre a localização do futuro hospital do Oeste, pois ao abdicar de um projeto estruturante na área da saúde, o presidente da Câmara está na prática a fragilizar a posição de Torres Vedras na decisão regional de enorme importância. ----------

----- Perante isto interroga-se se estará o executivo consciente desse risco ou está o concelho a perder influência por falta de visão estratégica. ----------

----- Referiu que a eliminação de uma Escola Superior de Saúde não pode ser vista apenas como uma escolha de políticas públicas neutras, é uma decisão política concreta, com responsáveis identificáveis e cujas consequências devem ser avaliadas à luz do interesse público, no momento em que tanto se fala em inovação, qualificação e futuro, a decisão de encerrar uma escola ligada à saúde parece-lhe, no mínimo contraditória.----------

----- Concluiu dizendo que o fim deste protocolo não pode ser apenas o fecho de uma porta, exige responsabilidade política, transparência e, acima de tudo, a abertura de um debate sério para o caminho que se quer seguir. “Com esta medida, perdemos. Perdemos todos. Perdemos duas licenciaturas em saúde.” ----------

----- De novo no uso da palavra o *deputado municipal* ***Luís Carlos Lopes***, lembrou ao deputado Rui Prudêncio que a Faculdade de Medicina faz parte da Universidade de Lisboa e integra o Centro Académico de Medicina de Lisboa, que integra precisamente a Escola de Enfermagem conjuntamente com o Instituto de Medicina Molecular.----------

----- Concluídas as intervenções sobre este assunto foi dada ao ***presidente da câmara*** para alguns esclarecimentos:----------

----- O edil confirmou que todos estavam convencidos que, não que iam ter a Escola Superior de Saúde, mas que iam ter um curso superior de enfermagem, porque estrategicamente o executivo de então, estava no caminho certo, quando celebrou o protocolo em 2019 com a Faculdade de Medicina de Lisboa para o Campus da Saúde, ter um polo de investigação no ex-Hospital do Barro, onde existem 2,5 hectares e uma infraestrutura de excelência para implementar tudo isto relativamente à investigação e que todas as forças políticas subscreveram na íntegra.----------

----- Depois houve uma grande paragem, mas o executivo que lidera deu continuidade ao projeto, concluindo os estatutos, celebrando a escritura e nomeando os órgãos sociais. Também realizou mais 40 reuniões com empresários, já tendo conseguido angariar algum financiamento, pois trata-se de um projeto ambicioso de cerca de 60 milhões de euros, pois tem um forte componente de investimento privado.----------

----- Assim, não percebe quando dizem que o concelho está a perder competitividade para outros e está em causa o hospital, quando o que estão a fazer no Campus da Saúde é algo inovador,

não só no país, mas também na Europa. ----------

----- Continuou esclarecendo que também estão em conversações, com a Universidade de Lisboa para ter algum curso superior de enfermagem, confirmando que o ESEL faz parte desta universidade. O caminho é por aí, o Campus da Saúde deve albergar tudo, inclusive uma escola de saúde superior de saúde, pensando que o líder da bancada do PS concorda com ele, pelo menos tinha essa ideia quando conversaram sobre este tema. Agora não sabe porquê, mudou de opinião, achando que às vezes o PS fala a duas vozes e é difícil perceber qual é a sua estratégia, mas a estratégia do Executivo está bem definida. ----------

----- Reafirmou que a estratégia do Executivo está bem definida, e a relação com o presidente do ILP está sólida. Queriam ter médicos de investigação, mas também enfermeiros, para consolidar o Hospital do Oeste, embora, ao contrário do que o deputado municipal do PCP disse, nunca disse que hospital ia ser em Torres Vedras, porque defende o estudo que foi apresentado na OesteCIM, que coloca em que primeiro lugar o Bombarral e a seguir Torres Vedras. Se não for para o Bombarral que venha para Torres Vedras. Foi o que disse e mantém. ----------

----- Deu nota que estando a pensar estrategicamente o concelho vão ter um curso superior daqui a dois anos, nomeadamente ciências biomédicas e laboratoriais, mas certamente terão de esperar mais um ano ou dois para ter um curso superior no Barro. ----------

----- Relativamente ao IPL esclareceu que fizeram três reuniões, a primeira, porque era preciso consolidar um acordo, em que questionaram sobre o curso superior de enfermagem, obtendo como resposta que nunca disseram que ia haver curso superior de enfermagem, o que e verificaram que era verdade. No entanto sabem que no executivo anterior havia essa vontade, mas o IPL disse sempre que não. ----------

----- Desta forma, ao constatarem essa impossibilidade o presidente do IPL deu até fevereiro para pensarem e face a esta situação, disseram que iriam por outro caminho e foi aí que começaram as negociações com a Universidade de Lisboa, nomeadamente por intermédio da Faculdade de Medicina de Lisboa, que é parceiro do município no Campus do Barro, com a Caixa Agrícola. Isto é pensar estrategicamente o território e responde na área da saúde ao que querem. Querem médicos, querem médicos de medicina familiar e querem ter enfermeiros para complementar e para responder às necessidades de todo o Oeste. ----------

----- Deu nota ainda que já apresentou o projeto do Campus de Saúde na OesteCIM, o qual está alavancado como dos principais projetos para o oeste, não haverá qualquer dúvida que vai avançar e garante que Torres Vedras será pioneira nesta matéria. ----------

----- Usou ainda da palavra a *vereadora* ***Rita Sammer***, devidamente autorizada pela presidente da mesa, que em complemento à informação do edil, deu nota que tiveram uma reunião com o presidente do IPL, que correu bastante bem, onde terá ficado claro qual era estratégia do

município. Existe um acordo de cooperação, que implica duas partes que têm que se entender e têm que se entender do ponto de vista estratégico. E nesse sentido, sem nada a opor aos projetos de saúde digital, das ciências biomédicas e laboratoriais, era para a Câmara Municipal fundamental que existisse o curso de enfermagem e não havendo, e percebendo que o IPL não queira aceder a esta pretensão, não querem dar prosseguimento ao protocolo. ----------

----- No que concerne aos cursos TESP, foram informados que vão dar continuidade aos que estão em funcionamento, ou seja, TESPS de primeiro ano que para o ano estarão no segundo ano. Os os que estão no segundo ano e que este ano acabam, e, entretanto, o IPL pretende suspender o protocolo, o que vão informar por escrito. Foi também, nessa reunião, sugerido pelo IPL e ficou definido que criassem uma equipa multidisciplinar para trabalhar naquilo que será no futuro, a colaboração de Torres Vedras com a futura Universidade Leiria/Oeste, que tem 5 anos para se instalar. ----------

----- Pediu ainda para usar da palavra o deputado municipal ***Carlos Miguel*** renovando os cumprimentos aos colegas autarcas e muito especialmente à população do Turcifal que os acolhe e agradecendo o repto dado pelo edil que lhe dá a oportunidade de dizer que o Partido Socialista tem uma posição muito clara quanto ao IPL e quanto à aquilo que é a saúde em Torres Vedras, tanto na defesa de um novo hospital para o Oeste, equidistante de toda a população e segundo o estudo que se conseguiu através da OesteCIM, como também em termos daquilo que é o ensino público da saúde em Torres Vedras. ----------

----- Prosseguiu especificando que o PS foi fundador da ideia “Campus do Barro”, e ele próprio tem muito orgulho em ter participado de forma ativa no sentido de que todo o edificado do Barro tivesse sido cedido à Câmara Municipal por um período de 50 anos. ----------

----- Nesta sequência disse que o PS entende que um não é incompatível com o outro e ambos se complementam, e por isso para esta força partidária é um erro deixar fugir algo que têm na mão, que é o IPL fosse para onde fosse, quando ainda neste preciso dia, no debate da Assembleia da República, ouviram o primeiro-ministro a garantir que o IPL será a Nova Universidade de Leiria/Oeste. É um erro estratégico de Torres Vedras, porque o facto de não conviverem ambas as instituições no mesmo local, que seria o ideal, mas exigirem locais diferentes, não pode ser, argumento para não terem a Escola Superior de Saúde em Torres Vedras, porque a mesma, nunca se limitaria, porque também seria um erro, ao curso de enfermagem, e se ela não começa com o curso de enfermagem, poderia perfeitamente, mais tarde chegar ao curso de enfermagem, mas sem cá estar, é que nunca lá chegarão. ----------

----- Desta forma a questão que coloca ao presidente, é se não está disposto a ouvir a população torriense sobre a presença do IPL em Torres Vedras com a Escola Superior de Saúde e deixa a sugestão à presidente da Assembleia Municipal, que através da comissão de líderes, marquem

reunião e oiçam o reitor da Universidade de Medicina de Lisboa e a presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa para saberem ao certo qual é o ponto da situação de uma escola de enfermagem em Torres Vedras. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

----- Teve início o período da ordem do dia: ----------

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES: ----------

----- O ***presidente da Mesa*** colocou à votação as atas n.º 9 de 23 e 29 de dezembro e n.º 1 de 24 de fevereiro de 2026, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade os textos das atas apresentadas. ----------

ADMISSIBILIDADE DE ASSUNTO NA ORDEM DE TRABALHOS:----------

----- De seguida informou que o presidente da Câmara solicitou que fosse aditado à ordem de trabalhos o seguinte assunto: "Autorização para repartição de encargos - Prorrogação de prazo – Aquisição de serviços para elaboração de projeto de arquitetura e especialidades para reabilitação do edifício do Bingo, no âmbito do 1.º direito", colocando, ao abrigo do art.º n.º 50 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação**, a sua admissibilidade na ordem de trabalhos**, **tendo o plenário autorizado,** por unanimidade, e acertado que seria discutido antes do ponto 13. --------

1 - PROPOSTA N.º 04/CM/2026 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS: ----------

----- Presente ofício número 1409, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/04/2026, a dar conhecimento que a Câmara Municipal na sua reunião de 20/04/2026, deliberou, por unanimidade, submeter a este órgão deliberativo os documentos de Documentos de Prestação de Contas 2025 da Câmara Municipal de Torres Vedras. ----------

----- Numa nota introdutória o ***presidente da Câmara***, salientou o resultado líquido positivo de € 3.610.632,50, e como o instrumento de gestão em apreço apenas conta com 2 meses do atual executivo não se iria pronunciar sobre a execução de 2025, mas quer deixar a preocupação, que já vinha de trás, relativamente aos os custos com pessoal. ----------

----- Nesse sentido esclareceu que a Câmara Municipal apresenta custos com pessoal de cerca de 28,7 milhões de euros, mais 2,4 milhões de euros que o ano passado, passaram de 1259 colaboradores em 2024 para 1302 em 2025, com 71 avenças e 54 prestadores de serviços com necessidade permanente e recorrente, ou seja, mais de 1400 pessoas, que entendem ser excessivo e já o dizem há vários anos, a esta parte. É preocupante esta situação, é algo que vai continuar a aumentar, porque para fazer uma reestruturação de recursos humanos, têm que capacitar internamente os funcionários, fazer mobilidade interna, e tentar ocupar outros lugares que vão sendo necessários, porque não há dúvida que para determinado tipo de funções é necessário recorrer à contratação de prestadores de serviço como é o caso das AEC. ----------

----- Reforçou que têm que nos próximos anos deter este crescimento, que pode ser insustentável quando acontecer alguma crise. Já o foi no passado, lembrando que entre 2005 e 2016 reduziram de 700 colaboradores para 630, e 10 avenças e presentemente tem mais do dobro dos colaboradores, quando passaram 9 anos, embora sem esquecer as delegações de competências que a autarquia obteve da parte da educação e da saúde, mas preocupa-os, o custo é excessivo, e têm que ter muito cuidado, porque pode tornar-se insustentável no futuro. ----------

----- O *deputado municipal* ***Hugo Lucas*** começou por deixar um agradecimento, pela utilização das instalações à Casa do Povo, legitimo proprietário do espaço. ----------

----- Depois disse que o PS votará favoravelmente os documentos de prestação de contas de 2025, que revelam uma realidade que é de felicitar, apresentam um resultado positivo, € 3.610.000,00, sublinhando que este resultado contrasta com o discurso, que o atual presidente da câmara fez na prestação de contas de 2024, enquanto vereador da oposição, sobre o resultado negativo de cerca de 700 mil euros, que no entendimento do grupo Municipal do PS foi excessivamente dramatizado e sem justificação, face aos valores globais do orçamento da CMTV, como este resultado positivo demonstra. ----------

----- Este resultado demonstra também, ao contrário do que chegou a ser mencionado, pelo edil em fevereiro, que o resultado poderia voltar a ser negativo, mas tal não ocorreu, o resultado é claramente positivo, e é algo, está certo, com que todos devem estar satisfeitos. ----------

----- Lembrou ainda que, este resultado surge, em larga medida, de um exercício executado, na sua maioria, mais precisamente durante 10 meses pelo anterior executivo do PS e 2 meses pelo atual executivo, e dizer “a seu o de seu dono”, não é uma questão de apropriação politica é apenas um dado factual sobre o período em análise e o mérito deste resultado é de todos os dirigentes, técnicos e trabalhadores da Câmara Municipal, liderados pelo anterior executivo do PS.

----- Fez notar que existem ainda vários indicadores que confirmam a solidez destas contas, que tinha um orçamento inicial de cerca de € 91 milhões, e que após apuramento se cifrou em € 112 milhões. Desde logo o acréscimo da receita fiscal em 5,8 milhões de euros, verificando-se pela primeira vez um valor maior do IMT do que no IMI. Esta receita fiscal, ao contrario do que foi sendo dito, pela anterior oposição em 2025, “que era um município parado”, revela um município que tem dinamismo, com uma economia forte e robusta. ----------

----- Anotou que existe também o aumento relevante de transferências de capital na ordem dos 5 milhões que demostra a capacidade da captação de financiamento para investimento, que está refletido em obra e não em números abstratos; na EB silveira, na ligação A8 Palhagueiras, na USF do Ramalhal, na USF de Runa, e no espaço que era para ser a Escola Superior de Saúde, não tivesse o atual executivo cometido o erro de dizer ao Instituto Politécnico de Leiria que não queria uma escola superior de saúde, que tinha licenciaturas aprovadas para começarem a ser

lecionadas. E pior, conforme dito pela vereadora da educação, fazendo com que os cursos técnicos superiores que já eram lecionados em Torres Vedras venham a encerrar e que tudo venha a mudar, em princípio para as Caldas da Rainha. ----------

----- Considera importante sublinhar que não são apenas contas positivas, são contas positivas com investimento executado e que uma coisa não foi feita à custa da outra. ----------

----- Destacou alguns indicadores relevantes: autonomia financeira de 85% que é um sinal de forte robustez financeira do município, capacidade de endividamento que anda ligeiramente acima dos 100 milhões de euros, com aproximadamente 80% de capacidade de endividamento livre, e o reforço patrimonial associado à conclusão de investimentos que consolida ainda mais a posição financeira da Câmara. Isto resulta de trabalho executado de forma séria e consistente e não de algo conjetural ou acidental, apontando estes indicadores para equilíbrio, capacidade de gestão e solidez.----------

----- Defendeu que as contas em análise também permitem outra leitura que importa fazer, ou seja, demonstram que o alarmismo feito sobre o exercício anterior não tinha fundamento, mas acima de tudo demonstram que o atual executivo entrou em funções numa câmara municipal com bases financeiras sólidas, um orçamento superior a 110 milhões de euros, com capacidade de endividamento superior a 100 milhões de euros e uma autonomia financeira de 85%, por isso, o Grupo Municipal do PS vota a favor. ----------

----- Concluiu reconhecendo o mérito técnico dos serviços, nomeadamente, da divisão financeira da Câmara Municipal, pelo trabalho realizado ao longo de 2025 e naturalmente reconhecendo que este resultado deve ser um motivo de satisfação para todos. ----------

----- A *deputada municipal* ***Tânia Mourato*** começou por manifestar o seu agrado por o Partido Socialista aprovar estas contas, relembrando que a gestão foi 10 meses do Partido Socialista e 2 meses do atual executivo e, portanto, muito a espantaria se não fosse esta a posição, com o sentido de responsabilidade que têm. ----------

----- Corroborou os agradecimentos aos serviços da Câmara Municipal, não só na elaboração dos documentos, mas também no desempenho das funções que têm ao longo do ano, para que estes resultados, sejam possíveis de alcançar. ----------

----- Relativamente ao falado anteriormente, reforçou que é verdade, que pela primeira vez nas receitas fiscais, o IMT ultrapassa o IMI, e verifica-se que as receitas fiscais, representam 35%, das receitas do município, ao contrario do que acontecia anteriormente, em que a maior parcela, era de transferências do orçamento de estado. A este nível citou o relatório de gestão, relativamente ao IMT que diz “o incremento registado poderá ser um indicador de um aumento do volume de transações no mercado imobiliário no período em análise. Relativamente ao IMI, não se tendo verificado alterações à taxa, o aumento da receita decorrerá presumivelmente da evolução da taxa

tributável, designadamente por atualização do valor patrimonial, tributário dos imóveis ou do apuramento dos prédios registados.", para salientar que o aumento da receita decorre efetivamente da procura do mercado e dos preços de mercado praticado e não de políticas municipais implementadas diretamente na recolha de impostos. ----------

----- Reafirmou que é apenas isto que quer salientar, não fazendo desprimor da execução do passado, mas alertar para a volatilidade que pode representar em orçamentos futuros e à prudência que a mesma exige, independentemente de reconhecerem, o resultado líquido do exercício positivo, bem como o valor elevado que transita para o saldo da gerência seguinte. -------

----- Sobre despesa, disse que ao Unidos muito os apraz verificar que do lado da execução da receita, existe um aumento das transferências para as juntas de freguesia, fruto também das decisões que tomaram em dezembro passado. É um caminho que acreditam que deva ser continuado, pensa que todos acreditam num poder local mais forte, na aplicação do princípio da subsidiariedade, pelo que registou, quer o reconhecimento para com executivos passados, mas também para com o atual executivo na continuidade desta política de descentralização de competências e de transferências financeiras devidas para as juntas de freguesia. ----------

----- Pegando ainda nas palavras do senhor presidente de câmara, como nota relevante também constataram o aumento ao nível da despesa de recursos humanos, um aumento real, mas também consta no relatório algo que traz alguma preocupação que tem a ver com a questão da contabilização das avenças, percebendo-se que está a ser feito um mecanismo de correção, que permite ler o relatório de gestão com uma efetividade daquilo que é a estrutura da despesa do município, assim como verificam que existem ainda prestadores de serviços ao nível das atividades de enriquecimento curricular, 26 prestadores ao nível da coadjuvação da atividade física, sete prestadores, programas de atividade física, 12 e de DGAV, nove prestadores. ----------

----- Por último recomendou à Câmara Municipal que possam continuar neste exercício de correção daquilo que efetivamente não estava tão bem e que para o exercício do ano que vem estes mecanismos já estejam todos regularizados. ----------

----- Lançou também um desafio, que tem a ver com a diminuição do prazo médio de pagamentos registados em 2025, que muitos os apraz, 25 dias é um bom número, embora acreditem que podem fazer melhor. ----------

----- Pediu a palavra o *deputado municipal* ***Carlos Miguel***, lembrando que estão a analisar um documento com 300 páginas, e tinha a certeza porque tiveram essa experiência enquanto líderes municipais, aos serviços será fácil acompanhar estes documentos com uma introdução, que não existe nas contas da Câmara, ao contrário do documento do SMAS que tem uma introdução e um mapa resumo onde constam as principais rúbricas de receitas e despesas, e um comparativo com o ano anterior e se possível até o comparativo com aquilo que estava orçamentado, no sentido de

poderem ter uma leitura mais fácil num documento com a esta densidade. ----------

----- A ***presidente da Mesa***, lembrou que foi na reunião da Comissão de Orçamento e Finanças que tiveram acesso aos serviços e a todas as explicações que solicitaram, os quais prepararam uma excelente apresentação, quer da parte da Câmara Municipal, quer da parte dos SMAS, que continha um resumo fabuloso, onde todas as dúvidas estavam esclarecidas, e que após pedido ao presidente da Câmara, foi disponibilizada a todos os deputados. ----------

----- Nesta sequência presume que no futuro os serviços poderão continuar a prestar esse serviço, recebendo, logo à partida, com os documentos, um resumo, facilitando a vida de todos. ----------

----- O ***Presidente da Câmara*** anuiu e aceitou o repto de solicitar aos serviços para elaborarem um mapa resumo das receitas, e um mapa comparativo para facilitar a leitura do documento. ------

----- Não se registaram mais intervenções, tendo a presidente da Mesa colocado o ponto à votação:----------

----- Atenta a sua competência prevista na alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar por unanimidade o seguinte: ----------

-----1.º - Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2025 da Câmara Municipal de Torres Vedras, integralmente elaborados de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11/09, na sua atual redação, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), com a Instrução n.º 1/2019, de 6/03 e a Resolução n.º 06/2025, de 13/02/2026, ambas do Tribunal de Contas os quais apresentam os seguintes valores: ----------

-----Total do Ativo: € 328.016.287,85 ----------

-----Total do Património Líquido: € 277.642.908,43 ----------

-----Total do Passivo: € 50.373.379,42----------

-----Rendimentos: € 78.238.424,48----------

-----Gastos: € 74.627.791,98----------

-----Resultado líquido: € 3.610.632,50----------

-----Recebimentos: € 85.059.019,16----------

-----Pagamentos: € 87.733.890,19----------

-----Saldos iniciais do desempenho orçamental: € 14.570.690,24----------

-----Receitas orçamentais: € 84.724.193,45----------

-----Despesas Orçamentais: € 87.408.704,43----------

-----Saldo orçamental para a gerência seguinte: € 11.886.179,76----------

2 - PROPOSTA N.º 05/CM/2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO INTEGRADO -

ATIVIDADES E GESTÃO DE 2025, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS: ----------

----- Presente oficio número 1409, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/04/2026, a dar conhecimento que a Câmara Municipal na sua reunião de 20/04/2026, deliberou, por unanimidade, submeter a este órgão deliberativo o Relatório Integrado Atividades e Gestão de 2025 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras. ----------

----- Foi dada a palavra ao ***presidente da câmara*** que introduzindo o assunto em análise, fez notar que a leitura é a mesma no que se refere aos 10 meses de funções do anterior executivo e aos 2 meses deste atual. Os SMAS tem um resultado positivo de € 872,626,64 e um volume de negócios de € 22.632.318,23. ----------

----- Destacou que há um acréscimo de € 622.000,00 de custos com pessoal, que tem ao momento 300 colaboradores mas não vê aqui um grande problema, até porque não no mandato anterior, mas no outro houve a passagem dos resíduos aos urbanos para os SMAS e a opinião dos Unidos mantém-se, ou seja, a água e o saneamento têm um resultado operacional sustentável, mas o dos resíduos urbanos piorou significativamente e tem um prejuízo de € 1.583.167,21, sem melhoria nos serviços. Já corrigiram o erro com a revisão ao orçamento e reforçaram o valor a dar aos SMAS, pois quando em 2020 foi feita esta passagem, ou a Câmara não avançava, porque foi fundamentado num estudo que não correspondia à verdade ou então dava o respetivo envelope financeiro.----------

----- Reforçou que foi isso que o Executivo que lidera fez desde que assumiram funções, capacitaram os SMAS para tentar corrigir este valor negativo, pensando que será este o caminho que ião fazer nos próximos anos, sem estar a honorar muito os munícipes, que estão cada vez a pagar mais tarifas e mais taxas e depois o serviço não é o melhor. ----------

----- Reforçou ainda que investiram em três carros de recolha de resíduos urbanos, assim como na aquisição de mais contentos semienterrados, para tentar resolver o problema que existe e espera em breve registar melhoria neste serviço. ----------

----- A *deputada municipal* ***Leonor Malhado***, começou por dizer que o ano 2025 não foi fácil, as alterações climáticas pressionaram as infraestruturas, os custos energéticos oscilaram, o mercado da construção resistiu, a regulamentação tornou-se mais exigente, ou seja, estão perante uma organização que não atuou nas condições ideais e que ainda assim teve um desempenho notável.

----- Reforçou que não é sorte, é competência, e a competência merece ser nomeada. ----------

----- Nesta sequência deu nota de um resultado líquido positivo de 872 mil euros, gerado num ano de pressão crescente sobre os custos operacionais, próximos de 25 milhões de euros, em rendimentos operacionais, e quase 3,75 milhões de euros investidos na reabilitação e modernização das infraestruturas, são números que traduzem escolhas, nomeadamente a não

adiar o que é urgente.----------

----- Na questão da água, destacou que os dados são encorajadores, pois a taxa de perdas desceu para 19,15%, bem abaixo da média nacional que fixa nos 27%; a qualidade de água distribuída atingiu 99,88%, a cobertura de abastecimento está em 99,4% e o saneamento em 97%. ----------

----- Destacou ainda que, segundo dados da ERSAR, Torres Vedras está entre os melhores municípios do país nestes indicadores, e isto não é um pormenor, é um argumento, o argumento de que a gestão pública pode ser genuinamente excelente. ----------

----- Na senda dos destaques fez notar que a base de utilizadores cresceu, são agora mais de 46.200 contratos ativos de abastecimento de água e perto de 44.900 clientes no saneamento, ou seja, cada novo contrato é uma família, uma empresa, uma escola, a quem o serviço chegou pela primeira vez ou com maior qualidade. É assim que o desenvolvimento se faz. ----------

----- Relevou que em 2025, o programa Torres Vedras + Bio alargou-se a novas localidades e às cantinas escolares, obtendo-se 732 toneladas de biorresíduos recolhidos e neste domínio, crê que o relatório revela que o potencial de expansão e melhoria é ainda muito significativo.----------

----- No âmbito da inovação fez notar que em 2025, os SMAS aprovaram a primeira política de inteligência artificial generativa da organização, um documento que define regras, responsabilidades e mecanismos de controlo e deste modo numa era em que muitas instituições ainda se debatem se a inteligência artificial é amiga ou inimiga, o SMAS decidiu governá-la, e é um tipo de liderança que merece reconhecimento.----------

----- Fez notar ainda que há algo que os números não capturaram inteiramente, pois por detrás de cada obra executada, de cada atendimento tratado, de cada avaria resolvida, há pessoas, 257 trabalhadores que com uma média de 50 anos de idade e, portanto, décadas de conhecimento acumulado, continuaram a fazer funcionar aquilo que o município dá por garantido, a água que sai da torneira, o esgoto que desaparece, o lixo que não fica na rua.----------

----- Acrescentou que a gestão e execução deste serviço é competente e profissional e isso deve ser celebrado. A organização investiu em 2025 nessas pessoas quase 4.000 horas de formação distribuída por 691 ações ao longo do ano, e mais de € 130.000,00 em saúde, segurança e bem-estar, desde medicina no trabalho, psicologia, nutrição e ginástica laboral, que no seu entender não são gastos, são investimentos e revelam que os SMAS compreendem uma verdade simples que muitas organizações ainda não aprenderam, ou seja, o serviço público só é tão bom quanto as pessoas que o prestam. ----------

----- Assinalou ainda que há ainda uma dimensão que é estruturante, a pedagógica, e nesse sentido em 2025, o Serviço Pedagógico da Água e Resíduos chegou a mais de 5000 alunos e professores e envolveu cerca de 1800 famílias e cidadãos em geral, em oficinas, visitas,

concursos, exposições. Foram crianças que aprenderam o que é uma ETAR, antes de saberem o que é uma fatura, numa aposta no futuro, não apenas de gerir o bem presente, mas formar quem vai gerir o futuro. ----------

----- Continuou indicando que para 2026, prevê-se investimento continuado nos SMAS, o que permitirá alargar a cobertura efetiva dos serviços e melhorar onde existam oportunidades de melhoria, algo que não é uma opção política, é uma obrigação de equidade. ----------

----- Concluindo, fez notar que o ano de 2025 dos SMASTV é um relato de uma organização que funcionou, que não se contentou com o razoável quando podia aspirar o bom, que cuidou das suas pessoas, investiu no seu território e prestou contas com honestidade. É com genuíno respeito e convicção de que as boas instituições fazem a diferença nas vidas reais das pessoas reais, que congratula os SMAS de Torres Vedras, a sua administração e todos os trabalhadores pelo trabalho realizado. ----------

----- Desejou que 2026 continue este caminho e quando voltarem ao plenário os factos continuem a falar por si, referindo que a bancada do PS vota favoravelmente. ----------

----- Depois dos cumprimentos, muito especialmente ao Turcifal, a deputada municipal ***Ana Teresa Carvalho***, indicou que em relação às questões da água e saneamento, concorda com a interveniente anterior, contudo na parte dos resíduos, lembrou que nos últimos 4 anos levantou estas questões e deu sugestões no sentido de promover melhoria e é sempre nesse sentido que se apresenta, pois sempre fez crítica construtiva e continuará a fazê-lo independentemente de estar ou não na oposição. ----------

----- Assim aquilo que sentem no dia a dia e consentâneo com os resultados apresentados no relatório em discussão, é que o concelho de Torres Vedras continua com um défice de resposta na gestão dos resíduos urbanos. Os valores associados à sua gestão, quer com aquilo que o município gasta no acondicionamento/recolhas/transportes e ainda o que paga para destino final à Valorsul, apresenta um deficit de 1,5 milhões de euros em 2025, que continua a ser demasiado alto para a qualidade do serviço que se presta, e está a aludir aos últimos 3 anos em que o aumento da tarifa foi de mais de 60%, embora se saiba que não se prevê aumento para este ano.

----- Reforçou mais uma vez, tal como fez ao longo do mandato anterior, que todos têm que estar mais informados e perceber as vantagens/desvantagens, e as consequências de encher os contentores de resíduos indiferenciados, mais conhecido por lixo comum, que ao ficarem cheios com cartão, plástico, papel, resíduos verdes, monstros, o que seja, vão deixar de ter espaço para receber aquilo que deveriam estar a receber. Alertou que a questão da recolha seletiva, tem de ser endereçada, de uma vez por todas, como uma forma de superarem em conjunto, questões ambientais e económicas. ----------

----- Sobre este aspeto, apelou a todos e em nome da saúde, qualidade de vida, finanças, e pelo

ambiente, também como meio de regulação das alterações climáticas evitando consequências, minimizando, ou mitigando consequências como as que todos assistiram no início deste ano, fenómenos meteorológicos extremos, estando os resíduos também relacionados porque cada vez que produzem novos materiais a partir dos existentes estão a contribuir para o aumento do impacto das alterações climáticas.----------

----- Deixou a mensagem que vale a pena reciclar, dando como exemplo existirem *mupi*s com informação nos acessos a praias, que são feitos com plástico 100% reciclado a partir das embalagens que se coloca no ecoponto, há partes de bicicletas que são feitas a partir dos metais, o vidro pode ser reciclado 100% e de forma infinita, ou seja, garrafas de vidro e frascos vão dar origem a novas garrafas e novos frascos e lembrou que recentemente surgiu o incentivo para entrega das embalagens de bebidas que vão dar origem a novas embalagens. ----------

----- Reforçou que a seu ver podem e devem fazer muito mais.----------

----- Comparando com os outros municípios da Valorsul, chamou a atenção que a capitação, ou seja, os quilogramas de resíduos por habitante/ano, dados da Valorsul de 2024 para a recolha seletiva Trifluxo (contentores amarelos de embalagem, os verdes de vidro e os azuis de papel) e relativamente a municípios da zona oeste, a Lourinhã está em 3.º lugar, Óbitos em 1.º, Peniche em 4.º quarto, Caldas da Rainha em 5.º, Nazaré em 6.º, Lisboa em 2.º, Torres Vedra surge em 7.º lugar, com todo um potencial que tem pelo que devem olhar para estas percentagens. ----------

----- Em relação à recolha de biorresíduos, Torres Vedras está em 11.º lugar, Nazaré em 4.º lugar e a Lourinhã em 5.º, classificação que os deve deixar a pensar. ----------

----- Registou ainda que existe défice na gestão e qualidade dos serviços e existe simultaneamente uma responsabilidade coletiva institucional, local e nacional de sensibilizar, informar e disponibilizar os meios adequados a cada contexto, cada lugar, cada bairro, cada cidade, cada vila, definir e transmitir de forma assertiva às regras e existe também uma responsabilidade individual em que deve ser beneficiado quem faz de forma correta e penalizado quem não faz.----------

----- Assim como recomendação sugere que sejam tomadas medidas para uma melhoria na gestão dos resíduos no concelho e que existam condições quer de sustentabilidade ambiental, quer económica na sua gestão, e tal é possível, até porque há exemplos nacionais e se calhar alguns até aqui bem perto, e por outro lado é o dever de cada deputado municipal passar esta mensagem às pessoas. ----------

----- Sugere igualmente a criação, de um relatório específico sobre resíduos, de forma a que seja mais fácil todos perceberem do que está a falar e se possível haver alguma comparação com aquilo que existe em termos de planeamento das metas, de planos nacionais e do próprio concelho de Torres Vedras, nomeadamente o PAPERSU 2030 (plano estratégico para os resíduos

urbanos). ----------
----- Sugere ainda a revisão do regulamento de resíduos higiene urbana, que está em vigor desde 1999, e já muita coisa mudou, inclusive nas quantidades de resíduos produzidos, na tipologia dos mesmos, nas regras de separação e nas soluções de destino final, pois quando muitas vezes se diz que não vale a pena reciclar, é passado não é presente. ----------
----- Mais sugere que seja feito o incremento da divulgação e da informação ligada à gestão de resíduos em locais acessíveis a todos, nomeadamente em espaços públicos como associações, escolas, clubes desportivos, espaços culturais. Aproveitou para dar nota da existência do ecoponto móvel, sendo importante e necessário a divulgação do seu calendário aos moradores através das juntas de freguesia. ----------
----- Por fim sugeriu que na Biblioteca Municipal em Torres Vedras podiam estar disponíveis exemplares de todos os planos e regulamentos municipais de forma a facilitar a consulta por parte de pessoas que podem ter dificuldades de acesso à internet, e porque não é fácil descobrir um plano no site da câmara. ----------
----- Tomou a palavra o *deputado municipal* ***Luís Carlos Lopes***, salientando a importância de estarem numa fase de transição e o ano 2026 ser certamente um ano muito pesado, pois, independentemente de todas estas questões que têm que ter em consideração, começou com o "comboio de tempestades" que aplicou uma pressão muito grande sobre os SMAS e antevê que as contas de 2026 vão ser muito difíceis. ----------
----- Lembrou que durante muitos anos referiu que não percebia a razão de não se concretizarem determinado tipo de empreitadas de pequena monta, e percebe que este ano vai ser ainda mais difícil porque ouviram falar de investimentos de centenas milhares de euros e, portanto, as contas de 2025 foram certamente mais fáceis do que vão ser as contas de 2026 que serão muito pressionadas, mas está certo que serão apresentadas com rigor por este executivo. ----------
----- O *deputado municipal* ***Carlos Miguel***, assinalou que tal como consta no relatório, as perdas de água dos SMAS baixaram em termos percentuais, porém aumentaram em metros cúbicos, ou seja, em 2004 foram na ordem de 1.214.000 m^3 e em 2025 na ordem de 1.239.000 m^3, sendo que falam em perdas de água, de água que compram à EPAL, falam de muito dinheiro. ----------
----- Disse ainda, ter consciência que os SMAS, até na sequência da intervenção do colega Luís Carlos Lopes, têm muito investimento para fazer até ao próximo inverno, mas não podem descurar o investimento nas perdas de água, que é exigente, com resultados a longo prazo, pois estão a falar em economia de custos que sabem ser importante para todos e importantíssimo para as contas dos SMAS e para as contas da autarquia. ----------
----- Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação.----------
----- Atenta a sua competência prevista na alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de

12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte: -------

-----1.º - Aprovar o Relatório Integrado Atividades e Gestão de 2025 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, elaborado em harmonia com o disposto:----------

-----a) Na Lei n.º 50/2012, de 31/08, na sua redação atualizada, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;----------

-----b) No Decreto-Lei n.º 183/96 de 27/09, que define os princípios a que deve obedecer a elaboração do plano e relatório anual de atividades dos serviços e organismos da Administração Pública;----------

-----c) No Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11/09, na sua atual redação, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Pública----------

-----d) Na Instrução n.º 1/2019, de 6/03 e na Resolução n.º 06/2025, de 13/02/2026, ambas do Tribunal de Contas, que aprovaram as instruções para a prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas----------

-----e) Na Diretiva (UE) 2022/2464 - Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), que define os requisitos para o reporte de informações de sustentabilidade;----------

-----f) Nas Normas do Relato Integrado (IIRC) - Integração dos seis capitais (financeiro, manufaturado, humano, social, natural e intelectual);----------

-----g) Nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Alinhamento das atividades dos SMAS com a Agenda 2030 das Nações Unidas;----------

-----O qual apresenta os seguintes valores:----------

-----1. O Balanço, com: ----------

-----1.1. O total do ativo: € 39.652.642,26;----------

-----1.2. O património líquido: € 36.574.036,58;----------

-----1.3. O passivo: € 3.078.605,68.----------

-----2. A demonstração de resultados com:----------

-----2.1. Rendimentos: € 24.982.980,76; ----------

-----2.2. Gastos: € 24.110.354,12. ----------

-----2.3. Que o resultado líquido positivo do período, no montante de € 872.626,64, tenha a seguinte aplicação: ----------

-----a) Que sejam constituídas reservas legais no montante de € 43.631,33, correspondente a 5% do resultado líquido do período; ----------

-----b) Que o valor remanescente de € 828.995,31, seja transferido para outras reservas.----------

-----3. Demonstração de fluxos de caixa (DFC): ----------

-----3.1. Recebimentos: € 24.190.282,54; ----------

-----3.2. Pagamentos: € 24.822.692,83. ----------

-----4. Demonstração de desempenho orçamental (DDO): ----------
-----4.1. Recebimentos: € 24.190.282,54; ----------
-----4.2. Pagamentos: € 24.822.692,83. ----------
-----5. Saldo inicial e final do desempenho orçamental: ----------
-----5.1. Saldo inicial de operações orçamentais: € 8.866.075,13; ----------
-----5.2. Saldo inicial de operações de tesouraria: € 156.581,78; ----------
-----5.3. Saldo final de operações orçamentais: € 8.227.986,47; ----------
-----5.4. Saldo final de operações de tesouraria: € 162.260,15. ----------

3 - PROPOSTA N.º 06/CM/2026 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª ADENDA AO CONTRATO – PROGRAMA PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS CELEBRADO COM A PROMOTORRES E.M.: ----------

----- Presente ofício número 1366, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15/04/2026 , a dar conhecimento que na sua reunião de 14/04/2026, deliberou por unanimidade, aprovar a minuta da 2.ª adenda ao contrato programa celebrado com a Promotorres EM, em que as partes acordam acrescentar na cláusula 1.ª do referido contrato programa a organização do evento "Uma Festa do Caraças", sem custos adicionais. ----------

----- O ***presidente da Câmara*** lembrou que o contrato em vigor foi prolongado em dezembro de 2025, por 6 meses e esperam em junho retomar este processo, no entanto, é necessário fazer esta adenda que não acarreta custos financeiros, para incluir o evento "Uma Festa do Caraças" que se iniciaria no dia 5 de maio. ----------

----- Pediu a palavra o *deputado municipal* ***Carlos Miguel*** para dizer que o PS nada tem contra a esta adenda, mas gostaria de fazer um reparo, lembrando que para tomar a decisão de organizar o evento em causa o edil falou com associações carnavalescas, e com industriais de hotelaria de Torres Vedras, mas não falou com a população, nomeadamente a população do centro histórico.-

----- Assim, lembrou ainda que à data de hoje, os residentes do centro histórico já levam 20 dias sem dormir, ou seja, todas as sextas e sábados, com o alargamento dos horários, os residentes não dormem e com este evento, aos 20 dias, estão a acrescentar mais três, pelo que no seu entender a autarquia tem que criar condições para que as pessoas residam no centro histórico. Isto não é nada contra qualquer evento, é terem consideração por quem lá vive e explicar-lhes isso, e aproveitou para dar nota que que à data não recebeu nenhum folheto na sua caixa do correio a dizer para se preparar que durante três dias só vai adormecer às 6 da manhã. ----------

----- Sobre o objeto da adenda "Uma Festa do Caraças" a *deputada municipal* ***Dina Almeida***, assinalou que sempre falaram que gostariam que houvesse um evento que fosse diferenciador para que Torres Vedras deixasse de ser apenas conhecida pelo Carnaval, dinamizando o concelho através de mais eventos. ----------

----- Relativamente ao descanso ou não, a zona onde o evento decorre é obvia, tendo em conta o seu mote, e lembrou que também mora no centro da cidade, e também tem algumas dificuldades no descanso, no entanto, não se lembra de alguma vez ter recebido na caixa de correio um panfleto que dissesse a que horas é que pode dormir, mas recebeu relacionado com estacionamento. ----------

----- Dessa forma considera que este não pode ser o mote para fazer qualquer tipo de crítica a um evento que todos esperam que dignifique Torres Vedras e que seja o primeiro de muitos, e todos devem fazer com que corra o melhor possível. Assim, felicitou o executivo e a Promotorres por terem tido esta coragem depois da adversidade que o concelho sofreu há relativamente pouco tempo, depois de terem deixado o Carnaval, "na gaveta", mas ainda bem que a gaveta se abriu esperando que este evento seja um sucesso e que para o ano seja melhor ainda. ----------

----- O *deputado municipal* ***Hugo Lucas*** interveio no sentido de questionar qual vai ser o custo para a câmara municipal desta iniciativa. ----------

----- O ***presidente da Câmara*** abordou em primeiro lugar a questão dos panfletos, informando que de facto foram distribuídos por todas as caixas do correio e pede desculpa se houve alguma falha. Como disse a deputada Dina Almeida é sempre distribuída informação sobre os horários de funcionamento, o encerramento do corso, e sobre as pulseiras para poderem entrar nas suas casas sem qualquer tipo de problema. ----------

----- Relativamente aos custos esclareceu que o Carnaval, por norma tem saldo negativo, e este ano teve um prejuízo € 600.000,00, mas houve investimentos que foram feitos e, eventualmente poderão aumentar porque terá que haver imputação de custos a nível de pessoal que não estão contabilizados. ----------

----- Também esclareceu que foi empenhado um cuidado extremo em termos de segurança para esses dias, que incluiu policiamento e um posto médico avançado, pois sabiam que, mesmo não havendo carnaval organizado, a pessoas iriam sair à rua, nomeadamente a nível local. ----------

----- Consideraram importante aproveitar este investimento, e por isso o evento "Uma Festa do Caraças" tem o tema do Carnaval, um investimento significativo, um investimento de risco, de cerca de € 600.000,00. Ainda não estão contabilizados perto de € 300.000,00 de receita antecipada, mas têm a expectativa que seja usada agora neste evento, no que e refere aos "livres trânsitos" de forma a aliviar e não comprometer o Carnaval 2027. ----------

----- Acrescentou que a receita arrecadada neste momento, foi superior à que foi feita em fevereiro, pelo que no entender do Executivo estão no bom caminho, sem esquecer que contam com o apoio oficial da TVI, que fez uma promoção do concelho significativa. A conversa que tiveram com grupos de mascarados, com associações organizadas, e com o comércio, nomeadamente da parte de bares e restaurantes, do centro histórico, foi positiva e

especificamente que o corso escolar, que já era o terceiro ano que não ia acontecer, se devia realizar. ----------

----- Reforçou que quiseram correr este risco, de aproveitar todos estes investimentos que estão feitos, de haver mais comércio e mais vida nesta zona, permitindo que os carros alegóricos saiam à rua para as pessoas verem a sátira política, porque é impossível reaproveitar os carros, que para o ano já estão desatualizados. ----------

----- Deu nota ainda que o objetivo deste Executivo era fazer este ano, e não tiveram tempo de programar por causa das intempéries, mas no próximo ano pretendiam realizar um grande evento entre o Carnaval e a Feira de São Pedro, no entendimento que são 4 meses a necessitar de um evento para dar força ao município e para o levar mais longe, que decidiram antecipar para este ano aproveitando aquilo que não aconteceu em fevereiro. É isto que vai acontecer, espera que corra bem e espera que todos torçam para que corra bem. ----------

----- O *deputado municipal* ***Artur Narciso*** começou a sua intervenção dizendo que todos esperam que corra bem e está em crer que o São Pedro colabore. ----------

----- Fez notar que este evento gera expectativas, e existe um número de situações que são difíceis de perceber e têm que tomar medidas, pelo que questionou qual é a perspetiva em termos de segurança e em termos de higiene, porque na realidade envolve muita gente, e têm que estar preparados para 8 ou para 80, esperando que seja 80, ou seja, uma grande afluência. ----------

----- Por último assinalou que as Ruas 9 de Abril e Serpa Pinto estão bonitas. ----------

----- O ***presidente da Câmara*** agradeceu o elogio, pois é a primeira vez que, em tantos anos, ouve um elogio sentido do deputado, aproveitando para dar nota que a decoração das ruas também acresceu no investimento, e asseguraram o socorro e a segurança com a PSP, GNR, Cruz Vermelha, para estar tranquilos, embora não tendo a expectativa de ter tanta gente como no Carnaval, obviamente que não, mas querem uma cidade cheia, cheia de vida, porque o programa envolve muitos eventos para as crianças e para as famílias durante o dia. ----------

----- Concluídas as intervenções a presidente da Mesa colocou o assunto à votação: ----------

----- A Assembleia Municipal abrigo do disposto no n.º 5, do art.º 47.º, da Lei n.º 50/2012 de 31/08, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a 2.ª adenda ao contrato – programa para a organização e gestão de eventos celebrado com a Promotorres E.M. ----------

4 - PROPOSTA N.º 07/CM/2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA E REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS: ----------

----- Presente ofício número 1405, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/04/2026, a dar conhecimento que na sua reunião de 20/04/2026, deliberou, por maioria, submeter a este órgão deliberativo o documento em título atenta a competência da Assembleia Municipal prevista nesta

matéria. ----------

----- Como nota prévia a ***Presidente da Mesa*** informou que em reunião de líderes, decidiram que os pontos 4 e 5 teriam para discussão, tempo conjunto, e votações separadas. ----------

----- Com essa nota e apresentando a alteração em título, o ***presidente da Câmara*** disse que o Executivo que lidera tem a ambição de ter uma orgânica mais horizontal, que permita criar expectativas de carreira aos trabalhadores do município, que os motive a serem mais bem remunerados, e possibilite mais capacidade para exercer as suas funções. ----------

----- Nesse sentido entenderam, para uma melhor organização, em relação à estrutura em vigor criar mais departamentos e mais divisões, criar uma estrutura que fosse mais consistente em função de cada atividade e não o proliferar de unidades, como acontecia na anterior orgânica, em que um dirigente tinha duas ou três pessoas à sua responsabilidade, o que não faz sentido, e deixaram apenas duas unidades no urbanismo, visando a celeridade e agilização dos processos. -

----- Na prática, disse que na anterior orgânica, havia 5 departamentos, agora são 11, 15 divisões, agora são 34 e havia 28 unidades ficando nesta orgânica apenas 2, por isso se acrescentarem o lugar de diretor municipal, contabilizam 48 lugares de dirigentes. ----------

----- Do conhecimento que recolheram em 6 meses de gestão da Câmara Municipal, intendem reconduzir ou nomear cerca de 31 dirigentes, ou seja, cinco diretores de departamento, 25 de divisão e um de unidade e ir progressivamente preenchendo os lugares à medida das necessidades, sendo que ao momento estão nomeados 4 diretores departamento, 13 chefes de divisão e 26 chefes de unidade que perfaz 43, pelo que na prática até estão a reduzir. Com esse propósito vão, nos próximos tempos, abrir os concursos para cumprir os prazos legais.----------

----- Salientou ainda que é esta a orgânica que querem, sendo certo que têm a humildade suficiente para perceber que se alguma situação não estiver a correr bem, podem sempre fazer alterações que serão submetidas à Assembleia Municipal, pois a seu ver as orgânicas devem ter esta flexibilidade. ----------

----- Reforçou que é este o caminho que querem, a imagem que querem da Câmara Municipal em termos de organização, está bem espelhada neste documento, a direção municipal, que tem por baixo de si, 11 departamentos, que estão muito bem definidos, e é esta orgânica que colocam à consideração da Assembleia Municipal, a qual no entendimento deste Executivo é a que melhor responde atualmente às necessidades da Câmara Municipal mas e se as coisas não correrem bem, trará o assunto à assembleia para que seja corrigido ----------

----- Relativamente ao Mapa de Pessoal informou que estão a propor a criação de 136 lugares, para a qual foram auscultados os dirigentes, e que tem subjacente a redução dos custos excessivos e de trabalhadores, e destes 136, 36 lugares são para regularizar mobilidades que era preciso consolidar, mas que não terão custos acrescidos para a autarquia.----------

----- Deu nota ainda que este mapa prevê lugares para 20 assistentes operacionais para as escolas a consolidação de 6 mobilidades intercarreiras, a regularização da carreira de bombeiro sapador que era urgente e o regresso de 2 trabalhadores de licenças sem vencimento, que perfaz 38, ou seja, na prática, sobrarão 62 lugares para abrirem concursos para regularizarem 71 avenças, mais 54 prestadores de serviços, sem esquecer que estão previstas para o ano de 2026, 37 aposentações. ----------

----- Salientou que neste universo de recursos humanos, parece-lhe uma proposta razoável e que não irá encarecer em muito, antes pelo contrário, irá resolver muitos problemas na gestão da própria Câmara Municipal. ----------

----- A deputada municipal ***Leonor Malhado*** disse que da análise da proposta apresentada de alteração à estrutura e respetivo regulamento, o Grupo Municipal do PS tinha algumas observações e questões a apresentar. ----------

----- Nesse propósito, aludiu à Lei n.º 65/2007, revista pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, que no n.º 3 do art.º 9.º estipula que o serviço municipal de proteção civil depende hierarquicamente do presidente da câmara municipal com a faculdade de delegação no vereador designado e é dirigido pelo coordenador municipal de proteção, e o regulamento em análise nos artigos 6.º e 14.º propõe efetivamente essa dependência, apesar de não prever que a direção, coordenação e direção seja deste serviço, como previsto no atual ROSM no art.º 13.º, pois no regulamento agora proposto é expressamente atribuída ao Departamento do Ambiente, Sustentabilidade e Segurança, alínea b) do art.º 121, pelo que não cumpre a legislação em vigor, e está ferida de ilegalidade, uma vez que submete a direção do serviço municipal de proteção civil a um departamento. ----------

----- Reforçou que a proposta de orgânica em discussão é tecnicamente incorreta, a sua operacionalidade é questionável, e também é incongruente, dada a incoerência entre o disposto nos artigos 6.º e 14.º versos à alínea b) do art.º 121. ----------

----- No entender do Grupo Municipal do PS, a ilegalidade apontada só por si é razão para que se retire o ponto 4 da ordem de trabalhos e que sobre o mesmo haja uma maior reflexão e discussão, estando a bancada socialista, disponível para colaborar nessa reflexão e discussão. ----------

----- Apontou ainda uma outra fragilidade da proposta, que se prende com a menor relevância que se atribui à captação e gestão de financiamentos, sendo do conhecimento geral a profunda importância desta estrutura e a necessidade de a muscular, para garantir a maximização dos investimentos municipais e a manutenção das obras realizadas em curso.----------

----- Nesse enquadramento lembrou que a atual orgânica possui um gabinete de captação e gestão de financiamento que reporta diretamente ao presidente da câmara, segundo o seu art.º 26, mas o regulamento agora proposto, embora o seu art.º 41 tenha uma redação similar, inclui esta matéria no departamento de administração geral, sem a relevância específica que lhe deveria

ser atribuída. Na opinião do PS, esta estrutura deveria constituir só por si um gabinete próprio, com dependência direta do presidente da Câmara, tanto mais que desenvolve atividade de caráter transversal a toda a organização, conforme estipula o art.º 3.º da alínea c), do regulamento proposto. ----------

----- Indicou que igualmente gostariam ver algumas questões que esclarecidas, referindo-se concretamente a: que deficiências foram detetadas, na orgânica atual e de que forma serão colmatadas, com a orgânica proposta; qual a justificação em termos de eficiência para aumentar o número de departamentos; qual o impacto em termos de orçamento, incluindo os tais 136 novos postos de trabalho a criar; qual o impacto na massa salarial dos dirigentes quando comparada com a atual orgânica, pois está-se a comparar o incomparável relativamente a custos; e qual o tempo previsto para a implementação na íntegra da orgânica proposta, tendo em conta que o presidente da Câmara contabilizou 48 dirigentes, mas que que afinal são 31, s, e por último, se está previsto um diretor municipal e 11 diretores de departamento, qual a razão desta nova orgânica se satisfazer com a nomeação de apenas cinco diretores de departamento. ----------

----- Por sua vez o *deputado municipal* ***Artur Narciso*** assinalou ser natural e legitimo que quem está à frente de uma organização, queira fazer uma alteração à orgânica e é até salutar porque é necessário que as empresas adotem novas estruturas, novos processos, mas tudo isto tem regras. Nesta senda disse que não se iria reportar aos números dados pelo edil, porque existem outras questões que os levam a refletir, no entendimento que continua a achar que o debate se faz, em ouvir as questões e responder às mesmas. ----------

----- Neste enquadramento referiu que o ROSM em análise cria a divisão da transparência e auditoria, na dependência direta da presidência, o que em gestão capital humano é uma falácia de controle, não pondo em causa a idoneidade de ninguém, mas o auditor poder reportar ao auditado diretamente parece que é uma coisa um pouco estranha e que os transporta até a uma falta de exigência nas organizações. ----------

----- Assinalou ainda a importância de que quando se faz uma alteração deste género, se entenda aquilo que se está a passar para trás, questionando se existe algum estudo diagnóstico/clima organizacional que fundamente a necessidade desta alteração de 11 departamentos para um município com dimensão de Torres Vedras, e se existe gostariam de o conhecer até para poderem debater com mais profundidade o tema. ----------

----- Também questionou se os trabalhadores foram ouvidos previamente, salvaguardando a sua posição, ou seja, de poderem responder de forma anónima, para haver uma maior transparência, porque muitas das vezes quando se faz questões às pessoas, estas também reagem a expectativas. ----------

----- Havendo um estudo desta a alteração, inquiriu quais são as melhorias que vão encontrar, pois

calcula que já tenham em mente resultados, e qual é o impacto para os trabalhadores e para todos os utentes. ----------

----- Reportou-se à separação do desporto e juventude, da educação em departamentos distintos, o que na sua opinião, cria redundâncias de secretariado, direção e reuniões de coordenação, para questionar se há um plano para evitar isto, uma vez que, na sua opinião quando se diz que vão fazer um teste e depois se não correr bem vão alterar, a palavra "teste" muitas vezes serve para desresponsabilizar e serve para perder tempo, e acha que deviam ter já um plano. ----------

----- Igualmente questionou quais as competências técnicas específicas que o diretor municipal terá, que os atuais diretores de departamento não têm, para justificar a criação do lugar com o salário de topo e ainda qual é o rácio médio de chefes por operacional que vão ter com esta alteração, se vão melhorar esse rácio e se vai haver melhorias. ----------

----- Por último, lembrou que o presidente da Câmara quando estava na oposição, criticava a estrutura pesada, para reafirmar que o Grupo Municipal do PS gostaria de conhecer os estudos que demonstram que esta é uma estrutura mais leve, com mais eficácia, pois é necessário um estudo para se fazer uma alteração destas. ----------

----- Pediu para usar da palavra a *deputada municipal* ***Tânia Mourato***, que começou por lembrar o ano 2012, quando em "momento troika", todos estavam contra a alteração da estrutura orgânica e ao encolhimento que foram obrigados a fazer. Diferentes argumentos foram à data lançados, nomeadamente que causava mais burocracia na estrutura, que era uma ingerência da administração central fazer legislação com este impacto ao nível da gestão e das estruturas municipais e outros, e os argumentos que deram à data, são os argumentos que trazem hoje à colação.----------

----- Deste modo iria partilhar a visão do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, em que uma organização tem que se adaptar às novas realidades e tem que evoluir, tal como a sociedade, exemplo disso, dúvidas houvesse, são as intempéries dos últimos meses, em que as estruturas tiveram que responder prontamente, ultrapassando hierarquias e criando equipas multidisciplinares de resposta no território, ou seja este é um dos bons exemplos que podem ter para a alteração à estrutura orgânica em discussão. ----------

----- Defendem também que uma estrutura menos hierarquizada na administração local pode trazer várias vantagens, nomeadamente não só na adaptação daquilo que é o futuro e o percurso das instituições, mas também naquilo que é a defesa do poder local. ----------

----- Relevou que a proposta apresentada é efetivamente, ao contrário da orgânica existente, maior, com mais níveis de decisão, mas não mais níveis de hierarquização. E a este título, deixou como exemplo, porque se fala muito na criação das estruturas e é um facto, mas a atual orgânica, tem 27 unidades, que correspondem a direções intermédias de terceiro grau, sendo que a

estrutura que agora proposta tem apenas 2 e, portanto, nem todas as unidades intermédias crescem, algumas decrescem, é uma adaptação, utilizando as palavras do presidente da Câmara, em vez de ser uma estrutura mais vertical, é uma estrutura horizontal.----------

----- Assim, acreditam que este nível de organização favorece a adaptação, facilita a colaboração não só entre os serviços, mas entre os serviços e os decisores, e também permite uma perspetiva de valorização dos recursos humanos, gestão de expectativas e de subida nas carreiras.----------

----- Lembrou que gostam muito de comparar Torres Vedras com municípios da área metropolitana de Lisboa, não raras vezes Mafra, Oeiras, Sintra e Lisboa, mas depois questionam a razão de se criar um diretor municipal, cargo que alguns desses municípios têm. ----------

----- Dito isto, e porque acreditam, tal como já referiu, que as estruturas devem acompanhar aquilo que é evolução e não devem ser estáticas e rígidas, terminou a intervenção, dizendo que nem tudo deve ser medido em euros. Investir nas pessoas é também investir no futuro das instituições, neste caso no futuro da Câmara Municipal e também dos SMAS, e estão em crer que é essa a perspetiva que será muito frutuosa no futuro. ----------

----- Pediu também para intervir o *deputado municipal* ***Carlos Miguel***, recordando que uma das primeiras decisões quando o Executivo tomou posse, foi cortar na orgânica todos os lugares que não estavam preenchidos, tendo o PS votado favoravelmente esse desígnio, porque acharam que era correto. Face a esta situação, não consegue compreender que vá criar de 11 a 14 departamentos, mas que só preencherá 5, ou seja, se não é para preencher, porque estão a criar, até porque o edil já disse que a qualquer momento, se as coisas não correrem bem, trará o assunto à assembleia para que seja corrigido. ----------

----- Assim, questiona se a lógica que funcionou no princípio do mandato não funciona agora. ------

----- Fez notar ainda que se contabilizarem os atuais 5 departamentos e as 15 divisões, têm encargos pessoal anuais na ordem dos € 881.000,00 e se fizerem contas ao diretor municipal, aos 11 departamentos e às 34 divisões, têm um encargo anual de € 2.048.000,00. Entendem por isso que esta alteração da orgânica, legítima, devia ser muito melhor esmiuçada pelo executivo e por quem, na opinião do grupo municipal que lidera, deviam ouvir, nomeadamente gente com experiência do executivo, pois os vereadores do Partido Socialista não foram “perdidos nem achados” nesta apresentação.----------

----- Sinalizou que o edil podia dizer com toda a legitimidade, que não foram ouvidos nem tinham nada que ser ouvidos, porque a responsabilidade é deles, mas não aproveitar a experiência de pessoas que têm muitos anos de executivo e de funcionamento da câmara, é uma perda irreparável.----------

----- Como bem disse a sua colega Leonor Malhado, este regulamento enferma, de algumas ilegalidades e por isso era de todo conveniente que fosse revisto para que as coisas funcionem

mesmo bem. Conforme está esta orgânica, entendem que não serve os interesses nem do município, nem dos trabalhadores da Câmara Municipal e por isso votarão contra. ----------

----- Quanto ao Mapa de pessoal o Grupo Municipal do PS votará a favor das alterações, porque representam, um exercício mecânico em função da alteração da orgânica. ----------

----- Reafirmou que não concordam com a proposta da orgânica em discussão pelos motivos que já foram invocados de maior despesa, menor funcionalidade e uma estrutura horizontal que dificulta as progressões nas carreiras e por isso votam contra, mas nada a dizer que se ajuste o quadro de pessoal em função da mesma. ----------

----- A *deputada municipal* ***Dina Almeida*** interveio no sentido de deixar a nota que a oposição no último mandato também nunca foi consultada para decisões estratégicas do município, e embora legítima a observação do deputado Carlos Miguel ficaria melhor como sugestão do que como crítica. ----------

----- O *deputado municipal* ***Hugo Lucas*** anunciou que a sua intervenção tinha cariz pessoal, e não comprometia minimamente o Grupo Municipal do PS. ----------

----- Nessa sequência disse que não concorda com a orgânica em vigor, e não concorda com a orgânica em discussão, por um motivo simples, porque a estrutura horizontal, não promove a operacionalidade da Câmara Municipal. A realidade é que vão ter um conjunto de "quintas" e vão ter situações de burocracia entre departamentos, que não faz qualquer sentido, para além de conter erros, como por exemplo, o Departamento de Infraestruturas e Obras Municipais ter três divisões e o Departamento de Desporto ter três divisões também. ----------

----- Concluiu deixando ao presidente da Câmara o repto que pudesse considerar isto de forma séria, porque entende muito sinceramente que vai prejudicar a Câmara Municipal e não faz qualquer sentido comparar uma unidade com uma divisão. ----------

----- Terminada as intervenções, foi dada a palavra ao ***presidente da câmara:*** ----------

----- O edil observou que da sua intervenção inicial foram feitas algumas confusões, que iria esclarecer, ou seja, aquilo que disse foi que a atual orgânica tem 5 departamentos, embora só tenham preenchidos 4, tem 15 divisões e 28 unidades, num total de 48, e preenchidos são 43.-----

----- Com a nova orgânica, estão a falar de um diretor municipal, 11 departamentos, 34 chefes de divisão e duas unidades, que também perfaz 48. Atualmente estão preenchidos 43 lugares de dirigentes e com a entrada em vigor desta orgânica pretendem, no início, preencher 31 lugares.---

---- Considera que é uma falácia estar-se a dizer que os custos vão ser muito maiores, lembrando que quando abrirem os concursos há pessoas que vão concorrer, que já têm o vencimento de carreira quase superior ao lugar de dirigente e não vão ter um incremento significativo na remuneração, tirando as despesas de representação. ----------

----- Também disse que é impossível neste momento fazer contas, mas se as fizessem, e se a

orgânica em vigor estivesse toda preenchida, estavam a falar de € 2.400.000,00 e com esta orgânica toda preenchida, de € 2.800.000,00, mas não é assim que se fazem as contas. ----------

----- Relativamente à questão dos estudos, são contra, porque no mandato anterior foi feito um estudo que custou € 20.000,00 que, para a orgânica 2024, não teve qualquer efeito, e o Grupo Municipal do PS sabe que orgânica em vigor, não corresponde ao estudo. Esclareceu também que grande parte desta orgânica foi feita com o contributo de todos os colaboradores quer da câmara, quer dos SMAS, mas não houve nenhum estudo encomendado no exterior. ----------

----- Esclareceu ainda que não responde à verdade dizer que há 3 divisões no desporto, pois o departamento é de desporto e juventude. ----------

----- No que se refere ao custo mensal, atualmente é de € 146.000,00 e com a nova orgânica será € 120.000,00, porque tem menos trabalhadores, mas se fossem fazer um rácio per capita, o custo é superior, mas não é por aí que devem ir, pois com esta orgânica, o que estão a fazer é criar expetativas para poderem cativar recursos humanos. ----------

----- Sobre a parte da ilegalidade, e nos termos regimentais, pediu à presidente da Mesa para dar a palavra ao vereador Diogo Guia. ----------

----- O *vereador* **Diogo Guia** começou por recordar que o Instituto Português se chama do "Desporto e da Juventude". ----------

----- Quanto às opiniões do Grupo Municipal do PS, a sua é que a orgânica anterior era ilegal, pois o estudo jurídico que foi contratado, para fazer a orgânica, e não ouvindo os funcionários, dizia que era ilegal, tinham 3 departamentos e tinham que ter no mínimo 5 e havia uma série de nomenclaturas que eram inexistentes na lei, mas respeita as diferenças de opinião, por isso é que há eleições democráticas. Lembrou que os Unidos no último mandato, apresentaram como 1.ª proposta que a orgânica devia ser alterada nos primeiros 6 meses, o que este novo Executivo, apesar das intempéries, está a cumprir, quando o PS o fez a um ano e meio das eleições, achando engraçado que venham falar de eficiência, quando andaram até ao final do mandato, a preencher lugares, com pessoas a entrar e a sair, quando deviam estar a consolidar, no início do mandato. ----------

----- Respondendo à deputada Leonor Malhado, disse que teve muita dificuldade em perceber, qual é a ilegalidade que está vertida, embora possa ser um problema da sua parte. ----------

----- Do ponto de vista do ROSM, é muito claro que o SMPC é da responsabilidade do presidente da Câmara, art.º 14.º, na dependência direta do presidente da Câmara que pode delegar as competências, mas é sempre o responsável último, e é uma condição de tal ordem importante, que deu origem a pareceres da procuradoria geral da república. ----------

----- A deputada alega a ilegalidade de ser o departamento de ambiente, sustentabilidade e segurança, que dirige o SMPC, naturalmente, porque se está sob a competência delegada pelo

presidente da Câmara no vereador, no caso ele próprio, e não deixa de ser sua competência em última instância, mas a operacionalização compete ao vereador e se o vereador tem este departamento, também não consegue perceber qual é a ilegalidade.----------

----- Reafirmou que não consegue perceber o alcance da observação, por todas as razões já enunciadas, rematando com o facto de, havendo uma estrutura hierarquizada nas competências cometidas ao presidente da Câmara e sempre obrigatoriamente a responsabilidade da proteção civil, é ele que em última instância sempre quem tem que responder, por exemplo declarar o estado de emergência municipal, como aliás se verificou durante o período bastante desafiante que atravessaram pelo que não vislumbra qualquer ilegalidade. ----------

----- Concluídas as intervenções, passou-se de imediato à votação:----------

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea m), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugada com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23/10, ambos na sua atual redação, deliberou, por maioria, de 27 votos a favor e 15 votos contra, aprovar a proposta de alteração à estrutura orgânica e regulamento de organização dos serviços municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras.----------

----- Anota-se que votaram conta os deputados municipais do Grupo Municipal do PS. ----------

5 - PROPOSTA N.º 08/CM/2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA VIGORAR A PARTIR DE 01/06/2026: ----------

----- Presente ofício número 1404 de da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/04/2026 a dar conhecimento que na sua reunião de 20/04/2026, deliberou, por unanimidade, submeter a este órgão deliberativo o documento em título, tendo presentes as suas competências nesta matéria. --

----- A presidente da Mesa, colocou a proposta à votação, tendo por base as intervenções conjuntas que se registaram no ponto anterior. ----------

----- Atenta a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, bem como a competência prevista nos n.°s 4 e 5, do art.º 29.º, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta de alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, para vigorar a partir de 01/06/2026.----------

----- Face ao adiantado da hora, à extensão da ordem de trabalhos e uma vez que os dois pontos seguintes tinham discussão conjunta, a ***presidente da Mesa*** disse seria prudente dar por terminada a sessão, uma vez que estava devidamente assegurada a sua continuação para o dia 4 de maio. ----------

----- O *deputado municipal* ***Carlos Miguel***, pediu a palavra para solicitar que o tempo destinado ao ponto 13 pudesse ser revisto, tendo em conta que foram feitas 8 propostas, tendo a presidente da

mesa informado que na reunião de líderes já tinham feita a correção.----------

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:----------

----Tendo sido pedido pela Presidente da Mesa, Helena Ferreira, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.----------

ENCERRAMENTO:----------

Pelas 24:50 horas, a presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que continuaria no 4 de maio, para discutir o resto dos pontos agendados, tal como devidamente publicitado.----------

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MAIO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 29 DE ABRIL DE 2026: ----------

----- Presidiu a presidente da Assembleia Municipal Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa, tendo sido secretariado por Ilídio Paulo Antunes Santos (primeiro secretário), e Mário Jorge da Glória Agostinho (segundo secretário).----------

----- Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar: ----------

----- Carlos Manuel Soares Miguel, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Maria Leonor Malhado, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Vanda Raquel Inácio da Silva, Andreia Filipa Alves Caldas, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Tânia Isabel Mourato Jerónimo, Rui José Prudêncio, Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos, João Paulo Apolinário (em substituição de Beatriz Silva Pereira), Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Herculano Manuel Cosme Raposo, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Paula Cristina dos Santos Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Fernando Manuel Osório Guerra, Susana Mónica da Silva José, Artur Alexandre dos Santos Narciso, João Paulo Moreira dos Reis, Ana Sofia Pestana Pinheiro Anastácio, Sérgio Alexandre Simões Ferreira, Luís Gaudêncio (em substituição de José Francisco Damas Antunes), Nuno Carlos Lopes Pinto, Telma Filipa Francisco Mota, Vasco Augusto Bernardes Forcada, João Marcelo Garcia Marques, Mário João Rodrigues Matias, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, João de Deus Tomás Elias), Humberto Manuel Sebastião Gomes, Dalila do Carmo Miranda de Jesus, António José Silva Alves, Mário João Ferreira Gomes, Francisco José Teodoro Martins e Ana Clara Gomes dos Santos.----------

----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara Municipal Sérgio Paulo Matias Galvão e os vereadores Francisco João Pacheco Martins, Rita João Maya Gomes Sammer, Bruno Manuel Ferreira Vitorino, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Ana Barbara Antunes do Carmo da Silva Amaro,

Felicidade Vital Alcântara, Rui Pedro Avelar Lopes e Rui Manuel Estrela da Silva.----------
----- Anota-se que na sequência da suspensão do mandato apresentada pelo vereador David Alves Gomes Lopes, por um período de 90 dias, com início no dia 1/05/2026, foi chamado à efetividade de funções Bruno Manuel Ferreira Vitorino, que se encontrava presente. ----------
----- A ***presidente da Mesa*** saudou todos os presentes e antes de dar início aos trabalhos, agradeceu ao presidente da Câmara as modificações que foram feitas na sala, pois não foram providenciadas pela assembleia, tendo o presidente da Câmara por sua vez agradecido ao presidente de junta de Runa a colaboração para terem mesas. ----------
----- De seguida passou a palavra ao primeiro secretário que anunciou que João Paulo Torcato Apolinário, continuava a substituir Beatriz Silva Pereira e em substituição do presidente de junta, José Damas Antunes estava presente o secretário da junta Luís Gaudêncio. ----------
----- Passou-se então ao ponto 6 onde tinham ficado os trabalhos, que teria discussão conjunta com o ponto 7 e a votação separada.----------

6 - PROPOSTA N.º 09/CM/2026 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA E DO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS: ----------

----- Presente ofício número 1408, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/04/2026, a dar conhecimento que na sua reunião de 20/04/2026, deliberou, por maioria, submeter a esse órgão deliberativo o documento em título. ----------
----- O ***presidente da Câmara***, introduziu a alteração em análise, informando que passam de uma estrutura orgânica de 7 divisões para 3 departamentos e 9 divisões, e na mesma linha que seguiram na Câmara criaram o departamento de administração geral e finanças, o departamento de água e saneamento e o departamento de resíduos urbanos. ----------
----- Sendo as duas áreas de negócio dos SMAS a água/saneamento e resíduos urbanos, para este executivo faz todo o sentido criar estes departamentos, na mesma lógica e perspetiva de melhor organizar os serviços e a imagem que dá para o exterior, como também criar uma perspetiva de carreira, e criaram uma nova divisão de transformação e de economia circular, e uma divisão de construção e outra de manutenção de avarias e infraestruturas que substitui a atual divisão de gestão de redes. ----------
----- Reforçou que a alteração não é muito grande, pois a estrutura também é pequena, mas parece-lhes adequada para o funcionamento do SMAS, quer externa, quer interna. ----------
----- Em relação ao Mapa de Pessoal, frisou que também não há grandes alterações, estão a criar 18 lugares, dos quais 5 são lugares de dirigentes, três de diretores de departamento, dois chefes de divisão, seis técnicos superiores, um especialista e quatro assistentes técnicos. Estão previstas durante o ano de 2026, 9 aposentações e extinguem-se 2 lugares de assistentes técnicos.----------

----- O *deputado municipal* ***João Paulo Reis*** começou por agradecer, em nome do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, a todos os trabalhadores dos SMAS que durante o último inverno, em circunstâncias difíceis, trabalharam de forma incansável, de noite e de dia para assegurar que a água continuasse a chegar às casas de toda a população. Ao conselho de administração e aos dirigentes, agradecem pela rápida tomada de decisão e adoção de medidas que permitiram continuar a garantir os serviços de abastecimento de água e saneamento. Estão perante uma equipa de excelência que não vergou perante um cenário tão difícil. ----------

----- Prosseguiu fazendo notar que os próximos tempos continuam a ser de muita exigência, ao nível das redes de abastecimento de água e saneamento, pois foram muitos os danos provocados na extensa e dispersa rede do concelho, estando em curso muitas reparações definitivas, e carece também o sistema de adoção de mais soluções em malha como medida de redundância, assim como a contínua substituição das condutas mais antigas. Ao nível da recolha de resíduos, o desafio é também grande e tem-se verificado um aumento de produção de resíduos pelas famílias e a sua colocação abusiva e incorreta nos contentores. ----------

----- Disse ainda que, embora o problema esteja sinalizado e tenham sido tomadas medidas, a recolha seletiva ainda se encontra muito longe dos números que se pretende. ----------

----- Defendeu que as alterações à estrutura orgânica dos SMAS apresentadas, vêm no sentido de adaptar a estrutura às exigências crescentes, destacando-se a criação de 3 departamentos municipais: Administração Geral e Finanças, Departamento de Águas e Saneamento e Departamento de Resíduos Urbanos, assim como outras alterações a um nível inferior, visando assim dotar os SMAS de uma infraestrutura organizativa mais clara e funcional ajustada à crescente complexidade das suas atribuições, permitindo reforçar a especialização, melhorar a coordenação entre áreas e promover uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos.----------

----- Quanto à alteração do Mapa de Pessoal destacou o número de postos de trabalhos que irão ser criados, permitindo assim no futuro, ter uma maior capacidade de resposta. ----------

----- O Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras concorda com a proposta pelo que irão votar favoravelmente.----------

----- Iniciando a sua intervenção o *deputado municipal* ***Hugo Lucas*** juntou-se ao colega que o antecedeu no agradecimento e reconhecimento que ele fez aos trabalhadores dos SMAS, que é mais do que merecido, o que ele próprio também já tinha feito numa assembleia anterior. ----------

----- Relativamente à orgânica, defendeu que as organizações devem evoluir quando a realidade o justifica, no entanto, o Grupo Municipal do PS entende que a proposta levanta dúvidas relevantes quanto à sua necessidade, coerência funcional e à sua oportunidade. ----------

----- Salientou que a atual orgânica tem aproximadamente um ano e, no entendimento do Grupo Municipal do PS, encontrava-se ajustada à realidade, às necessidades e à trajetória de

crescimento dos SMAS. Não existe uma demonstração suficientemente convincente de que fosse necessário passar para uma nova orgânica que cria mais três departamentos e mais quatro divisões, com o correspondente aumento de complexidade hierárquica e custos associados. -------

----- Manifestou ainda dificuldade em compreender, por exemplo, que a divisão de estratégia e inovação, não tanto pela estratégia, mas mais pela inovação, surja colocada sob o departamento de administração geral e finanças, porque independentemente da inovação que os SMAS devem ter enquanto um todo e devem tê-lo, a inovação tem de estar intimamente ligada ao que é verdadeiramente nuclear nos SMAS, água, saneamento e resíduos, e parece-lhes um erro conceptual. ----------

----- De igual forma referiu que a divisão comercial, pela sua natureza, deveria ter um caráter mais transversal, abraçando as diferentes áreas, porque serve toda a organização e relaciona-se com toda a cadeia de valor dos serviços municipalizados. ----------

----- Entendem e percebem que possa haver também uma lógica de valorização interna, conforme foi mencionado pelo presidente da câmara, e progressão de carreiras, o que é legítimo, mas uma orgânica deve responder primeiro às necessidades da organização e só depois acomodar outras dimensões e a orgânica anterior já correspondia adequadamente às necessidades da organização.----------

----- Disse ainda que é com agrado que viram que o edil não deixou de fora os resíduos depois de muito ter questionado a sua integração nos SMAS, sendo positivo que reconheça a centralidade desta área, pois faz todo o sentido que os resíduos estejam plenamente integrados nesta visão de ciclo urbano, sendo inclusive a mesma entidade a ERSAR que regula água, saneamento e resíduos, ficando satisfeitos por ver essa evolução no entendimento. ----------

----- Mais reafirmou que não acompanham a necessidade desta reconfiguração orgânica, tal como está proposta e têm reservas quanto à lógica funcional de algumas opções estruturais, mas percebem, a lógia da valorização e progressão interna. ----------

----- Com base na fundamentação referida, o Grupo Municipal do PS vai abster-se no presente ponto, mas votará favoravelmente o Mapa de Pessoal porque estão a regularizar um conjunto de situações. ----------

----- Foi dada a palavra ao ***presidente da câmara*** que numas breves notas, agradeceu as palavras do deputado municipal João Paulo Reis e esclareceu ao deputado Hugo Lucas que não foram mais 4 divisões, foram mais 2, tinham 7 e passaram a 9.----------

----- Relativamente à passagem dos RSU para os SMAS, lembrou que foram sempre contra, face ao estudo que foi apresentado em 2020, que dizia que nos 15 anos seguintes não ia haver resultados negativos, nem aumento de taxas, nem de tarifas, era tudo positivo, mas os resultados negativos aparecerem logo ao fim do primeiro ano e continuaram em termos operacionais em

cerca de 1,5 milhão de euros como viram nas contas. ----------

----- Face a esta realidade, e como o setor é deficitário consideraram que era melhor levar o devido envelope financeiro e o orçamento dos SMAS foi reforçado precisamente para cobrir isso, pelo que não vão andar para trás, sendo necessário tratar este departamento que agora é criado com muito cuidado porque têm um serviço deficitário. ----------

----- Terminados os esclarecimentos a Assembleia Municipal mostrou-se em condições em se avançar com a votação. ----------

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência, prevista na alínea m), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugada com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23/10, ambos na sua atual redação, deliberou, por maioria de 27 votos a favor e 15 abstenções, aprovar a proposta de alteração da estrutura orgânica e do regulamento da estrutura orgânica dos serviços municipalizados de água e saneamento de Torres Vedras. ----------

----- Anota-se que se abstiveram os deputados municipais do grupo Municipal do PS. ----------

7 - PROPOSTA N.º 10/CM/2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, PARA VIGORAR A PARTIR DE 01/06/2026: ----------

----- Presente ofício número 1407, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/04/2026, a dar conhecimento que na reunião de 20/04/2026, deliberou por unanimidade, submeter a este órgão deliberativo o documento em título.----------

----- A presidente da Mesa, colocou a proposta à votação, tendo por base a discussão conjunta que ocorreu no ponto anterior.----------

----- Atenta a sua competência prevista na alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º atenta 75/2013 de 12 de setembro e da alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, ambos na sua atual redação, da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de mapa de pessoal dos serviços municipalizados de água e saneamento de torres vedras, para vigorar a partir de 01/06/2026.----------

8 - PROPOSTA N.º 11/CM/2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2026 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DA RECEITA/DESPESA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS: -------

----- Presente ofício número 1402, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/04/2026, a dar conhecimento que na sua reunião de 20/04/2026, deliberou, por unanimidade, submeter a este órgão deliberativo o documento em título. ----------

----- Numa breve nota introdutória o ***presidente da Câmara***, referiu que a explicação para a revisão da Câmara Municipal e a dos SMAS é praticamente a mesma, ou seja, embora existam reforços de alguns valores, relacionados com as intempéries, a grande maioria estão relacionados

com a alteração da orgânica. ----------

----- Pediu para usar da palavra o *deputado municipal* ***Vale Paulos***, que relativamente à proposta em discussão que fundamenta a adaptação à nova estrutura orgânica, assim como a criação da rubrica da receita decorrente da celebração do contrato programa com o fundo ambiental e à APA, e a adequação do projeto da EB Gaspar Campelo, disse que o Grupo Municipal do PS, embora não seja a favor da reestruturação da orgânica do município, mas como esta segunda revisão corresponde a uma alteração contabilística, votará a favor. ----------

----- Atenta a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 2.ª revisão aos documentos previsionais para 2026 - plano plurianual de investimentos e orçamento da receita/despesa, da Câmara Municipal de Torres Vedras. ----------

9 – PROPOSTA N.º 12/CM/2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2026 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DA RECEITA/DESPESA, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS: ----------

----- Presente ofício número 1406, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/04/2026, a dar conhecimento que na sua reunião de 20/04/2026, deliberou, por unanimidade, submeter a este órgão deliberativo o documento em título. ----------

----- Uma vez que o assunto tinha sido devidamente apresentado no ponto anterior foi de imediato dada a palavra ao plenário para se pronunciar. ----------

----- Interveio, o *deputado municipal* ***Vale Paulos***, referindo que a 2.ª revisão em epígrafe visa a utilização do saldo de gerência 2025, com afetação à nova orgânica, e à reorganização de projetos e obras referentes à reposição das infraestruturas do saneamento e do abastecimento de água danificados pelas intempéries ocorridos no início do ano 2026, designadamente empreitadas na reposição de coletores e condutas, bem como os projetos com verbas a reforçar em anos seguintes para empreitadas no âmbito do saneamento e do abastecimento de água. ----------

----- Assim, e não obstante a posição do Grupo Municipal do PS em relação à nova estrutura orgânica dos SMAS, como esta segunda revisão corresponde a uma alteração contabilística, esta bancada votará a favor. ----------

----- Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação: ----------

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a 2.ª revisão aos documentos previsionais para 2026 – plano plurianual de investimentos e orçamento da receita/despesa, dos serviços municipalizados de água e saneamento de Torres Vedras. ----------

10 - PROPOSTA N.º 13/CM/2026 - TOMADA DE CONHECIMENTO DA DENÚNCIA DOS

CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS COM JUNTAS DE FREGUESIA, NAS SEGUINTES MATÉRIAS: CONSTRUÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REDES DE CIRCULAÇÃO; REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO; LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE LINHAS DE ÁGUA; MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30/11/2021): ----------

----- Presente ofício número 868, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 04/03/2026, a dar conhecimento que, na sequência da autorização da Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada em 30/11/2021, para celebrar, resolver e revogar contratos de delegação de competências com as freguesias, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, a câmara em sua reunião de 03/03/2026, deliberou aprovar a cessação dos contratos interadministrativos de delegação de competências em vigor, celebrados com as juntas de freguesia nas seguintes matérias: Construção, Requalificação e Reabilitação de Equipamentos e Redes de Circulação; Requalificação e Reabilitação de Equipamentos de Educação e Ensino; Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água; Manutenção e Requalificação de equipamentos e edifícios. Foi também deliberado, que sempre que tal se revele necessário, serão celebrados novos contratos, autónomos e independentes, para cada intervenção específica, fazendo cessar a prática de celebração de sucessivas adendas. ----------

----- O ***presidente da Câmara*** esclareceu que os contratos em causa foram inicialmente celebrados em 2014 e foram seguindo a lógica de se fazer sucessivas adendas, pelo que decidiram acabar com essa a prática e fazer novos, não obstante as delegações se manterem as mesmas, e reforçando os valores. ----------

----- O *deputado municipal* ***Carlos Miguel***, interveio no sentido de anunciar que nada tinham contra o procedimento, desde que o mesmo não represente uma diminuição das parcerias entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia e aproveitou para lembrar que ainda há muitas competências previstas na lei que podem ser descentralizadas nas juntas de freguesia, e que este é um processo que não se deve dar por findo, antes pelo contrário, é um processo evolutivo e que devem caminhar cada vez mais e melhor. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

11 - PROPOSTA N.º 05/AM/2026 - APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE 2025 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS: ----------

----- Presente ofício número 258/2026, de 24/02/2026, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, a remeter no cumprimento do art.º 32.º, n.º 2, da Lei de Proteção de

Crianças e Jovens em Perigo, relatórios extraídos da plataforma nacional, com os dados da atividade desenvolvida na CPCJ de Torres Vedras, durante o ano de 2025, bem como resumo dos referidos dados, em, modo de apresentação, por forma a facilitar a sua leitura e a agradecer a melhor atenção que a assembleia municipal tem dado aos relatórios anuais de atividade desta CPCJ. ----------

----- A ***presidente da Assembleia***, como nota prévia assinalou o facto de previamente ter reunido com alguns dos representantes eleitos pela Assembleia Municipal para a comissão, e de ter solicitado à presidente da CPCJ, Dra. Elisa Valentim para presencialmente vir ao plenário para falar do relatório em apreciação. ---------- .

----- Aproveitou para agradecer à Sónia Patrício, à Rita Dias, à Andreia Caldas e ao Rui Portas, que são os 4 representantes desta assembleia na CPCJ.----------

----- Com esta introdução, a ***Dra. Elisa Valentim***, assinalou que este ano a CPCJ teve cerca de 550 entradas processuais, as quais foram todas trabalhadas ao longo do ano, que cumularam com 201 processos que transitaram do ano anterior, e no final do ano de 2025 fecharam com 166 processos ativos.----------

----- Explicou que em relação aos anos anteriores, não há um grande aumento de situações, contudo as situações são cada vez mais difíceis, as famílias enfrentam cada vez mais problemas que se refletem no dia-a-dia das crianças, o que vai de acordo com o facto de as situações mais sinalizadas à CPCJ serem relacionadas com a violência doméstica como está espelhado no relatório. Seguidamente vem a negligência que pode ser ao nível dos cuidados de higiene, ao nível da saúde, ao nível do acompanhamento escolar, tanto uma como outra, com números muito significativos e também sentiram um agravamento de situações relacionadas com comportamentos graves de indisciplina, não só com jovens, mas com crianças a partir de 5/6 anos, ou seja, crianças ainda em jardins de infância já sinalizados com comportamentos muito difíceis.----------

----- Deu nota que nem todos os elementos que compõem a comissão cumprem o tempo de afetação que deveriam, pelo que, à data a trabalhar processos todos os dias da semana como era suposto, estão o representante do município, o representante da segurança social, e o representante da educação, têm dois apoios técnicos, um cedido pela educação, outro pelo município, o representante da saúde cumpre apenas dois dias por semana, e o representante das instituições apenas um dia por semana. ----------

----- No global, se dividirem pelas pessoas que estão, conseguem acompanhar minimamente os processos, gostariam de ter reforço, mas estes números estão equilibrados de acordo com as tabelas que são determinadas pela Comissão Nacional. ----------

----- A *deputada municipal* ***Susana Neves*** começou por dizer que a Comissão de Proteção de

Menores Torres Vedras, enquanto instituição oficial não judiciária, é, sem dúvida, uma incansável proteção de direitos e uma constante atuação sobre a prevenção e na crise nos maus tratos infligidos às crianças e jovens do concelho e por isso, fazer sentir a vida, ter uma vida com propósito e devolver vida às crianças e jovens são, sem dúvida, os passos interventivos da comissão todos os dias, mesmo com os recursos humanos e respostas comunitárias no seu limite. ----- Por isto mesmo, à senhora presidente, Dra. Elisa e à equipa que lidera, o grupo municipal do Partido Socialista reconhece e agradece o trabalho.----------

----- Prosseguindo indicou que de facto, dos 550 processos em instrução no ano 2025, verificou que 36% são expostas a violência doméstica, como referiu, e 32% a negligência de cuidados afetivos, negligência em cuidados de saúde e cuidados educativos em falta de supervisão familiar. ----- Também neste relatório constatou que 62% das crianças expostas a maus tratos estão no escalão etário dos 14 anos, ou seja, ainda estão a despertar para o autoconhecimento, a explorar o seu corpo e o mundo exterior, à descoberta da alegria de ser ela própria, a sair da fase da inferioridade, a obter competências de autoestima, mudanças cognitivas, emocionais, a redefinir a sua identidade e papéis sociais, e os primeiros sinais que recebe é de dor, agressão, desproteção, ausência de amor, humilhação, injustiça, sentimento de não pertença, abandono e traição.----------

----- Acrescentou que de facto isto os faz pensar, sobre os pais adultos, que no fundo são os agressores, para refletir sobre a temática da transmissão interjecional do trauma, isto é, as feridas físicas, emocionais e as máscaras comportamentais que passam de geração para outra geração, e neste âmbito surgem algumas questões que gostava de questionar, mais concretamente, que tipo de pais é que maltratam, que feridas transportam, que modelo familiar provinham e que padrões de controlo parental e conjugal observaram. ----------

----- Nesta sequência quer acreditar que todas estas questões que enunciou são os desafios diários da presidente da Comissão, e que ainda se agravam mais com a problemática da saúde mental e eventualmente com as novas realidades familiares, as atuais famílias reconstituídas e propôs à Comissão um trabalho mais persistente da parentalidade positiva, e que faça chegar à Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e das Crianças o relatório em título para que em conjunto com o Ministério da Saúde se crie uma linha verde prioritária de atendimento na área da saúde mental. ----------

----- Terminando questionou a razão da reabertura dos processos reabertos, as medidas aplicadas predominantes, se existe ou não articulação com o gabinete de intervenção de apoio à vítima de violência doméstica e se sim em que contextos, e o valor da dotação financeira da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Riscos e da autarquia à Comissão. ----------

----- De novo no uso da palavra a ***dra. Elisa Valentim***, informou que a Comissão Nacional atribuiu um valor anual em duas tranches ao município para apoio logístico e administrativo, que ronda os

€ 31.000,00 e que é calculado em função do número de crianças e jovens até aos 18 anos existentes no concelho nos últimos CENSOS. A Câmara Municipal em termos práticos, não atribui um valor fixo, mas acrescenta, se esta verba não chegar para o funcionamento ou para o bom funcionamento da CPCJ de forma adequada. ----------

----- Explicou ainda que cada entidade paga ao seu comissário, e a Câmara Municipal paga com a verba que referiu, o salário do apoio administrativo e todas as despesas inerentes ao funcionamento, água, luz, renda, etc. Até ao momento, e do conhecimento que tem, nunca faltou absolutamente nada na comissão, e vão solicitando à medida que as coisas fazem falta e funcionam com a logística igual aos outros departamentos da Câmara. ----------

----- Esclareceu que existem reuniões regulares entre a CPCJ e o GIAV, até porque o tema da violência doméstica é efetivamente aquilo que mais trabalham no dia-a-dia, no concelho também há uma excelente articulação com as forças de segurança, que são quem recebem as situações de violência doméstica, as quais fazem logo um encaminhamento para o GIAV. Também articulam com a APAV do Cadaval, porque também faz intervenção no concelho. ----------

----- Sobre as medidas predominantes, dão primazia à manutenção das crianças no seu seio familiar e em relação às reaberturas, explicou que nunca conseguem ter controle uma vez que uma medida na CPCJ não deve durar mais do que 18 meses, ou seja, a lei diz de forma clara e expressa para aplicar princípio de intervenção mínima, se a situação acaba por se resolver com o apoio da CPCJ ou durante a sinalização, esse processo não é para continuar, é para cessar e por isso é possível que ao longo dos 18 anos de vida, uma criança venha a ter processo de proteção mais do que uma vez.----------

----- Reafirmou que as reaberturas são uma coisa que passam para além daquilo que é explicável.

----- Nesta altura a *deputada municipal* ***Susana Neves*** pediu a palavra para questionar se a presidente da CPCJ considera que com 18 meses se consegue trabalhar traumas e os pais. -------

----- A ***dra. Elisa Valentim*** esclareceu que a CPCJ intervém na situação de perigo, e não de risco, o risco tem que se intervir com todas as entidades que trabalham as crianças, ou seja, a escola, as equipas de acompanhamento do direto de rendimento social de inserção do CASI, e a própria segurança social. A CPCJ é o quase o "fim da linha", ou seja, têm que trabalhar em situações em que as outras entidades não conseguiram fazer uma sua intervenção.----------

----- Usou da palavra a *deputada municipal* **Andreia Caldas**, que na qualidade de representante da assembleia municipal na comissão alargada da CPCJ Torres Vedras, saudou a apresentação do relatório anual e reconheceu o trabalho desenvolvido por todos os profissionais e entidades que integram esta comissão. Falam de uma área particularmente exigente, onde a intervenção não é apenas técnica, mas profundamente humana, lidando diariamente com situações de vulnerabilidade que exigem sensibilidade, rigor e uma grande capacidade de articulação entre

diferentes serviços. ----------

----- Assinalou o relatório apresentado evidencia, como é habitual neste tipo de documentos, não apenas o volume de processos acompanhados, mas também a complexidade crescente das situações sinalizadas, um dado que não pode ser ignorado e que deve merecer a atenção de todos enquanto responsáveis políticos. ----------

----- Valorizou o trabalho em rede que a CPCJ promove envolvendo escolas, serviços de saúde, forças de segurança, instituições sociais e autarquias, pois é essa articulação que permite uma resposta mais eficaz e próxima das crianças e jovens em risco.----------

----- Ainda assim, e numa perspetiva construtiva, disse ser importante olhar para este relatório não apenas como um documento de prestação de contas, mas como um instrumento de reflexão. As tendências que se vão registando, seja ao nível do tipo de situações sinalizadas, seja na sua frequência, devem os levar a questionar se estão a atuar suficientemente a montante, isto é, na prevenção e sabendo que muitos dos problemas identificados têm raízes sociais, económicas e familiares profundas, devem continuar a ser uma prioridade reforçar a intervenção preventiva, nomeadamente junto das famílias em contexto escolar. ---------- .

----- Por outro lado, defendeu que não podem ignorar os desafios que estas estruturas enfrentam, designadamente ao nível dos recursos disponíveis e da pressão sobre as equipas técnicas, sendo essencial garantir condições adequadas para o exercício destas funções, para assegurar respostas atempadas e eficazes. ----------

----- Neste contexto, referiu que lhe parecia fundamental que a Assembleia Municipal mantenha um acompanhamento atento desta realidade, não apenas no momento da apresentação do relatório, mas ao longo de todo o ano, contribuindo para que as políticas locais possam dar resposta às necessidades identificadas, e neste sentido, agradeceu, à presidente da Assembleia, pela iniciativa de reunir visando estarem mais próximos enquanto assembleia. ----------

----- Terminou reiterando o seu reconhecimento à CPCJ de Torres Vedras e a todos os seus parceiros pelo trabalho desenvolvido, muitas vezes discreto, mas absolutamente essencial na proteção das crianças e jovens. ----------

----- Por sua vez o *deputado municipal* ***Carlos Miguel*** interveio no sentido não só de reconhecer como agradecer o trabalho feito pela comissão que é de louvar e de respeitar e também para que sejam tidos em conta os conselhos que foram deixados.----------

----- Disse ainda que gostaria de ser informado da data em que a comissão tomou posse a fim de poder ter uma ideia da sua longevidade, em termos administrativos. ----------

----- A ***presidente da Assembleia*** disse que iria apurar em termos precisos, pois sabe que os mandatos podem ser prolongados até 9 anos, e informaria em conformidade.----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

12 - PROPOSTA N.º 06/AM/2026 - APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---

----- Presente informação em título, com dados à data de 24/04/2026 e que dá nota do total de disponibilidade no valor de € 13.863.151,43 e € 3.764.756,16 de dívidas a fornecedores. ----------

----- Usou da palavra o ***presidente da Câmara*** para dar algumas notas importantes, relativamente à informação em título. ----------

----- Assim, no que se refere ao programa "Freguesias Sede de Concelho" referiu que e em março, estiveram na União de Freguesias de Campelos/Outeiro da Cabeça e abril no Turcifal que culmina na presente reunião em resultado da continuação da sessão da Assembleia Municipal.----------

----- Deu nota do reconhecimento público que foi dado à equipa feminina do Torreense, pela conquista da Taça de Portugal, reforçado com a qualificação para as competições europeias, nomeadamente para a Liga dos Campeões, e à atleta torriense, Maria Salgado, que foi vice-campeã europeia de surf e líder do ranking nacional feminino. ----------

----- Deu nota também que com a presidente da CCDRLVT, Teresa Almeida fizeram uma visita à obra da ligação da A8 às Área Empresarial das Palhagueiras e tendo em conta os prazos do PRR para terminar a obra até dia 31 de agosto, que ficou bastante agradada. Também o responsável pela Estrutura de Missão de Recuperação do que aconteceu no território em resultado das intempéries, Dr. Paulo Fernandes viu *in loco* os problemas existentes nas estradas e comprometeu-se a fazer uma avaliação mais rigorosa nos quatro municípios do Oeste que foram mais afetados relativamente às vias e infraestruturas, nomeadamente de água e de saneamento, porque é um pouco diferente do que se passou no resto do país. ----------

----- Assinalou ainda que se realizou a primeiro Assembleia Geral e tomaram posse os órgãos sociais da Associação Medicina ULisboa - Campus da Saúde para o triénio 2026-2028, para a qual já foram admitidos 22 associados aderentes, nomeadamente empresas que comparticipam financeiramente na mesma, e que ele próprio foi nomeado para a direção, assim como o torriense Miguel Farinha, e para a Assembleia Geral, o Dr. José Correia.----------

----- O *deputado municipal* ***Vale Paulos*** reportou-se às obras do Centro de Saúde de Runa que tem estado muitas vezes parada devido às intempéries, estando atualmente ainda a fazer o levantamento da cofragem dos pilares a partir das fundações, pelo que, na sua opinião, não vai cumprir os prazos estabelecidos, e uma vez que havia fundos comunitários envolvidos, no caso da calendarização não ser cumprida, qual é a alternativa que a câmara tem para que as obras possam prosseguir.----------

----- O *deputado municipal* ***Carlos Miguel*** interveio no sentido de lembrar que na primeira sessão da assembleia, questionou o edil sobre se estava disponível para ouvir a população sobre o Instituto Politécnico de Leiria e a sua presença em Torres Vedras, nomeadamente na gestão

escola superior de saúde, reafirmando a questão porque não obteve resposta. ----------

----- Lembrou ainda que, tendo o Partido Socialista feito um requerimento no dia 25 de fevereiro de 2026 sobre as intempéries, sem reposta questionando quanto tempo é que precisa o presidente da Câmara para responder. ----------

----- Deu nota que o Grupo Municipal do PS teve conhecimento que a Câmara Municipal abriu concurso para a falada auditoria às contas da Câmara Municipal de Torres Vedras, que não vê no documento em titulo, e nesse âmbito gostaria de saber quem elaborou o caderno de encargos, se foi uma equipa interna ou se foi uma equipa externa à Câmara Municipal; qual o período a que esta auditoria vai respeitar, e se a auditoria é ou não feita por amostragem, e no caso de ser feita por amostragem, quem é que determina os processos a apresentar à dita auditoria.----------

----- O *deputado municipal* ***Carlos Miguel*** disse que fez um requerimento por escrito e independentemente da resposta verbal, exige uma resposta escrita. ----------

----- O *presidente de junta de Ponte do Rol* ***Pedro Vasa*** disse que começaria a sua intervenção pelo Torreense, pois é um tema que é lhe muito querido, e provavelmente a maior parte não tem conhecimento, mas esta equipa de futebol feminino foi criada por ele, e não pode estar mais feliz pelo desenvolvimento que houve e pela qualidade que a equipa tem demonstrado e pela aposta que foi feita na altura em 2014.----------

----- Nesta senda expressou os seus parabéns às atletas e acima de tudo, à direção de então que agarrou neste processo e o fez evoluir de uma maneira que ninguém estava à espera, e que se traduz num ano único na história do futebol, talvez um ano único de sempre no Torreense, que teve referencias num jornal espanhol como uma equipa modesta que consegue ganhar três títulos nacionais e em Portugal não houve um único jornal a falar nisso.----------

----- Reportando-se às orgânicas do município, fez notar que a orgânica é boa com pouca gente ou com muita gente, mas é o trabalho realizado que a justifica e nesse sentido disse que gostaria de perceber que *timings* há para se recolher o lixo, para se repavimentar, para se repor calçadas, para lavar caixotes de lixo, para recolher monos. São estas as questões que quer ver por escrito e publicadas, porque afetam o dia-a-dia das pessoas, ou seja, interessa-lhe o resultado e gostava que isso fosse de alguma forma tido em conta. ----------

----- E por último, assinalou que finalmente, têm uma abertura para as juntas de freguesias que queiram, tenham delegadas as competências todas que advém da lei, tal como o deputado Carlos Miguel falou e muito bem e que ele próprio anda a defender desde 2018/2019, pois meias competências, dispensa ----------

----- Foi dada palavra ao ***presidente da Câmara*** para responder a algumas das questões colocadas. Assim ao deputado Carlos Miguel, em relação à questão se está disposto a ouvir a população, o deputado sabe a resposta. Pode ouvir toda a gente, mas lembrou que como não

estava o curso de enfermagem previsto, o que achavam estratégico para o município, não vão ter cá o IPL, e estão em conversações com a Universidade de Lisboa.----------
----- Relativamente às questões do requerimento, disse que estavam presentes na sala os técnicos das áreas abrangidas, pois pretendia responder às 39 questões uma a uma, se a presidente da mesa autorizar. ----------
----- Sobre o Centro de Saúde de Runa, esclareceu que é um problema, pois das obras financiadas pelo PRR, esta é a que está mais atrasada, mas a obra vai ser feita, independentemente de eventualmente perderem algum financiamento PRR. Esclareceu ainda que a empresa que está a fazer a obra de Runa é a mesma de A-dos-Cunhados, para a qual têm mais garantias de cumprir os prazos. ----------
----- Sobre as delegações de competências, anotou que os presidentes de junta sabem que este Executivo está disponível para delegar todas as competências possíveis nas juntas de freguesia, pela sua totalidade. ----------
----- Relativamente à auditoria, esclareceu, tal como já havia feito, que o período é de 2017 a 2025, porque a último visto do Tribunal de Contas é precisamente nesta altura, portanto, é por aí que que vão começar. É uma equipa interna que tem a seu cargo o procedimento, e houve muitos pedidos de esclarecimentos pelas 6 empresas que concorreram, que os técnicos estão a responder, mas em breve será adjudicado e poderá disponibilizar as peças do procedimento com as devidas alterações, mas não tem na sua posse o conhecimento sobre a questão da amostragem. ----------
----- Relativamente às 39 perguntas do Grupo Municipal do PS, deu nota que, como já tinha adiantado estavam presentes na sala alguns técnicos que poderão prestar esclarecimentos e sendo a maior parte das questões da alçada do Vereador Diogo Guia, e com a devida autorização, prestaria os esclarecimentos, que seriam enviadas por escrito ao deputado como solicitado, passando a ler as questões referentes à parte “A - Cortes de Árvores” do requerimento: ----------
----- 1 - Qual o número de árvores abatidas e ou cortadas no concelho o dia 28/01 a esta parte?--
----- 2 - Qual a localização geográfica de cada uma das mesmas árvores?----------
----- 3 - Quais os pareceres, estudos ou relatórios técnicos que justificaram o abate de cada uma dessas árvores.----------
----- 4 - A existirem as justificações técnicas acima descritas, solicita-se cópias das mesmas. -------
----- 5 - Qual o número de toneladas de madeira recolhido pela Câmara Municipal resultante dos abates e cortes acima identificados?----------
----- 6 - Destas toneladas de madeira recolhida resultante dos abates e ou cortes. Qual o peso por espécie arbustiva? ----------
----- 7 - Onde se encontra armazenada a madeira recolhida e acima especificada?----------

----- 8 - Qual o plano de reflorestação ou reposição de árvores abatidas ou cortadas? ----------
----- 9 - A existir solicitamos cópia do mesmo." ----------
----- O ***Vereador Diogo Guia*** prestou os seguintes esclarecimento: ----------
----- 1 - Informam os serviços que entre os dias 22 de janeiro e 3 de março foram cortadas/ removidas, devido a queda tombamento irreversível 600 árvores. Foram ainda abatidas por apresentarem risco elevado de queda (por deslocamento do prato do prato radicular, problemas fitossanitários, aluimentos ou derrocadas de taludos), pondo em causa a segurança de pessoas e bens, 1092 árvores, ou seja, foram cortadas e batidas um total de 1692 árvores. ----------
----- Importa salientar que a maioria destas intervenções ocorreu em áreas privadas e em zonas adjacentes à rede viária, onde a urgência de salvaguarda da segurança pública foi prioritária. ------
----- 2 - A localização geográfica das árvores está identificada, importando referir que em várias situações um ponto representa o núcleo de várias árvores, e no mapa que consta neste relatório mostra a ocorrência em todo o concelho com incidência na cidade, mas espalhadas por todo o concelho. ----------
----- 3 - As árvores de intervenções de abate e remoção de exemplares arbóreos foram fundamentadas de acordo com a tipologia e urgência de cada uma das situações: ----------
----- a) Intervenções estruturadas e planeadas: no Choupal - o abate dos exemplares foi precedido e fundamentado por uma avaliação técnica externa realizada pela empresa especializada SEQUÓIA Verde; na Expotorres e Rua Henriques Nogueira - as intervenções basearam-se em informação técnica interna elaborada por serviços municipais que recomendava tecnicamente o abate por razões de fitossanidade e segurança. ----------
----- b) Intervenções de emergência (restantes situações): ----------
----- Relativamente às restantes ocorrências, foi efetuada uma avaliação técnica de diagnóstico imediato no local pelos técnicos do GTF; nas situações que envolveram os deslizamentos de ao vertentes e estabilidade dos solos, a avaliação foi acompanhada por peritos de Engenharia Civil/e ou Geologia; nestes casos, a decisão técnica e a respetiva validação política foram tomadas em in loco, priorizando a salvaguarda imediata de pessoas e bens, bem como a reposição da circulação da normalidade. Dada a natureza crítica e urgência destas ocorrências, a prontidão de socorro e de prevenção de riscos prevaleceu sobre a elaboração de relatórios formais detalhados, os quais são incompatíveis com o tempo de resposta exigido em cenários de perigo iminente. ----------
----- De seguida pediu que fosse dada a palavra à Eng.ª Filipa Araújo, que pode explicar melhor o que se passou, ou seja, qual foi o critério que determinou o corte de árvores depois do "carrossel de tempestades". ----------
----- A ***Eng.ª Filipa Araújo*** agradeceu a oportunidade para expor os motivos do abate das árvores, na certeza que sempre plantou mais árvores do que as que corta. Referiu que já está na Câmara

Municipal há cerca de 20, onde tem vindo sempre e cada vez mais a privilegiar a segurança de pessoas e bens, até porque no passado já teve experiências que a puseram à prova em situações similares, por isso são sempre decisões que tecnicamente são difíceis de tomar, mas que não são tomadas de ânimo leve e sem equacionar todas as possibilidades e sempre com o apoio e com o envolvimento de todos os presidentes de junta de freguesia. ----------

----- Focou-se nas árvores que foram abatidas na cidade, porque são essas sempre que levantam mais burburinho e mais contestação política e técnica da população. E essas não são árvores menos importantes que as das freguesias, mas são muito mais expostas e a cidade está cada vez mais pobre ao nível de árvores e esperam um futuro com mais árvores novamente, mas que as pessoas estejam seguras. ----------

----- Assim, deu nota que na Expotorres, por exemplo, foram abatidos dois núcleos de choupos, um deles ao pé do restaurante InProvável, para os quais já havia parecer favorável do executivo anterior, mas que ainda não tinha ocorrido, e cuja inclinação ainda aumentou mais com a tempestade. Nas traseiras do restaurante Verónica também havia indicação de que essas árvores apresentavam forte perigo, nomeadamente para quem ali estacionava, estando inclusive essa zona devidamente identificada, mas verificando-se incumprimento por parte dos utilizadores, pelo que foi também decidido, mediante indicação técnica, e pelo executivo proceder-se ao abate imediato das mesmas. ----------

----- No Choupal, as árvores que foram abatidas já estavam previstas, ainda faltam duas, mas face aos aguaceiros seriam no dia seguinte, e na lateral da Câmara Municipal também já havia essa previsão do abate, que teria que ocorrer antes do Carnaval, que infelizmente depois não se veio a realizar, e acha que qualquer pessoa que lá passou percebeu a razão.----------

----- Na encosta do Castelo abateram-se 95 árvores, que na maioria não tinha problemas fitossanitários, mas nem sempre os abates decorrem na sequência de problemas fitossanitários e foi o caso, pois teve a ver com a instabilidade do Morro do Castelo e foi a indicação quer da parte dos geólogos que analisaram a situação e da parte da engenharia civil e ainda de análise técnica que vinha sendo feita há vários anos, sobre a dimensão daqueles pinheiros e inclusive no passado já tinham sido feitas algumas intervenções em algumas árvores que já tinham caído. ----------

----- O ***Vereador Diogo Guia*** pediu a palavra para aludir ao relatório da Geocontrol de fevereiro de 2025, portanto, no mandato anterior, onde na página 32, lê-se; “as causas para a deformação, por fluência das encostas do Castelo são várias e podem atuar em simultâneo a inclinação do talude, as características resistentes dos materiais superficiais, sobrecargas existentes no talude como por exemplo árvore de grande porte, sendo por isso no ponto 5.3 da mesma refere: Tendo em consideração o local de intervenção que implica a manutenção da urografia local e a necessidade de aumentar a estabilidade das encostas recomenda-se o seguinte: reduzir a sobrecarga do

taludo, eliminando as árvores e os arbustos". ----------

----- Nesta altura, a ***presidente da mesa*** informou o Vereador que já tinha concedido o tempo máximo para intervir permitido pelo n.º 5 do artigo 39.º do regimento. ----------

----- Nessa sequência o ***Vereador Diogo Guia*** dirigiu-se o deputado Carlos Miguel para informar que iriam fazer uma conferência de imprensa com explicações, não só para o deputado, mas para todos os torrienses, pois o deputado não pode, uma semana depois das tempestades, fazer 39 perguntas ocupando os serviços, quando estavam a tratar de urgências para agora querer que isto seja tudo debaixo da mesa. É à frente de todos, é assim a democracia funciona, e o deputado sabe isso muito bem.----------

----- A ***presidente da Mesa*** disse acreditar que sejam pontos importantes, para esclarecer a população, mas nesta altura no plenário, regimentalmente não era possível o Executivo ter mais tempo para intervir. ----------

----- O *deputado municipal* ***Carlos Miguel*** pediu para fazer um ponto de ordem à mesa, que pelos vistos ficava ultrapassado, mas não podia deixar de o fazer. ----------

----- Nesse sentido repetiu a pergunta que o Grupo Municipal do Partido Socialista fez, ou seja, quanto tempo é que o presidente da Câmara precisa mais para responder às questões do dia 25/02, pois presume pelas palavras do vice-presidente que não precisará de grande tempo, uma vez que já está feito, e se calhar na próxima semana são capazes de ter as respostas.----------

----- Disse ainda que já era segunda vez que o vice-presidente os manda ir assistir a conferências de imprensa para obter respostas às questões que colocam, julgando que da primeira vez tinha ficado esclarecido que este é um órgão político, não é técnico, é político para fazerem questões e obterem respostas. Se não for isso, não estão ali a fazer nada, pelo que, agradece que não os volte a remeter para uma conferência de imprensa. ----------

----- Reforçou que nunca quiseram nada por baixo da mesa, por isso fizeram o requerimento e estão ali a perguntar quantos dias é que precisam mais para o responder, porque têm outras vias para fazer as perguntas, mas não as querem utilizar. Assim, será excelente se em 8 dias, 10 dias, em cima dos 60 que já passaram, tiverem condições para responder.----------

----- Foi autorizado a responder o *vereador* ***Diogo Guia,*** dizendo que não mandou o deputado para nenhuma conferência de imprensa e disse a resposta será dada por escrito. A conferência de imprensa foi necessária pela razão simples de o Grupo Municipal do PS ter feito 39 perguntas uma semana depois do fim do "carrossel de tempestades", quando não tinham sequer meios para responder.----------

----- A ***presidente da Mesa***, disse que os trabalhos iam prosseguir pois já todos tinham percebido que a resposta iria ser dada por escrito, uma vez que estava pronta para ser presencialmente dada nesta reunião. Também perceberam que as perguntas são de forma exaustiva e implicaram

um levantamento que de facto demorou imenso tempo, mas que está feito, não há qualquer má vontade de entregar ao PS, assim como admite que o grupo municipal do PS não teve qualquer má vontade quando fez as perguntas, que achou que tinha que fazer na altura. ---------- .
----- Concluindo informou que a resposta será dada pelos meios próprios que existem e tendo em conta que lhe parece que é do interesse de toda a audiência, dará conhecimento da mesma aos líderes municipais dos restantes grupos.----------
----- Pediu novamente a palavra o *deputado municipal* ***Carlos Miguel,*** no sentido de agradecer a resposta que o presidente deu sobre a auditoria, aproveitando para lembrar, e é público, que o Partido Socialista desde o primeiro momento não se opôs, antes pelo contrário, votou favoravelmente e está totalmente de acordo em que se faça uma auditoria, mas sempre disseram que não é aceitável que se resuma de 2017 a 2025, mas de 2005 a 2025, altura em que ele era presidente da câmara e o atual presidente, era vereador com a parte financeira. ----------
----- Disse que é testemunha que o presidente da Câmara é um homem sério e sendo um homem sério, deve mostrar que é sério e abrir uma auditoria para os anos de 2017 a 2025, quando tinha já deixado de ser vereador da Câmara Municipal, não está a mostrar perante o público torriense que tem uma postura séria, está a mostrar que tem algo a ocultar, algo que não acredita. ----------
----- Assim, para bem de todos, para bem deste executivo, para bem dos executivos que passaram, solicitou que alargue a auditoria de 2005 a 2025 para todos ficarem descansados e tranquilos. ----------
----- O *deputado Municipal* ***Luís Carlos Lopes***, pediu a palava indicando que as intervenções anteriores entraram num capítulo estranho, na certeza que o deputado municipal e presidente da Câmara são homens sérios. ----------
----- Com este enquadramento e dirigindo-se ao deputado municipal Carlos Miguel fez notar que não era este caminho que queria para a Assembleia e não foi isto que começaram há 6 meses atrás. Não apenas no plenário, mas também nas manifestações públicas nas redes sociais, não é isso que a população torriense antecipava do deputado municipal achando que não valoriza esta assembleia e não valoriza o espaço público. Está a prestar um mau serviço a Torres Vedras, tendo sido já uma pessoa muito importante no concelho e também nível nacional. Fica triste e é com amizade que lhe diz, que devia estar numa posição superior, não entrar neste confronto do "diz que disse", o que sinceramente lamenta. ----------
----- Pediu também a palavra o *deputado municipal* ***Rui Prudêncio*** anotando que não foi o Partido Socialista que começou, a auditoria foi uma proposta do executivo da Câmara, mas quando se pede uma auditoria a alguma coisa é porque no mínimo existem suspeições e, portanto, se existe da parte quem propõe a auditoria, o que propõem é que abranja mais tempo. ----------
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: ----------

12.1 - PROPOSTA N.º 07/AM/2026 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021); ----------

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela câmara municipal, cujos ofícios abaixo indicados fazem parte integrante dos documentos da sessão e se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas: ----------

----- Oficio número 776 de 26/02/2025, deliberação de 24/02/2025; ofício número 870, de 04/03/2026, deliberação de 03/03/2026; ofício número 1085, de 1085 de 18/03/2026, deliberação de 17/03/2026, ofício número 1362, de 15/04/2026, deliberação de 14/04/2026 e ofício número 1257, de 06/04/2026, deliberação de 31/03/2026. ----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

12.2 - PROPOSTA N.º 08/AM/2026 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021): ----------

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios financeiros a atribuir às freguesias: ----------

----- Ofício número 774 de 26/02/2026 – deliberação de 24/02/2026:----------

----- Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados - 3.ª tranche para aquisição de trator- € 36.000,00. ---

----- Ofício número 867, de 04/03/2026 – deliberação de 03/03/2026:----------

----- -União das Freguesias de Carvoeira e Carmões: Manutenção de Equipamentos e Lavadouros - € 20.000,00; ----------

----- Junta de Freguesia de Dois Portos: Psicologia nas Escolas - € 6.000,00 e Aquisição de Viatura Automóvel de Mercadorias - € 20.000,00. ----------

----- Junta de Freguesia da Maceira: Reconstrução do armazém da junta - € 15.000,00; e Reparação de Instalações de Elevação - € 1.500,00 ----------

----- Freguesia de Ponte do Rol - Aquisição de Máquina Usada - € 55.500,00 ----------

----- Freguesia de Runa - Despesas Relativas às Freguesias Sede Concelho - € 1.100,00----------

----- Junta de Freguesia de São Pedro da Cadeira: Aquisição de Viatura Elétrica de 9 lugares para Transporte de Crianças € 52.500,00; e Psicologia nas Escolas - € 6.000,00. ----------

----- Foi também deliberado aprovar um regime de apoio às Juntas de Freguesia, que inclua a prestação de apoio logístico e técnico, com natureza pontual e excecional, sujeita a avaliação da afetação de recursos pelos serviços municipais e a cedência de materiais de armazém municipal, com limites máximos definidos por freguesia para 2026: ----------

----- A-dos-Cunhados - € 14.000,00; Campelos e Outeiro da Cabeça - € 10.500,00; Carvoeira e

Carmões - € 7.000,00; Dois Portos - € 7.000,00; Freiria - € 7.000,00; Maceira - € 7.000,00 - Maxial e Monte Redondo - € 7.000,00; Ponte do Rol - € 7.000,00; Ramalhal - € 10.500,00; Runa € 7.000,00; S. Pedro da Cadeira - € 10.500,00; Santa Maria, São Pedro e Matacães - € 17.500,00; Turcifal - € 10.500,00; Silveira - € 14.000,00; Ventosa - € 10.500,00. ----------

----- Ofício número 1250, de 06/0472026, deliberação de 31/03/2026:----------

----- -Freguesia de Runa: Aquisição de Equipamentos e Ferramentas - € 9.000,00 e pagamento de serviços de aluguer de giratória - € 800,00. ----------

----- Freguesia de S. Pedro da Cadeira: Pavimentação de zona envolvente ao Cemitério - € 27.500,00.----------

----- Freguesia de A-dos-Cunhados: Tranche extraordinária para pagamento de obra do Pavilhão da Maceira enquanto a freguesia de A-dos-Cunhados, ainda integrava a União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira - € 50.000,00 ----------

----- Freguesia de Dois Portos: Pintura e Reabilitação do Edifício da Junta - € 12.500,00; e Empreitada de construção do armazém de Dois Portos - € 72.000,00. ----------

----- Ofício número 1359 de 15/04/2026, deliberação de 14/04/2026 ----------

----- Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães: Aquisição de Mini Retroescavadora – 3.ª tranche (total de 4 tranches, anuais) - € 32.000,00; Aquisição de Dumper (usado) - 1.ª tranche (total de 3 tranches, anuais) - € 12.000,00 e Aquisição de Viatura de 9 lugares para transporte de crianças - 1.ª tranche (total de 3 tranches, anuais) - € 21.000,00.----------

----- Freguesia de Dois Portos - Aluguer de máquinas para reparação de caminhos agrícolas - € 10.500,00.----------

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS: ----------

PROPOSTA N.º 14/CM/2026 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - PRORROGAÇÃO DE PRAZO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO BINGO: ----------

----- Presente ofício número 1504, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a dar conhecimento que na sua reunião de 28/04/2026, no âmbito da aquisição de serviços supramencionada, e na impossibilidade de dar início à execução da empreitada dentro do prazo de vigência do contrato, deliberou aprovar a prorrogação do prazo do contrato por 36 meses, de forma a assegurar a integral prestação dos serviços inerentes à aquisição de serviços para a elaboração do projeto de arquitetura e especialidades para a reabilitação do Edifício do Bingo, no âmbito do programa 1.º Direito, prevendo-se a seguinte repartição de encargos: 2027 – € 5.422,50; 2028 – € 0,00 e 2029 – € 5.422,50 e atendendo à urgência na decisão quanto à modificação objetiva do referido contrato,

colocam à consideração deste órgão deliberativo a análise e consequente deliberação sobre a repartição de encargos, ao abrigo dos preceitos legais vigentes. ----------

----- Foi dispensada a apresentação por parte do edil, uma vez que os documentos que introduzem o assunto são suficientemente elucidativos, e passou-se de imediato à votação:----------

----- A Assembleia Municipal, tendo em conta a sua competência no art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua atual redação, revelando-se necessário proceder à prorrogação do prazo do contrato de aquisição de serviços para elaboração de projeto de arquitetura e especialidades para elaboração de projeto e arquitetura e especialidades para reabilitação do edifico do Bingo no âmbito do 1.º direito, por 36 meses, de forma a assegurar a integral prestação dos serviços inerentes à aquisição de serviços para a elaboração do projeto de arquitetura e especialidades autorizou, por unanimidade a seguinte repartição de encargos, 2027 – € 5422,50; 2028 – € 0,00 e 2029 – € 5.422,50. ----------

13 - PROPOSTA N.º 09/AM/2026 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: ----------

----- A presidente da Mesa, anunciou que iria ler os documentos recebidos, dos quais dois eram votos de pesar sobre o mesmo cidadão, e que, auscultadas as duas bancadas proponentes seriam votados em separado.----------

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL PAULO DOS SANTOS:----------

----- "Faleceu no passado dia 22 na freguesia de Runa donde era natural e residente Manuel Paulo dos Santos. ----------

----- Manuel Pauto dos Santos sempre foi um cidadão muito interventivo e exemptar, destacando-se o seu papel como antifascista, sendo um militante muito ativo do Partido Comunista Português quer durante a ditadura fascista quer após o 25 de Abril de 1974, sendo um dos obreiros de uma verdadeira sociedade democrática aberta, tolerante e virada para o desenvolvimento naquela freguesia, bem como no nosso concelho.----------

----- Desempenhou funções que lhe granjearam grande respeito na comunidade5 designadamente na Direção da Casa do Povo e no Grupo Desportivo de Runa. ----------

----- Foi eleito Deputado Municipal nas primeiras eleições autárquicas pós 25 de Abril, tendo desempenhado, com reconhecido mérito, as funções de Secretário da Mesa da Assembleia Municipal nesse mandato. ----------

----- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras decide: ----------

----- 1. Expressar o seu pesar através deste voto pelo seu falecimento, ----------

----- 2. Dar conhecimento público deste voto bem como à sua família.----------

----- Torres Vedras, 27 de abril de 2026 ----------

----- O Deputado Municipal do PCP----------

----- Fernando Osório Guerra"----------

----- Assembleia Municipal de Torres Vedras, aprovou por unanimidade mandar lavrar em ata um voto de pesar, pelo falecimento de Manuel Paulo dos Santos, endereçando a toda a família as mais sentidas condolências, e observou um minuto de silêncio em memória do falecido. ----------

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL PAULO DOS SANTOS:----------

----- "Foi com profundo pesar que tivemos conhecimento do falecimento de Manuel Paulo dos Santos.----------

----- Nasceu em Runa a 16 de fevereiro de 1938. ----------

----- Após ter cumprido o serviço militar, fundou com o seu irmão, Firmino Santos em 1958, a empresa Colchões Bom Repouso, Lda.----------

----- Desde muito novo, seguindo o exemplo de seu Pai, que mostrou ser um revoltado com a ditadura que se vivia no Portugal de então, tendo desenvolvido luta política, antifascista levou-o a ser perseguido e preso pela PIDE. Para quem estava em início de vida, foi um duro golpe para os seus familiares e para pequena empresa acabada de nascer.----------

----- Manuel Paulo dos Santos andou na clandestinidade e ajudou outros antifascistas a fugirem das garras da polícia política. O 25 de abril trouxe a liberdade e a legalização dos partidos políticos. Militante do Partido Comunista Português desde 1957, sempre fiel aos seus princípios de igualdade e fraternidade.----------

----- Em 1976 partilhou a empresa com os trabalhadores criando a Colchões Bom Repouso – Cooperativa Operária de Fabrico de Colchões, CRL.----------

----- A defesa do bem-estar dos seus concidadãos faz com que assumisse a direção da Casa do Povo de Runa, destacando a cedência das instalações desta instituição para funcionamento provisório da Escola Profissional Agrícola de Runa enquanto eram construídas as instalações atuais.----------

----- Foi dirigente e atleta do Grupo Desportivo de Runa, fazendo parte da primeira equipa campeã nacional de Luta Greco-Romana.----------

----- Autarca como 2.º secretário da Assembleia Municipal de Torres Vedras no mandato de 1977-1979 e Presidente da Assembleia de Freguesia de Runa no mandato de 1986-1989.----------

----- Fundador da Cooperativa de Máquinas Agrícolas.----------

----- Integrou em Runa a Comissão de Obras para a construção do primeiro pavilhão gimnodesportivo fora da cidade de Torres Vedras.----------

----- Runa foi a primeira freguesia do concelho de Torres Vedras a ter água canalizada e isso deveu-se à persistência da Comissão de Moradores da qual Manuel Paulo dos Santos fazia parte.

----- Colocou sempre a sua empresa e a cooperativa bem como os seus ativos ao serviço da freguesia e do concelho, apoiando as iniciativas locais, concelhias e regionais no âmbito cultural e desportivo. ----------

----- Manuel Paulo dos Santos, faleceu no dia 22 de abril de 2026, com 89 anos. Os cravos vermelhos e as três bandeiras da sua paixão acompanharam-no até à sua última morada. ----------

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras presta homenagem à sua memória e endereça à Família enlutada o seu mais profundo pesar, enaltecendo as suas qualidades humanas, recordando-o pela sua dedicação à comunidade torriense. ----------

----- Torres Vedras, 29 de abril de 2025 ----------

----- A bancada do Partido Socialista" ----------

----- Assembleia Municipal de Torres Vedras, aprovou por unanimidade mandar lavrar em ata um voto de pesar, pelo falecimento de Manuel Paulo dos Santos, endereçando a toda a família as mais sentidas condolências, e observou um minuto de silêncio em memória do falecido. ----------

3 - RECOMENDAÇÃO – "CRIAÇÃO DO MUSEU DO VINHO DE TORRES VEDRAS E DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO INSTALADORA DO MESMO": ----------

----- "No seguimento da proposta de reflexão sobre a criação do Museu do Vinho de Torres Vedras apresentada na sessão da assembleia municipal no dia 23 de dezembro de 2025: ----------

---- (...) proposta de reflexão, sobre a edificação efetiva do Museu do Vinho de Torres Vedras, e do aproveitamento dos depósitos em cimento, desativados nas adegas cooperativas, nomeadamente, para a construção de alojamento hoteleiro que suporte uma oferta turística (programa a criar) na esfera do turismo ligado à vinha e ao vinho no concelho de Torres Vedras, tudo isto é certo, integrado na atual rede local de enoturismo (...).----------

----- O partido Chega submete à sessão da assembleia ordinária de 29 de abril de 2026 uma proposta de votação para a criação do "Museu do Vinho de Torres Vedras" e da criação da "Comissão Instaladora" do mesmo. Os princípios desta proposta assentam na ideia de dinamização da economia de um dos mais importantes ativos do concelho, o vinho. E de afirmação dos vinhos de Torres Vedras no quadro do vinho comum nacional e internacional. Como também da aguardente produzida nesta região. Acreditamos que este contributo para o melhor desempenho da economia regional vai mobilizar esta assembleia, a agricultura, os agentes económicos, e a nossa comunidade.----------

----- A ser aprovada, a presente proposta deverá ser remetida ao executivo municipal"----------

----- O *deputado municipal* ***Carlos Miguel*** interveio no sentido de lembrar ao plenário que as instalações do IVV em Torres Vedras, em boa altura adquiridas pela Câmara Municipal tem um programa feito por uma entidade externa, o qual contempla uma "instalação", que servirá estes propósitos, ou seja, algo que valorize a produção e os produtores do vinho em Torres Vedras. -----

----- Assinalou que como a proposta em análise não faz qualquer referência a esta situação pré-existente, o Partido Socialista vai abster-se, uma vez que a desenvolver-se este "museu", ou algo similar deverá ser nas instalações do IVV e não noutras. ----------

----- O *deputado municipal* ***Fernando Santos***, esclareceu que quando o Partido Chega enviou esta proposta à assembleia municipal, foi referido que seria exatamente nas instalações do IVV e até hoje não há efetivamente a edificação deste museu, não há documento nenhum na Câmara que o confirme. ----------

----- Assim, frisou que esta proposta vai no sentido de propor a construção do museu nas instalações da Junta Nacional do Vinho, que é assim a designação do atual IVV, e também a criação da Comissão Instaladora que até à data desconhece que existe.----------

----- Por sua vez o *deputado municipal* ***Luís Carlos Lopes*** confirmou que está previsto a edificação de algo similar a museu, não de uma forma estática, mais de uma forma mais dinâmica assim como um conjunto de situações integradas no plano de recuperação de Arenes.----------

----- Disse ainda que seria impossível desde que se começou este mandato que pudesse ter sido criada uma comissão instaladora, pois trata-se de um projeto que requer obra, requer um conjunto de circunstâncias que demorará bastante tempo, e se poderiam dizer que nos mandatos anteriores algo deveria ter sido feito mais rapidamente, certamente não seria feito nestes 6 meses.

----- Relevou ainda que haverá Museu do Vinho, não podem esquecer que existe em Torres Vedras associações ligadas à enologia que deverão ser tidas em conta, e assim, o Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras não irá votar contra esta recomendação, mas é redundante, é cedo e é precoce, pelo que vão se abster. ----------

----- Concluídas as intervenções a presidente da Mesa colocou a recomendação à votação:---------

----- <u>Assembleia Municipal de Torres Vedras, aprovou por maioria, de 5 votos a favor e 37 abstenções a recomendação em título</u>. ----------

----- Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do Chega e o presidente de junta Vasco Forcada.----------

<u>4 - MOÇÃO DE SAUDAÇÃO "PELA PASSAGEM DO SPORT CLUBE UNIÃO TORREENSE À FINAL DA TAÇA DE PORTUGAL"</u>:----------

----- "Em 1956, há 70 anos, o Sport Clube União Torreense marcava presença na final da Taça de Portugal. Hoje, volta a escrever uma página histórica ao alcançar novamente este patamar, sendo um momento de grande relevância para o clube e para o concelho de Torres Vedras.----------

----- Todos os Torrienses registam com grande satisfação este feito extraordinário, que representa muito mais do que um sucesso desportivo. É o reflexo da dedicação e da ambição de um clube que honra Torres Vedras e projeta o nome do nosso concelho na esfera do desporto nacional. ----

----- O percurso até à final, merece pleno reconhecimento, constituindo um exemplo do papel do desporto enquanto fator de coesão social, promoção territorial e afirmação coletiva.----------

----- O Torreense é por isso hoje motivo de orgulho para os torrienses e um exemplo para as gerações mais jovens, demonstrando que é possível alcançar grandes objetivos sem abdicar das

nossas raízes.----------

----- Deste modo, vem a Bancada Municipal do CHEGA, propor à Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2026, a aprovação da presente Moção de Saudação, dirigida ao Sport Clube União Torreense, expressando reconhecimento pelo percurso alcançado e com votos de sucesso para a final da Taça de Portugal, agendada para o próximo dia 24 de maio de 2026.----------

----- Se aprovada esta moção deve ser dada a conhecer ao Sport Clube União Torreense.----------

----- Torres Vedras, 29 de abril de 2026 ----------

----- Os Deputados Municipais do CHEGA em Torres Vedras" ----------

----- Assembleia Municipal de Torres Vedras, aprovou por unanimidade, a moção de saudação em título. ----------

5 – RECOMENDAÇÃO – SEGURANÇA:----------

----- "Nos últimos tempos, o concelho de Torres Vedras tem vindo a registar um agravamento dos níveis de insegurança, evidenciado por conflitos entre grupos de jovens em plena via pública e à luz do dia, bem como por um aumento de assaltos e atos de vandalismo, nomeadamente através da proliferação de grafitis em vários pontos da cidade, em património tanto público como privado.-

----- Esta realidade tem vindo a gerar um sentimento crescente de insegurança junto da população, com impacto na qualidade de vida dos torrienses e na perceção de tranquilidade que nos caracterizava.----------

----- Face a este contexto, considera-se importante dar continuidade à implementação de medidas que contribuam para a prevenção da criminalidade e para o reforço da segurança pública. ----------

----- Nesse sentido, o Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras vem reiterar propostas anteriormente apresentadas, nomeadamente: ----------

----- A implementação de sistemas de videovigilância em locais estratégicos do concelho; ----------

----- A criação da Polícia Municipal de Torres Vedras, como instrumento de proximidade e prevenção, que permita reforçar a capacidade de resposta às ocorrências do dia a dia. ----------

----- Entende-se que estas medidas poderão contribuir para reforçar o sentimento de segurança da população e para a proteção do espaço público. ----------

----- Assim, recomenda-se que a Câmara Municipal de Torres Vedras prossiga os esforços no sentido da concretização destas propostas, procurando que ambas possam estar em funcionamento com a maior brevidade possível."----------

----- O *deputado municipal* ***Carlos Miguel*** reportou-se à afirmação que consta no primeiro parágrafo da recomendação para referir que, e não ponho em causa que seja verdadeira, não têm números que possam demonstrar que seja verdade.----------

----- Prosseguiu dizendo que teve conhecimento que a Comissão de Proteção Civil e Segurança

tinha reunido e entre as decisões que tomaram foi a de ouvir as forças de segurança, nomeadamente PSP e GNR, com reunião marcada para o dia próximo dia 15 de junho.----------

----- Assim, de forma a poderem votar em consciência esta recomendação propõem que baixasse à Comissão da Assembleia Municipal de Proteção Civil e Segurança, e com as conclusões dessa reunião com as forças de segurança, voltassem à recomendação numa próxima Assembleia Municipal para a votar já com dados mais objetivos.----------

----- O *deputado municipal* ***Jorge Santos***, que o grupo municipal Unidos por Torres Vedras subscrevia a proposta do PS.----------

----- Neste contexto a ***presidente da Mesa*** deu a palavra à presidente da Comissão em causa, Dalila de Jesus, que confirmou a intenção de ouvirem todas as entidades envolvida na proteção civil do concelho, para que pudessem depois trabalhar os assuntos que careçam de mais atenção e a recomendação em causa enquadrava-se neste espírito. ----------

----- Aproveitando para falar de segurança na freguesia que preside, usou da palavra o *presidente de junta de freguesia da Freiria*, ***Vasco Forcada*** que deu nota que há cerca de um mês e meio mandou um mail a indicar que gostaria de falar com o comandante do posto da GNR em Torres Vedras, tendo-lhe sido respondido que iria haver mudanças no comando, mas ainda aguarda resposta. ----------

----- Deu nota ainda que junto da EB 2.3 da Freiria onde há um grande movimento de crianças, existem alguns grupos menos recomendados e consegue perceber que ali funcionam situações menos corretas. Vê que a GNR vai lá de manhã, e à tarde e volta à noite, mas apenas multa os carros que estão na rua principal.----------

----- Com base nas intervenções proferidas, a presidente da Mesa colocou à votação a remessa da recomendação à Comissão Permanente de Proteção Civil e Segurança da Assembleia Municipal.

----- A Assembleia Municipal, tendo conhecimento que a Comissão Permanente de Proteção Civil e Segurança da Assembleia Municipal, irá, no âmbito dos seus trabalhos, reunir com as forças de segurança do concelho, nomeadamente PSP e GNR, deliberou por unanimidade, remeter à mesma a recomendação acima transcrita na integra, de modo a que a matéria em causa possa ser analisada no sentido municiar os membros da Assembleia Municipal com informação da realidade atual do concelho, que lhes permita deliberar devidamente esclarecidos. ----------

6 - MOÇÃO "PELA DEFESA DO ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DA SAÚDE EM TORRES VEDRAS": ----------

----- "A recente assinatura da constituição da Associação do Campus de Saúde do Barro representa um momento histórico para o concelho de Torres Vedras e para toda a região Oeste, materializando uma visão estratégica de longo prazo na área da saúde. ----------

----- Este projeto resulta de um percurso consistente de planeamento, investimento e criação de

condições por parte de sucessivos executivos, com o objetivo de afirmar o concelho como polo de excelência na formação, investigação e prestação de cuidados de saúde. ----------

----- Este projeto, em nada se opõem com a existência de uma Escola Superior de Saúde, com a existência de outros cursos superiores na área da Saúde em Torres Vedras, tal como é o consensualizado com o IPL.----------

----- Assim e considerando: ----------

----- Que a criação da Escola Superior de Saúde, em articulação com o Instituto Politécnico de Leiria, constitui uma peça fundamental para a consolidação de uma oferta de ensino superior estruturada e integrada na área da saúde no concelho; ----------

----- Que o Instituto Politécnico de Leiria tem já aprovados dois cursos superiores na área da saúde, com início previsto para o ano letivo de 2027/2028 em Torres Vedras, representando uma oportunidade concreta e imediata para o desenvolvimento local;----------

----- Que a eventual rescisão do protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria poderá comprometer a implementação deste projeto, colocando em risco a instalação da Escola Superior de Saúde em Torres Vedras e abrindo a possibilidade da sua deslocalização para outros territórios; ----------

----- Que tal cenário teria impactos negativos significativos ao nível da fixação de jovens, da atração de talento qualificado, da dinamização económica e do desenvolvimento social do concelho; ----------

----- Que este projeto contribui também para a valorização de investimentos já realizados; ----------

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sessão, delibera: ----------

----- Manifestar a sua preocupação perante a possibilidade de interrupção do processo de instalação da Escola Superior de Saúde em Torres Vedras;----------

----- Recomendar ao Executivo Municipal que mantenha e reforce o diálogo institucional com o Instituto Politécnico de Leiria, com vista à continuidade do projeto e à garantia da instalação da Escola Superior de Saúde no concelho;----------

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras ----------

----- O Grupo Municipal do PS” ----------

----- O *deputado municipal* ***Rui Prudêncio,*** fez a seguinte intervenção: ----------

----- “Saudamos o avanço no Campus de Saúde do Barro. ----------

----- É um projeto estruturante, com uma marca clara de visão e muito trabalho, de muitos anos do Partido Socialista, mas importa dizer com muita clareza, não aceitamos que se crie um falso conflito onde ele não existe, não há conflitos. ----------

----- O Campus do Barro, em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e a Escola Superior de Saúde do IPL, Futura Universidade de Leiria Oeste, são projetos distintos

que não competem entre si, antes, pelo contrário, complementam-se. ----------
----- O Campus do Barro irá prestar cuidados na área da investigação, formação pós-graduada, estágios e inovação em saúde.----------
----- A Escola Superior de Saúde do IPL é a única que garante licenciaturas ensino universitário em saúde no concelho e convém dizê-lo sem qualquer tipo de rodeios.----------
----- Querer reduzir a Escola Superior de Saúde à existência ou não de uma licenciatura em enfermagem só pode revelar ignorância sobre a natureza interdisciplinar da saúde ou revela má fé. A saúde exige múltiplos saberes, diferentes níveis de formação e uma articulação que este modelo precisamente garante, por isso, a intenção de rescindir o protocolo é incompreensível e prejudicial. Coloca não só em risco os cursos de licenciatura já aprovados para 27/28, como fragiliza o ensino superior no concelho e pode abrir caminho à deslocalização para as Caldas da Rainha. ----------
----- Estamos a falar de uma oportunidade única e de uma decisão que pode comprometer o futuro. ----------
----- O que se exige é responsabilidade. Exige-se somar, integrar, construir, não dividir. ----------
----- Instamos o senhor presidente da Câmara a reunir urgentemente com o IPL por forma a garantir que Torres Vedras não perde aquilo que levou anos a construir, porque os torrienses não compreenderão por uma decisão política tomada nos gabinetes, se perca uma oportunidade destas. ----------
----- O futuro constrói-se com ambição, mas também com bom senso."----------
----- Também interveio o *deputado municipal* ***Jorge Santos***, para dizer que lhe parecia no mínimo desagradável que para defesa de uma proposta se tenham que estabelecer critérios de gradação de valores, e se qualificam valores quando a proposta é apresentada apenas numa linha de atuação. ----------
----- Assim, disse que em primeiro lugar, importa dizer que não há nenhum corte, não há nenhum conflito com o IPL, pelo contrário, as reuniões e "as negociações", têm prosseguido, apenas não houve ainda um encontro de posições, e não sabem se efetivamente vai ocorrer. ----------
----- Disse ainda que importa dar ao plenário como reproduzidas todas as afirmações e informações que foram trazidas no dia 29 de abril à primeira reunião desta sessão. ----------
----- Assim, e consequentemente o Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras irá votar contra. ----
----- Como nota curiosa disse que lhe parece que há um Partido Socialista na assembleia e um outro Partido Socialista no executivo.----------
----- <u>A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 16 votos a favor e 26 votos contra, reprovar a moção em título</u>. ----------
----- Anota-se que votaram a favor os deputados dos grupos municipais do PS e do PCP e a

contra dos grupos municipais Unidos por Torres Vedras e do Chega. ----------

7 - MOÇÃO – "PELA REPARAÇÃO URGENTE DAS ESTRADAS NACIONAIS AFETADAS PELAS INTEMPÉRIES DE INVERNO NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS": ----------

----- "As recentes intempéries de inverno causaram danos significativos em várias estradas nacionais do concelho de Torres Vedras, nomeadamente na EN 8 (troço Catefica–Carvalhal) e na EN 374 (na Granja), comprometendo a segurança rodoviária e a normal circulação. ----------

----- A degradação do pavimento, abatimentos e detritos tornam estas vias perigosas e, em alguns casos, difíceis de transitar. A ausência de alternativas viáveis agrava os impactos no quotidiano das populações, dificultando o acesso ao trabalho, escolas, serviços de saúde e comércio, além de prejudicar a atividade económica local.----------

----- Assim e considerando que: ----------

----- Estas vias sofreram danos relevantes devido às intempéries; ----------

----- A sua degradação coloca em risco os utilizadores; ----------

----- Não existem alternativas locais adequadas, sendo muitas vezes necessário recorrer à A8, com custos acrescidos; ----------

----- A mobilidade é essencial para a coesão territorial e o desenvolvimento económico; ----------

----- Cabe ao Estado garantir a manutenção da rede rodoviária nacional; ----------

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera: ----------

----- Exigir a rápida reparação dos troços afetados, assim como a implementação de medidas urgentes que minimizem os impactos nas populações e empresas, em termos de mobilidade e sem custos adicionais para os utilizadores; ----------

----- Determinar o envio da presente moção ao Governo e entidades competentes.----------

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras. ----------

----- O Grupo Municipal do PS" ----------

----- Em defesa da moção proposta pelo grupo municipal a que pertence, o *deputado municipal* ***Hugo Lucas*** alertou que os munícipes estão a lidar com estes constrangimentos diariamente, não é só dentro do território, mas também num conjunto de estradas de acesso ao mesmo, e pretendem que a Assembleia Municipal possa pressionar para que esses constrangimentos possam terminar o mais rapidamente possível. ----------

----- Afirmou que só quem não teve que lidar com a Infraestruturas de Portugal é que não sabe que o facto de manterem uma frente unida, Assembleia Municipal e Câmara Municipal neste tipo de situações, vai levar a que a coisas possas avançar mais rapidamente, pois não é uma entidade fácil de lidar, achando que devem estar todos unidos. ----------

----- Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título. ----------

8 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO E LOUVOR: O REGRESSO DO TORREENSE AO JAMOR E

A PRIMEIRA VEZ DA EQUIPA FEMININA NA UEFA WOMEN´S CHAMPIONS LEAGUE:----------

----- Para uma nota prévia pediu a palavra o deputado municipal do grupo proponente, ***Artur Narciso*** para introduzir uma correção ao texto que tinha ido disponibilizado ao plenário, cuja versão final a presidente da Mesa leu e se transcreve na integra: ----------

----- "Tendo em atenção que: ----------

----- 1 equipa sénior de futebol do Sport Clube União Torreense conseguiu chegar à final da Taça de Portugal, escrevendo, assim, mais uma página dourada da sua centenária história, um feito que a nossa comunidade esperava há exatamente 70 anos;----------

----- 2.Este feito é demonstrativo de uma caminhada que tem sido feita pelo clube ao longo de vários anos com segurança, profissionalismo e uma estratégia profícua que nos leva a este momento; ----------

----- 3.A presença no Estádio Nacional, no próximo dia 24 de maio, frente ao Sporting Clube de Portugal, coloca Torres Vedras no epicentro do desporto nacional, projetando o nome da nossa cidade e do nosso concelho com uma visibilidade ímpar e que nos orgulha a todos, quer gostemos de futebol ou não;----------

----- 4.Este sucesso desportivo é um motor de coesão social e um exemplo de superação que inspira as novas gerações de atletas e cidadãos que todos os dias treinam, trabalham e estudam para levar o nome de Torres Vedras ao sucesso; ----------

----- 5.Esta Assembleia Municipal junta-se à voz de todos os torrienses para manifestar o seu apoio incondicional e profundo orgulho nesta caminhada, enviando para o Jamor toda a energia, estando certa de que os Torrienses vão estar em peso no dia 24 no Jamor, mostrando um concelho que reconhece o mérito e orgulho desta presença.----------

----- Por esta razão, a Bancada do Partido Socialista de Torres Vedras vem a este órgão propor a aprovação de um Voto de Louvor ao trabalho desenvolvido pelo Torreense e a consequente chegada à final da Taça de Portugal que esperamos, com toda a fé, possa marcar esta presença com a vitória, bem como pelo feito histórico da equipa feminina, que garantiu pela primeira vez um lugar na UEFA Women´s Champions League." ----------

----- Anota-se que os grupos municipais Unidos por Torres Vedras, Chega e PCP, indicaram que gostariam de subscrever o voto de congratulação, o que foi aceite pelo grupo municipal proponente, e nesse sentido foi colocado à votação do plenário. ----------

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou por unanimidade, aprovar o voto de congratulação e louvor, em título, subscrito por todos os grupos municipais. ----------

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:----------

-----Tendo sido pedido pela Presidente da Mesa, Helena Ferreira, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou

precisão a fazer no texto definitivo.----------

ENCERRAMENTO:----------

----- Pelas 0h35m a Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.----------

_____

_____

_____